



**LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025**

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 2021; MODIFICA A LEI Nº 5.732, DE 2017, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E PROMOVE ALTERAÇÕES NO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (POT), ESTABELECIDO PELAS LEIS Nº 4.772, DE 2010, E Nº 5.301, DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, usando de suas atribuições legais previstas no art. 90, VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º** Altera a redação do caput Art. 1º, e inclui o § 3º e 4º no Artigo 1º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Plano Diretor Municipal de Cariacica é o instrumento global de planejamento municipal e de implementação da política de desenvolvimento territorial, social, econômico e ambiental do Município de Cariacica, em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal e da Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 e Lei Orgânica Municipal, sendo vinculante para todos os agentes públicos e privados.

(...)

§ 3º O Plano Diretor Municipal de Cariacica é compatível com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana da Grande Vitória conforme previsto pelo Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015).





§ 4º O Plano Diretor Municipal de Cariacica considerou as diretrizes do Plano Diretor de Águas Pluviais e do Plano de Redução de Risco Geológicos para o planejamento da cidade frente ao novo cenário de mudanças climáticas.

**Art. 2º** Altera o Artigo 10, com inclusão dos incisos VII e VIII, com a seguinte redação:

Art. 10 (...)

(...)

VII – Sustentabilidade Ambiental e Resiliência Climática

VIII – Gestão Inteligente do Território

**Art. 3º** Altera o Artigo 13, com a inclusão dos incisos XVI e XVII, com a seguinte redação:

Art. 13. (...)

(...)

XVI - A promoção da resiliência urbana e adaptação às mudanças climáticas, por meio do planejamento integrado e da implementação de soluções inteligentes, visando a proteção de ecossistemas, infraestruturas e comunidades contra eventos climáticos extremos.

XVII - O estímulo à sustentabilidade urbana, por meio da adoção de práticas e tecnologias que promovam a eficiência energética, a economia circular e a redução de emissões, incentivando a construção civil sustentável, a mobilidade verde e a gestão eficiente dos recursos naturais.

**Art. 4º** Altera o Artigo 18, com a alteração da redação do inciso XVII e a inclusão dos incisos XXXI e XXXII, com a seguinte redação:

Art. 18. (...)

XVII - a aplicação de instrumentos de gestão da política urbana do Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001 para a implementação dos programas, projetos e ações estratégicas e das políticas fundiárias;

(...)

XXXI - Tornar o território de Cariacica mais resiliente e adaptável aos impactos das mudanças climáticas, como eventos extremos, inundações, deslizamentos e







ondas de calor, considerando no planejamento e gestão territorial a mitigação de riscos e a adaptação a esses cenários.

XXXII - Modernizar a gestão do município, utilizando tecnologias e dados para otimizar os serviços, a tomada de decisões e a interação com a população, garantindo uma gestão inteligente para aumentar a eficiência, a transparência e a qualidade de vida dos munícipes.”

**Art. 5º** Altera o Artigo 39, com inclusão dos incisos XII e XIII, com a seguinte redação:

Art. 39 (...)

(...)

XII – a adaptação da cidade às mudanças climáticas

XIII – adoção de tecnologias para diagnóstico, controle e fiscalização do território de forma mais eficiente e integrada com os diversos setores da gestão pública.

**Art. 6º** Altera o Artigo 40, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Altera a delimitação do Perímetro Urbano conforme Anexo I desta Lei Complementar, que passa a vigorar a partir da sua publicação.

**Art. 7º** Altera o Artigo 68, alterando a redação do inciso I, incluindo o inciso XX e XXI e os parágrafos § 3º a § 10º, com a seguinte redação:

Art. 68 (...)

I - Zona de Preservação Natural – ZPN 1, 2, 3 e 4;

(...)

XX - Zonas Rural de Integração - ZRI

XXI - Zonas Especiais de Resiliência Urbana - ZERU 1, 2 e 3

(...)

§ 3º As Zonas Especiais de Resiliência Urbana (ZERU), dispostas no Anexo XIV desta Lei Complementar serão aplicadas a áreas identificadas como de alta vulnerabilidade a alagamentos e outros eventos climáticos extremos. Nessas áreas, serão estabelecidos índices urbanísticos e parâmetros de ocupação do solo





diferenciados, que se sobrepõem aos índices do zoneamento em que estejam inseridos os imóveis, visando a mitigação de riscos, a proteção ambiental e a adaptação do território às mudanças climáticas.

§ 4º Ficam definidas as seguintes Zonas Especiais de Resiliência Urbana:

- I. ZERU 1 – Bacia do Rio Itanguá
- II. ZERU 2 – Bacia do Rio Bubu
- III. ZERU 3 – Bacia do Rio Formate

§ 5º Para as Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 – ZERU 1, 2 e 3, foram definidos índices urbanísticos específicos que se sobrepõem aos demais zoneamentos com o objetivo de mitigar efeitos de eventos climáticos severos, conforme apontado no Plano Diretor de Águas Urbanas Urbanas e no Plano de Redução de Risco Geológico do Município de Cariacica.

§ 6º Para as propriedades inseridas no perímetro das Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 (ZERU 1, ZERU 2 e ZERU 3), estabelecem-se os seguintes parâmetros urbanísticos. Estes índices são superiores e prevalecem sobre as determinações dos zoneamentos incidentes nas áreas supracitadas:

I - Taxa de Ocupação (TO) máxima: O limite máximo para a Taxa de Ocupação é fixado em 80% (oitenta por cento).

II - Taxa de Permeabilidade (TP) mínima: A área mínima de Taxa de Permeabilidade é determinada em 20% (vinte por cento).

III - Cota de Soleira de Nível de Acesso (CSNA) mínima: A cota de soleira do pavimento de acesso deve ser estabelecida a, no mínimo, 1,20 (um metro e vinte centímetros) acima do nível médio da rua lindeira ao acesso principal.

§ 7º Para os imóveis localizados nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3, a pavimentação deverá ser executada integralmente com materiais que garantam drenagem eficaz e permeabilidade.

§ 8º Fica terminantemente vedada a utilização de pavimentos impermeáveis, incluindo, mas não se limitando, a composições à base de asfalto e outros materiais de baixa ou nula permeabilidade que comprometam a infiltração de águas pluviais no solo nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3.





§ 9º A pavimentação de logradouros públicos nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 devem ser executadas integralmente com materiais que garantam drenagem eficaz e permeabilidade.

§ 10 O município deverá realizar estudos técnicos para converter áreas públicas de uso livre localizadas nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 em bacias de acumulação.

**Art. 8º** Inclui o artigo 68-A, os incisos I e II e os § 1º e § 2º com a seguinte redação:

Art. 68-A. Em imóveis localizados nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 (ZERU 1, ZERU 2 e ZERU 3) e nas demais zonas de uso, a presença de taludes no lote impõe a observância dos seguintes afastamentos mínimos de qualquer tipo de edificação:

I - Afastamento da Crista do Talude: Distância mínima de 3,00 (três) metros da crista do talude.

II - Afastamento da Base do Talude: Distância mínima equivalente a 1,5 (uma vez e meia) a altura total do talude.

§ 1º Os afastamentos mínimos estabelecidos nos incisos I e II poderão ser reduzidos, desde que o projeto apresentado contemple:

I. Apresentação de projetos específicos de fundação e contenção da estrutura.

II. Anexação de laudo técnico de estabilidade do talude, atestando a segurança da intervenção.

III. Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT) do profissional habilitado responsável pela execução e acompanhamento das obras.

§ 2º Em casos de intervenções que alterem o relevo no entorno de edificações já existentes ou apenas movimentação de terra não relacionada à edificação, tanto nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 quanto nos demais zoneamentos, o responsável pela intervenção assumirá integralmente a garantia da estabilidade do talude por meio de laudo técnico de segurança acompanhado de documento de responsabilidade técnica pelo laudo e/ou pela execução de contenções com projeto acompanhado de documento de responsabilidade técnica pela execução.





**Art. 9º** Altera a redação do Art. 71, incluindo o inciso IV com a seguinte redação:

Art. 71 (...)

(...)

IV - Zona de Preservação Natural Quatro – ZPN 4.

**Art. 10.** Inclui o Artigo 74-A com a seguinte redação:

Art. 74-A As Zonas de Preservação Natural Quatro – ZPN 4 são formadas por fragmentos de vegetação natural da Mata Atlântica localizadas em áreas bastante impactadas por atividades urbanas, possuindo também atividades rurais, destinadas prioritariamente a cumprir a função de amortecer os impactos negativos decorrentes da dinamização urbana.

**Art. 11.** Cria o Artigo 74-B, com a seguinte redação:

Art. 74-B. São usos permitidos nas Zonas de Preservação Natural 1, 2, 3 e 4:

I - Atividades do Grupo G4;

II - Atividades do Grupo G12.

§ 1º É permitida na ZPN4 as atividades do grupo G11

§ 2º As atividades permitidas por essa lei também precisam ser permitidas pelos planos de manejo de eventuais unidades de conservação que existam nas áreas e mediante parecer e anuência do setor ambiental.

**Art. 12.** Cria o Artigo 80-A, com a seguinte redação:

Art. 80-A. São usos permitidos na Zonas de Proteção Ambiental:

I - Atividades do Grupo G4;

II - Atividades do Grupo G12.

§ 1º. As atividades permitidas por essa lei também precisam ser permitidas pelos planos de manejo de eventuais unidades de conservação que existam nas áreas e mediante parecer e anuência do setor ambiental.

**Art. 13.** Altera a redação do Artigo 87, que passa a vigorar com a seguinte redação;





Art. 87. Fica redefinido o perímetro do polígono do denominado “Mochuara do Futuro”, conforme o Anexo V substituído por esta Lei, na qual a referida área fica classificada como uma Zona de Expansão Agroturística Sustentável - ZEAS, com os seguintes objetivos:

- I - Valorizar a comunidade local, sua cultura, e o modo de produção familiar;
- II - promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;
- III - criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo, fortalecendo a economia local;
- IV - promover a execução de empreendimentos de cunho turístico, de lazer, esporte e de contemplação;
- V – regular padrões de uso e ocupação do solo específicos às peculiaridades do local, estimulando um padrão de assentamento de baixa densidade que respeite as características locais e que permita o desenvolvimento turístico.

**Art. 14.** Incluir o Artigo 87-A com a seguinte redação:

Art. 87-A. São usos permitidos na Zona de Expansão Agroturística Sustentável

- I - Atividades do Grupo GR 1;
- II - Atividades do Grupo GR 2, conforme §1º, 2º e 3º .
- III - Atividades do Grupo GR 3, conforme §2º.
- IV - Atividades do Grupo G1, conforme §3º.
- V - Atividades do Grupo G4;
- VI - Atividades do Grupo G10;
- VII - Atividades do Grupo G12.

§ 1º São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas

§ 2º São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais e turísticas permitidas no zoneamento.

§ 3º Não serão permitidas construções de edifícios residenciais e ou comerciais com mais de 03 (três) pavimentos





§ 4º São permitidas no grupo G1 atividades comerciais e de serviços essenciais para atendimento às comunidades locais, limitando-se à 600 m² de área construída.”

**Art. 15.** Inclui o inciso III no § 2º do Artigo 117, com a seguinte redação:

Art. 117 (...)

§ 2º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 – Institucional local.

**Art. 16.** Altera o inciso III no § 2º do Artigo 120, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 (...)

§ 2º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 e G5 – Institucional local e municipal;”

**Art. 17.** Altera o inciso III no § 4º do Artigo 120, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 (...)

§ 4º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 e G5 – Institucional local e municipal;

**Art. 18.** Inclui o inciso II-A no § 2º do Artigo 124, com a seguinte redação:

Art. 124 (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

II-A - Atividades do Subgrupo G4 e G5 em imóveis públicos - Institucional local e municipal públicos;”





**Art. 19.** Altera o inciso II do § 6º do Artigo 124, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 124 (...)

(...)

§ 6º(...)

(...)

II - Atividades do Subgrupo G4, G5 e G6 – Institucional local, municipal e regional;

**Art. 20.** Inclui o inciso V no § 2º do artigo 134 com a seguinte redação:

Art. 134 (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

V - Atividades do Subgrupo G11 – Extração Mineral;

**Art. 21.** Inclui o Artigo 158-A com o parágrafo único e os incisos I a VI, com a seguinte redação:

Art. 158-A. A Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4 é composta por áreas de produção agrícola e agropecuária, no entorno de atividades consolidadas sujeitas à geração de impactos, cuja o objetivo principal é a promover minimização dos impactos e evitar a instalação de atividades conflitantes.

Parágrafo único. São objetivos da Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4:

I - Conter o a expansão urbana;

II - Controlar a ocupação e densidade das ocupações;

III - Promover desenvolvimento das atividades rurais;

IV - Garantir condições de escoamento da produção rural;

V - Proteção das áreas ambientais;

VI - Desestimular a implantação de atividades conflitantes com atividades de impacto.

**Art. 22.** Inclui o artigo 158-B com incisos de I a VII e parágrafos § 1º a § 3º com a seguinte redação:





Art. 158-B. São usos permitidos na Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4:

- I - Atividades dos Subgrupos GR1 - Residencial unifamiliar
- II - Atividades dos Subgrupos GR2 conforme §1º - Residencial multifamiliar;
- III - Atividades dos Subgrupos GR3 conforme §2º – Misto;
- IV - Atividades do Subgrupo G4 e G6A - Institucional local e regional;
- V - Atividades do Subgrupo G10 – Atividades Rurais;
- VI - Atividades do Subgrupo G11 conforme §3º – Extração Mineral;
- VII - Atividades do Subgrupo G12 - Turismo.

§ 1º. São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, sendo o conjunto ocupado por pessoas do mesmo núcleo familiar.

§ 2º. São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais permitidas no zoneamento.

§ 3º. Para implantação de atividades do Grupo G11, devem ser atendidos os requisitos das Unidades de Conservação e suas respectivas Zonas de Amortecimento, fragmentos de Mata Atlântica e demais normas relacionadas.”

**Art. 23.** Inclui o artigo 158-C com a seguinte redação:

Art. 158-C. Para fins de parcelamento do solo urbano na Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4, somente serão permitidos lotes ou unidades privativas com área mínima de 5.000 m², destinados aos usos listados acima.

**Art. 24.** Altera o inciso III do Artigo 167 e inclui o parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 167 (...)

(...)

III - GR3 – Misto – Edificação que integra o uso Residencial (unifamiliar ou multifamiliar) ao uso Não Residencial. A área construída do pavimento térreo deverá ser destinada, no mínimo, em 30% (trinta por cento) para usos não







residenciais (UNR) definidos como permitidos para a zona em que se insere o imóvel.

Parágrafo único. A parcela referente ao mínimo de 30% (trinta por cento) da área construída do pavimento térreo destinada ao uso não residencial poderá ser distribuída em pavimentos contíguos, condicionados ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – Acesso Direto: O acesso de pedestres deve situar-se na cota do logradouro ou apresentar desnível não superior a 1,00m (um metro) em relação ao nível da calçada;

II – Interface com o Logradouro: As unidades comerciais devem apresentar fachadas com aberturas e acessos voltados para a via, garantindo a conectividade entre as lojas e o livre acesso dos usuários."

**Art. 25.** Altera as letras "a" e "b" do inciso II do Artigo 171, que passam a vigorar com a seguinte redação;

Art. 171 (...)

(...)

II - (...)

a) Extração de baixo impacto – após avaliação do setor ambiental competente, poderão ser autorizados, exceto nos zoneamentos ZEIS 1 E 2, ZOP 1, 2 e 3; ZR 1 e 2; ZEIP; ZEIC; ZEM; SC; ZPA 1 e 2; ZPN 1, 2 e 3 e ZEAS.

(...)

b) Extração de médio e alto impacto – após avaliação do setor ambiental competente, poderão ser autorizadas nos zoneamentos ZDER 1; ZRU 3; ZRU 4, ZRI; ZRDS; ZRPD, ZRPS e ZPN 4.

**Art. 26.** Inclui o inciso VIII no Artigo 179, com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

(...)

VIII – Área de Projeção Total - a área da projeção total da edificação sobre o terreno deve considerar todos os elementos arquitetônicos que se projetam sobre o solo, incluindo beirais, marquises, varandas e outros componentes externos, e





a soma dos diversos blocos e pavimentos não deve ultrapassar a taxa de ocupação máxima permitida para o uso classificado no zoneamento.

**Art. 27.** Altera a redação do § 1º do Artigo 179 e seus incisos I e II, que passas a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

§ 1º Serão permitidos no afastamento frontal a construção dos seguintes elementos que não serão contabilizados na taxa de ocupação:

I - Escadaria ou rampa para pedestres e pessoas com deficiência para acesso ao térreo da edificação descobertos;

II – Abrigos de gás, lixo e subestação de energia desde que a área não ultrapasse 15% de ocupação da área do afastamento frontal (Testada x Afastamento Mínimo).

**Art. 28.** Altera a redação do § 4º do Artigo 179 e inclui o § 7º com os incisos I a III, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

(...)

§ 4º. Para as atividades dos subgrupos GR2, quando o 3º pavimento for de uso comum ou garagem, aplicar-se-á o critério de afastamento lateral do 1º e 2º pavimento, conforme Anexo 9.

(...)

§ 7º. Para as edificações classificadas no subgrupo GR3 (Uso Misto), quando os pavimentos primeiro (térreo/acesso), segundo, terceiro e o quarto forem destinados exclusivamente a usos comuns ou estacionamento (garagem), aplicar-se-ão as seguintes disposições:

I. O critério de afastamento lateral dos pavimentos citados (1º ao 4º) deverá seguir as especificações de afastamento lateral do 1º e 2º pavimentos contidas no Anexo 9 desta Lei;

II. Será permitida a aplicação da Taxa de Ocupação (TO) máxima de 90% (noventa por cento) nesses pavimentos;

III. Os pavimentos situados em níveis inferiores ao primeiro pavimento (subsolos) também poderão acompanhar a Taxa de Ocupação (TO) máxima de até 90% (noventa por cento), desde





que igualmente destinados a usos comuns ou estacionamento, podendo também receber parte do percentual de uso não residencial (UNR), conforme artigo 167.

**Art. 29.** Inclui no Artigo 179 os § 8º e § 9º com os incisos I e II que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

§ 8º No mínimo 50% (cinquenta por cento) da área permeável obrigatória deverá ser totalmente coberta com vegetação.

§ 9º Fica autorizada a redução de até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Permeabilidade (TP) mínima estabelecida para o zoneamento do lote, condicionada ao cumprimento cumulativo das seguintes disposições técnicas:

I – Área Permeável Remanescente: A área permeável remanescente (equivalente a 50% da Taxa de Permeabilidade mínima original) deverá ser integralmente coberta com vegetação;

II – Implementação de Reservatório de Retenção: É obrigatória a implementação de um reservatório de retenção de águas pluviais, cujo volume mínimo (VR) não poderá ser inferior a 1,00 m³ (um metro cúbico). O volume mínimo exigido será determinado pela seguinte fórmula:

$$VR (m^3) = 20 \times K \times AP \times Hp$$

Sendo:

VR: Volume do Reservatório de Retenção, expresso em metros cúbicos (m³);

K: Coeficiente de Abatimento, fixado em 0,15;

AP: Área de Projeção da Edificação, expressa em metros quadrados (m²);

Hp: Altura Pluviométrica, fixada em 0,07 metros.”

**Art. 30.** O Art. 180 passa a vigorar acrescido dos Incisos V e VI, com a seguinte redação:

Art. 180 (...)

(...)

V – As seguintes áreas não serão computadas para fins de cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA) das edificações: áreas destinadas à circulação (horizontal





e vertical), depósitos e estoque de apoio (ressalvadas as áreas de armazenagem em empreendimentos de grande porte, como galpões, logística e indústria), instalações sanitárias, áreas de serviço, abrigos de resíduos sólidos, subestações, barriletes e reservatórios.

VI – Para empreendimentos de uso comercial, as áreas destinadas a depósito, estoque ou áreas correlatas não serão consideradas no cálculo de área computável, desde que o somatório de tais áreas não exceda 50% (cinquenta por cento) da área destinada ao salão de vendas ou consumo (área de comercialização de bens e serviços).

**Art. 31.** O caput do Art. 182 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 182 O dimensionamento do número mínimo de vagas de estacionamento para veículos (automóveis, motocicletas e bicicletas), exigidos para as diferentes atividades e respectivos grupamentos de uso nas diversas Zonas Urbanísticas, serão definidos conforme o disposto no Anexo 10 desta Lei.”

**Art. 32.** Revoga o Artigo 183.

**Art. 33.** Altera o caput do Artigo 189, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 189. O parcelamento do solo para fins urbanos deve respeitar as características físicas e da infraestrutura do sistema viário, bem como exigências de área mínima e testada mínima do lote:

**Art. 34.** O caput do Art. 236 passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se o Anexo XI e promovendo-se a inclusão dos os anexos XIV, XV e XVI e substituição dos anexos I, II, III, V, VI, VII, X, conforme a nova composição:

Art. 236. Os mapas e tabelas que integram esta Lei, na forma de dezesseis anexos numerados de 1 (um) a 16 (dezesseis), passam a vigorar com a seguinte composição e denominação:





- I - Anexo 01 – Perímetro Urbano e Rural com regiões administrativas e bairros;
- II - Anexo 02 – Macrozoneamento;
- III - Anexo 03 – Zoneamento;
- IV - Anexo 04 – Unidades de Conservação;
- V - Anexo 05 – Mochuara do Futuro - Zona de Expansão Agroturística Sustentável (ZEAS);
- VI - Anexo 06 – Tabela de Usos Permitidos;
- VII - Anexo 07 - Tabelas de Índices Urbanísticos;
- VIII - Anexo 08 – Tabela de afastamento frontal;
- IX - Anexo 09 – Tabela de afastamentos lateral e fundos;
- X - Anexo 10 - Áreas destinadas ao estacionamento de automóveis, motos e bicicletas
- XI - Anexo 11 – (revogado)
- XII - Anexo 12 – Áreas destinadas ao embarque e desembarque de passageiros;
- XIII - Anexo 13 – Áreas destinadas à carga e descarga de mercadorias.
- XIV – Anexo 14 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1 (ZERU 1)
- XV – Anexo 15 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 2 (ZERU 2)
- XVI – Anexo 16 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 3 (ZERU 3)”

**Art. 35.** Inclui no TÍTULO VIII o CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE.

**Art. 36.** Inclui o Artigo 234-A no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-A O Plano Diretor Municipal, em consonância com os princípios da sustentabilidade, inovação e inclusão social, adota o conceito de Cidade Inteligente como diretriz fundamental para o desenvolvimento urbano de Cariacica. Este capítulo estabelece as bases para a integração de tecnologias e processos inovadores no planejamento e gestão do território municipal.

**Art. 37.** Inclui o Artigo 234-B no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:





Art. 234-B. Para os fins deste Plano Diretor, entende-se por Cidade Inteligente o ambiente urbano que utiliza tecnologia e inovação para otimizar a infraestrutura, a gestão dos recursos e os serviços públicos, promovendo a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, a eficiência econômica e a participação cidadã.

**Art. 38.** Inclui a Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.

**Art. 39.** Inclui o artigo 234-C e incisos I a V na Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-C. São objetivos gerais da abordagem de Cidade Inteligente neste Plano Diretor:

I - Promover o desenvolvimento urbano sustentável, utilizando soluções tecnológicas para otimizar o uso dos recursos naturais e reduzir impactos ambientais;

II - Priorizar a qualidade de vida do cidadão, gerenciando, implementando e prestando serviços por meio de ferramentas e metodologias inovadoras, que promovem o desenvolvimento local urbano e rural integrado, competitivo, resiliente, sustentável, inovador e participativo.

III - Fomentar a inovação e o empreendedorismo, atraindo investimentos e gerando novas oportunidades econômicas;

IV - Fortalecer a participação cidadã e a governança, tornando a gestão municipal mais transparente, colaborativa e responsiva às demandas da sociedade.

V - Promover a universalização do acesso à infraestrutura e aos serviços de telecomunicações, de modo a garantir a prestação estável, com qualidade, segurança, e tarifas módicas e preços justos e razoáveis.

**Art. 40.** Inclui o artigo 234-D e incisos I a IX na Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:





Art. 234-D. São objetivos específicos para a implementação de Cidade Inteligente, no contexto deste Plano Diretor Municipal:

- I - Implementar sistemas inteligentes de mobilidade urbana, visando a otimização do fluxo de tráfego, a promoção do transporte público e não motorizado, e a redução de congestionamentos;
- II - Desenvolver soluções tecnológicas para a gestão eficiente de resíduos sólidos, saneamento básico e recursos hídricos;
- III - Integrar tecnologias de monitoramento e sensoriamento para a segurança pública, a qualidade do ar, e a gestão de desastres naturais;
- IV - Expandir e aprimorar a oferta de serviços públicos digitais (e-gov), garantindo maior acessibilidade e desburocratização;
- V - Fomentar o uso de energias renováveis e a eficiência energética em edificações e infraestruturas públicas;
- VI - Criar plataformas digitais para a participação social, permitindo que os cidadãos contribuam ativamente no planejamento e acompanhamento das políticas urbanas;
- VII - Incentivar a formação de parcerias estratégicas com o setor privado, universidades, centros de pesquisa e a sociedade civil para o desenvolvimento de soluções inovadoras;
- VIII - Estabelecer um arcabouço legal e regulatório que promova a inovação, a proteção de dados e a cibersegurança no ambiente urbano.
- IX - Engajar a educação tecnológica como ferramenta para a transformação social, mediante o apoio progressivo e capacitação de cidadãos residentes em áreas vulneráveis, no âmbito das ações de inovação e Cidade Inteligente adotadas por força desta Lei, e do Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente que deverá ser elaborado em consonância com o Plano Diretor Municipal.

**Art. 41.** Inclui a Seção II - Das Diretrizes para a Implementação no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.

**Art. 42.** Inclui o artigo 234-E e incisos I a VI na Seção II - Das Diretrizes para a Implementação do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:





Art. 234-E. As diretrizes para a implementação do conceito de Cidade Inteligente no território municipal incluem:

I - Integração Tecnológica: Promover a integração de sistemas de informação e comunicação (TICs), sensoriamento, Internet das Coisas (IoT) e análise de Big Data na gestão de infraestruturas e serviços urbanos.

II - Governança Colaborativa e Dados Abertos: Estabelecer um modelo de governança que envolva múltiplos atores (governo, empresas, academia e cidadãos) e garantir a disponibilização de dados públicos de forma aberta e acessível, respeitando a privacidade e a segurança das informações.

III - Inovação Aberta: Fomentar ecossistemas de inovação, estimulando a criação de startups, incubadoras e polos tecnológicos, e promovendo a realização de hackathons e desafios de inovação.

IV - Infraestrutura Conectada: Desenvolver e expandir a infraestrutura de conectividade (fibra óptica, 5G) em todo o território municipal, garantindo acesso universal à internet de alta velocidade.

V - Capacitação e Educação: Investir na capacitação de servidores públicos e da população para o uso e desenvolvimento de tecnologias digitais, promovendo a inclusão digital.

VI - Sustentabilidade e Resiliência: Priorizar soluções que contribuam para a redução da pegada ecológica da cidade, a adaptação às mudanças climáticas e a construção de uma cidade mais resiliente a desastres.

**Art. 43.** Inclui a Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.

**Art. 44.** Inclui o artigo 234-F e incisos I a VI na Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-F. Serão utilizados os seguintes instrumentos e mecanismos para a implementação de uma Cidade Inteligente:

I - Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente: Elaboração de um plano específico, complementar a este Plano Diretor, detalhando as estratégias,







projetos, metas e indicadores de desempenho para cada eixo temático da Cidade Inteligente.

II - Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Cariacica (SMCTI): Formalização do SMIT que tem por objetivo estimular, organizar e apoiar ecossistemas e mecanismos de inovação no município.

III - Fundo Municipal de Inovação: Criação de um fundo específico para financiar projetos e iniciativas de inovação e tecnologia voltados para o desenvolvimento da cidade inteligente.

IV - Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões: Utilização de PPPs e concessões para a implementação de projetos de infraestrutura e serviços baseados em tecnologia.

V - Grupo de Trabalho Intersectorial: Criação de um grupo de trabalho permanente, composto por representantes de diferentes secretarias municipais, setor privado e sociedade civil, para coordenar as ações de Cidade Inteligente.

VI - Indicadores de Desempenho (KPIs): Definição de indicadores claros e mensuráveis para monitorar o progresso na implementação das estratégias de Cidade Inteligente, alinhados com padrões internacionais (como as normas ISO 37120, ISO 37122 e ISO 37123 e suas atualizações).

VII - Revisão Periódica: Este capítulo e as estratégias de Cidade Inteligente serão revistos periodicamente, a cada período de 5 anos, para se adaptar às novas tecnologias, demandas urbanas e ao Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente.

**Art. 45.** Inclui o artigo 234-G e parágrafos §1º e §2º na Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-G. As ações e projetos decorrentes da abordagem de Cidade Inteligente deverão estar em conformidade com as demais disposições deste Plano Diretor, em especial aquelas relativas ao zoneamento, uso e ocupação do solo, e diretrizes ambientais, buscando a integração de serviços e informações entre órgãos e entidades locais.

§ 1º. O desenvolvimento das atividades deverão priorizar a promoção de espaços públicos para incentivar e proporcionar à população o desenvolvimento da criatividade e da inovação.





§ 2º. Focar na prevenção de eventos críticos devendo prever respostas eficazes em caso da ocorrência de desastres, acidentes ou situações de calamidade em território municipal.

**Art. 46.** Altera o inciso VIII e LVIII do artigo 235, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 235. (...)

(...)

VIII - Área computável - Toda a área construída coberta, atendendo os requisitos do Art. 180.

(...)

XI - Área Non aedificandi (área não edificante) – faixa ao logo dos corpos d'água e de domínio público das rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão de energia elétrica, linhas de tubulação sanitária, ou outras nas quais não seja permitido construir, conforme legislações pertinente. Nas faixas não edificantes de rodovias que incidam sobre imóveis privados poderão ser instalados totens, cancelas de acesso para veículos, cerca de alambrado, muretas baixas e contenções necessárias. Essas áreas poderão ser consideradas para cálculo urbanísticos e para implantação de vagas de estacionamento descobertas para veículos.

(...)

LVIII - Uso misto - é a utilização do mesmo lote e da mesma edificação por mais de uma categoria de uso, conforme Art. 167, inciso III.

**Art. 47.** O Artigo 62 da Lei nº 5.732, de 2017, passa a vigorar com a alteração de redação do inciso VI e a inclusão do inciso XI, nos seguintes termos:

Art. 62 (...)

VI - Parâmetros Técnicos para Rebaixo de Guia: É vedado o rebaixamento da guia em extensão superior a 50% (cinquenta por cento) da testada do lote. A inclinação da rampa de rebaixo para acesso de veículos deverá ser de, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento). A projeção do rebaixo não poderá exceder a largura de 0,60 m (sessenta centímetros), devendo ser preservada a largura mínima da faixa livre de passeio de 0,80 m (oitenta centímetros).

(...)





XI - Condição Excepcional para Lotes de Testada Reduzida: Para lotes com testada inferior a 7,00 m (sete metros), será admitido o rebaixo de calçada em até 70% (setenta por cento) da dimensão da testada. Esta permissão está condicionada ao integral cumprimento das normas técnicas de acessibilidade vigentes, em especial a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

**Art. 48.** Altera o §3º no Art. 158 da Lei 5732/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 158. (...)

§3º. Considera-se Residencial Multifamiliar Compacto, doravante denominado Studio/Quitinete/Kitnet, como tipologia habitacional caracterizada pela concentração das funções de estar, dormir e cozinhar em um único ambiente, sendo o sanitário o único cômodo de uso obrigatório a ser segregado/isolado do ambiente principal por paredes e porta, garantindo a privacidade e a higiene.

I. Área Mínima Privativa: A área mínima privativa para a unidade Studio/Kitnet é estabelecida em área mínima de 25 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) quando os ambientes forem integrados ou para ambientes segregados, atendendo às áreas mínimas dispostas no Artigo 159, garantindo a habitabilidade e o conforto aos ambientes.

II. Para fins desta Lei, a classificação de Studio/Quitinete/Kitnet é aplicada a unidades com área privativa que não exceda 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) incluindo varandas, áreas técnicas, entre outros, respeitada a regra de compartimentação de cômodo sanitário segregado obrigatório. Unidades acima desta metragem e que possuam mais de 01 (um) quarto, serão classificadas como apartamentos residenciais multifamiliares tradicionais, devendo atender aos requisitos das legislações vigentes para esse uso.

**Art. 49.** O Art. 1º da Lei nº 5.301, de 1º de dezembro de 2014, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. O Perímetro Urbano municipal é definido no Plano Diretor Municipal.





**Art. 50.** Ficam substituídos os anexos cartográficos referidos no Art. 2º da Lei nº 4.772/2010, no que tange aos bairros Alice Coutinho, Antônio Ferreira Borges, Bubu, Campina Grande, Cangaíba, Formate, Foz do Rio Bubu, Mucuri, Nova Campo Grande, Novo Brasil, Padre Gabriel, Piranema, São Gonçalo, Serra do Anil, Vale dos Reis, passando a vigorar conforme os mapas anexos a esta Lei Complementar.

**Art. 51.** Ficam substituídos os anexos cartográficos referidos no Art. 2º da Lei 5301/2014 no que tange aos bairros Alice Coutinho, Antônio Ferreira Borges, Bubu, Campina Grande, Cangaíba, Formate, Foz do Rio Bubu, Mucuri, Nova Campo Grande, Novo Brasil, Padre Gabriel, Piranema, São Gonçalo, Serra do Anil, Vale dos Reis, passando a vigorar conforme os mapas anexos a esta Lei Complementar.

**Art. 52.** Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 53.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cariacica/ES, 1º de dezembro de 2025.

**EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR**

Prefeito Municipal







CARIACICA

PERÍMETRO  
URBANO  
E RURAL

REGIÕES

BAIRROS

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO I

2025

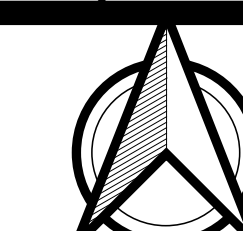
## LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL (IBGE)
- MUNICIPIOS VIZINHOS
- BAÍA DE VITÓRIA
- PERIMETRO URBANO

## REGIÕES

- REGIÃO 1 - (URBANA)
- REGIÃO 2 - (URBANA)
- REGIÃO 3 - (URBANA)
- REGIÃO 4 - (URBANA)
- REGIÃO 5 - (URBANA)
- REGIÃO 6 - (URBANA)
- REGIÃO 7 - (URBANA)
- REGIÃO 8 - (URBANA)
- REGIÃO 9 - (URBANA)
- REGIÃO 10 - (URBANA)
- REGIÃO 11 - (URBANA)
- REGIÃO 12 - (URBANA)
- REGIÃO 13 - (RURAL)
- REGIÃO 14 - (RURAL)

0 0,8 1,6 km



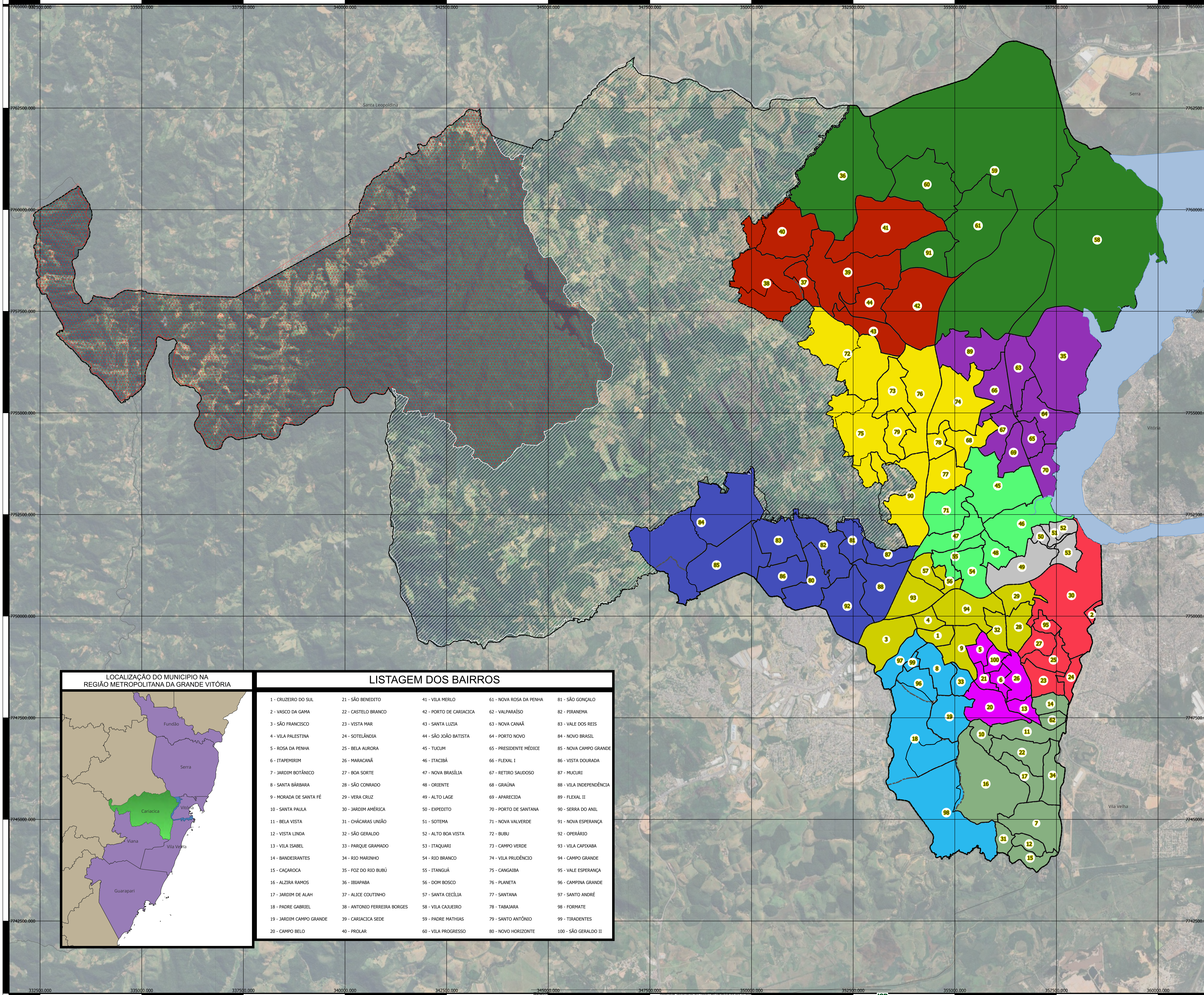
ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

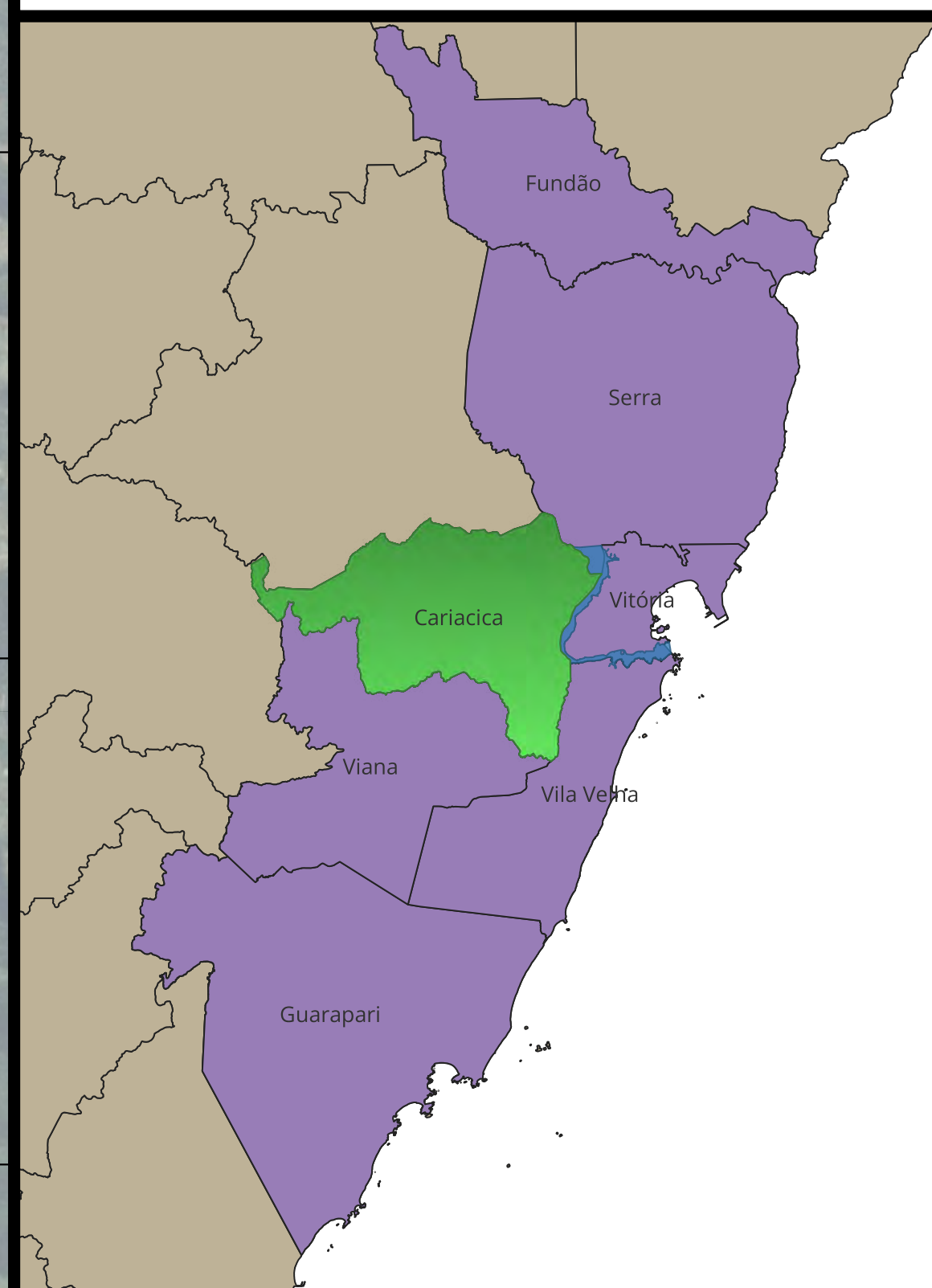
LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO NA  
REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA



## LISTAGEM DOS BAIRROS

1 - CRUZEIRO DO SUL	21 - SÃO BENEDITO	41 - VILA MERLO	61 - NOVA ROSA DA PENHA	81 - SÃO GONÇALO
2 - VASCO DA GAMA	22 - CASTELO BRANCO	42 - PORTO DE CARIACICA	62 - VALPARAÍSO	82 - PIRANEMA
3 - SÃO FRANCISCO	23 - VISTA MAR	43 - SANTA LUZIA	63 - NOVA CANAÃ	83 - VALE DOS REIS
4 - VILA PALESTINA	24 - SOTELÂNDIA	44 - SÃO JOÃO BATISTA	64 - PORTO NOVO	84 - NOVO BRASIL
5 - ROSA DA PENHA	25 - BELA AURORA	45 - TUCLUM	65 - PRESIDENTE MÉDICE	85 - NOVA CAMPO GRANDE
6 - ITAPEMIRIM	26 - MARACANÃ	46 - ITACIBÁ	66 - FLEXAL I	86 - VISTA DOURADA
7 - JARDIM BOTÂNICO	27 - BOA SORTE	47 - NOVA BRASÍLIA	67 - RETIRO SAUDOSO	87 - MUCURI
8 - SANTA BÁRBARA	28 - SÃO CONRADO	48 - ORIENTE	68 - GRAUNA	88 - VILA INDEPENDÊNCIA
9 - MORADA DE SANTA FÉ	29 - VERA CRUZ	49 - ALTO LAGE	69 - APARECIDA	89 - FLEXAL II
10 - SANTA PAULA	30 - JARDIM AMÉRICA	50 - EXPEDITO	70 - PORTO DE SANTANA	90 - SERRA DO ANIL
11 - BELA VISTA	31 - CHÁCARAS UNIÃO	51 - SOTEMA	71 - NOVA VALVERDE	91 - NOVA ESPERANÇA
12 - VISTA LINDA	32 - SÃO GERALDO	52 - ALTO BOA VISTA	72 - BUBU	92 - OPERÁRIO
13 - VILA ISABEL	33 - PARQUE GRAMADO	53 - ITAQUARI	73 - CAMPO VERDE	93 - VILA CAPIXABA
14 - BANDEIRANTES	34 - RIO MARINHO	54 - RIO BRANCO	74 - VILA PRUDÊNCIO	94 - CAMPO GRANDE
15 - CAÇAROCA	35 - FOZ DO RIO BUBU	55 - ITANGUÁ	75 - CANGAIBA	95 - VALE ESPERANÇA
16 - ALZIRA RAMOS	36 - IBIAPABA	56 - DOM BOSCO	76 - PLANETA	96 - CAMPINA GRANDE
17 - JARDIM DE ALAH	37 - ALICE COUTINHO	57 - SANTA CECÍLIA	77 - SANTANA	97 - SANTO ANDRÉ
18 - PADRE GABRIEL	38 - ANTONIO FERREIRA BORGES	58 - VILA CAJUEIRO	78 - TABAJARA	98 - FORMATE
19 - JARDIM CAMPO GRANDE	39 - CARIACICA SEDE	59 - PADRE MATHIAS	79 - SANTO ANTÔNIO	99 - TIRADENTES
20 - CAMPO BELO	40 - PROLAR	60 - VILA PROGRESSO	80 - NOVO HORIZONTE	100 - SÃO GERALDO II







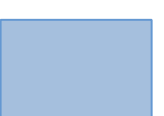
CARIACICA

ANEXO II  
MACROZONEAMENTO



LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

2025

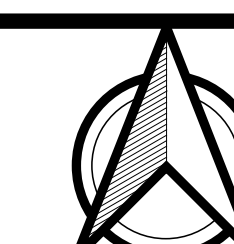
LEGENDA

-  LIMITE MUNICIPAL
-  MUNICIPIOS VIZINHOS
-  BAÍA DE VITÓRIA

MACROZONEAMENTO

-  MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO
-  MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
-  MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
-  MACROZONA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
-  MACROZONA DE INTEGRAÇÃO RURAL
-  MACROZONA DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO
-  MACROZONA DE OCUPAÇÃO LIMITADA
-  MACROZONA DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL
-  MACROZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
-  MACROZONA DE TRANSIÇÃO E AMORTECIMENTO

0 0,8 1,6 km



ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
LEI Nº051/2014  
LEI Nº4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025





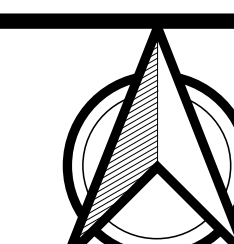
CARIACICA  
PERÍMETRO URBANO  
E RURAL  
ZONEAMENTO  
ANEXO III  
2025

LEGENDA

- LIMITE MUNICIPAL (IBGE)
- MUNICIPIOS VIZINHOS
- BAÍA DE VITÓRIA
- PERIMETRO URBANO

ZONEAMENTO			
Eixo de Mobilidade 1 - EM-1	Zona de Ocupação Preferencial 1 - ZOP -1	Zona Especial de Interesse Social 1 - ZEIS -1	Zona Rurbana 3 - ZRU -3
Eixo de Mobilidade 2 - EM-2	Zona de Ocupação Preferencial 2 - ZOP -2	Zona Especial de Interesse Social 2 - ZEIS -2	Zona de Desenvolvimento Econômica e Regional 2
Eixo de Mobilidade 3 - EM-3	Zona de Ocupação Preferencial 3 - ZOP -3	Zona Especial de Interesse Social 3- ZEIS -3	Zona de Preservação Ambiental 2
Eixo de Mobilidade 4 - EM-4	Zona de Preservação Natural 1 - ZPN-1	Zona Especial Metropolitana - ZEM	Zona de Uso Específico - ZUE
Eixo de Mobilidade 5 - EM-5	Zona de Preservação Natural 2 - ZPN -2	Zona Residencial 1 - ZR-1	Zona Especial de Interesse de Preservação 1
Zona de Desenvolvimento Econômico e Regional 1 - ZDER-1	Zona de Preservação Natural 3 -ZPN-3	Zona Residencial 2 - ZR -2	Zona Especial de Interesse Comercial
Zona de Desenvolvimento Econômico e Regional 2 -ZDER -2	Zona de Proteção Ambiental 1 - ZPA -1	Zona Rural de Desenvolvimento Sustentável - ZRDS	Zona Especial de Interesse de Preservação 2
Zona de Desenvolvimento Econômico e Regional 3 - ZDER -3	Zona de Proteção Ambiental 2 - ZPA -2	Zona Rural de Produção e Dinamização - ZRPD	Zona Rural de Integração
Subcentro -SC	Zona de Uso Específico - ZUE	Zona Rural de Produção Sustentável - ZRPS	Zona de Preservação Natural 4
Zona de Ocupação Limitada 1 - ZOL-1	Zona Especial de Contenção ao Impacto - ZECI	Zona Rurbana 1 - ZRU -1	
Zona de Ocupação Limitada 2 - ZOL-2	Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA	Zona Rurbana 2 - ZRU -2	

0 0,8 1,6 km



ESCALA:1:30000  
PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°  
LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010  
ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC  
DATA: 02/09/2025





CARIACICA

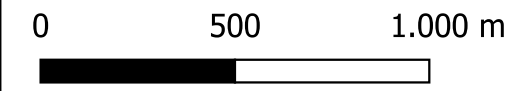
MOCHUARA DO FUTURO

LEI COMPLEMENTAR 111/2021  
(PLANO DIRETOR MUNICIPAL)

ANEXO V

2025

- LIMITE DO PERIMETRO URBANO
- PERÍMETRO DO MOCHUARA DO FUTURO
- ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO MONTE MOCHUARA
- PARQUE NATURAL MUNICIPAL MONTE MOCHUARA
- BAIRROS



ESCALA:1:20000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)

DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

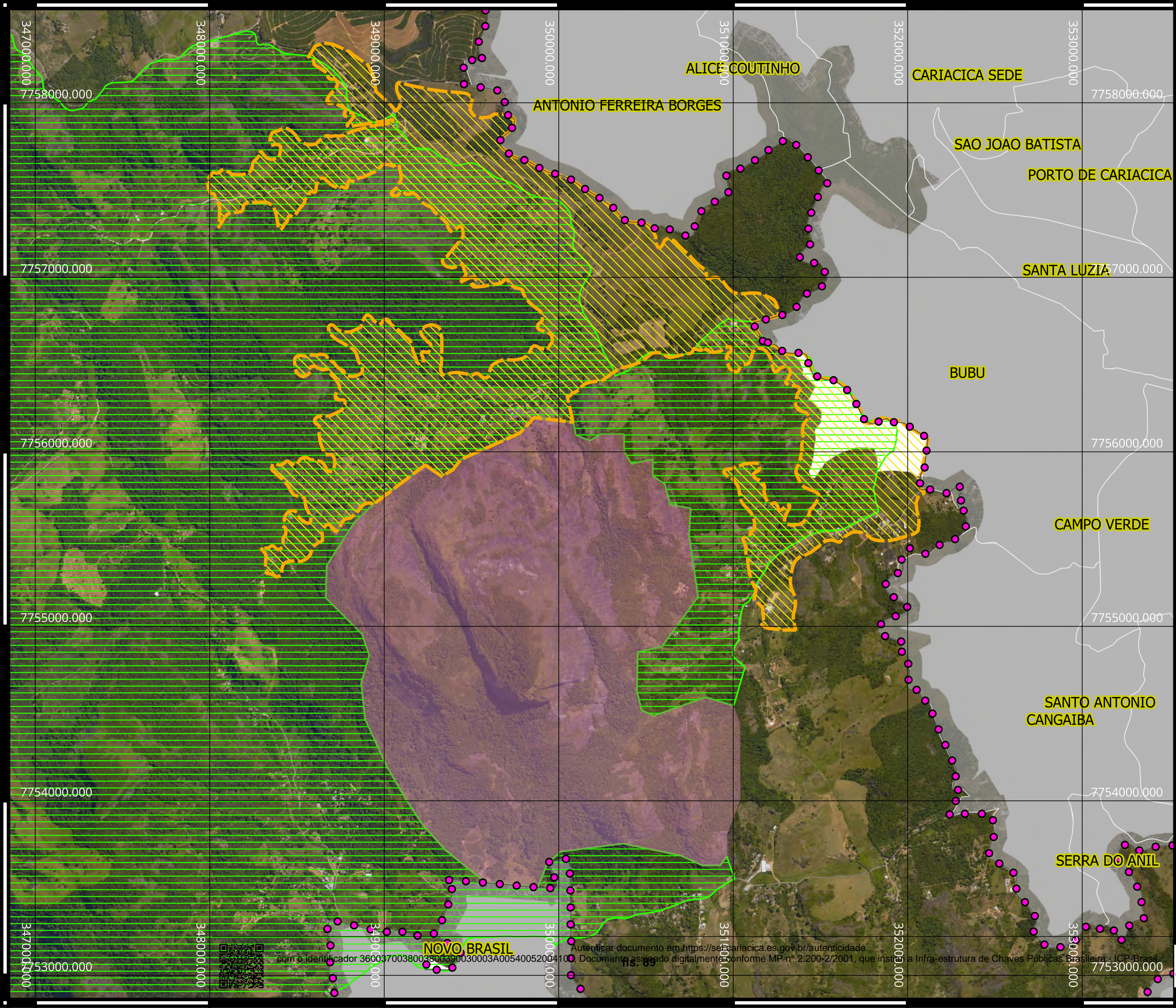
LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021

LEI Nº051/2014

LEI Nº4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://seu.cariacica.es.gov.br/autenticidade> com o identificador 3600370038003800390030003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



ANEXO VI USOS PERMITIDOS																	
ZONEAMENTOS		Grupo Residencial			Grupo Comércio, Serviço e Institucional							Grupo Industrial			Grupo Rural e Turismo		
		UNIFAMILIAR - GR1	MULTIFAMILIAR - GR2	MISTO - GR3	COMERCIAL E SERVIÇOS LOCAL - G1 (< 600)	COMERCIAL E SERVIÇOS MUNICIPAL - G2 (ATÉ 3000)	COMERCIAL E SERVIÇOS REGIONAL - G3(>3000)	INSTITUCIONAL L LOCAL - G4 (<3000)	INSTITUCIONAL MUNICIPAL - G5 (até 10.000)	INSTITUCIONAL REGIONAL - G6 (>10.000)	INSTITUCIONAL REGIONAL - G6A (presídios)	INDUSTRIAL I - G7 (ATÉ 600)	INDUSTRIAL II - G8 (ATÉ 2000)	INDUSTRIAL III - G9 (ACIMA DE 2000)	GRUPO ESPECIAL (RURAL/ZRU) - G10	EXTRAÇÃO MINERAL - G11	GRUPO ESPECIAL - TURISMO G12
ZOL	ZOL 1	P	P	P	P	NP	NP	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	ZOL 2	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	P
ZEIS	ZEIS 1	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP
	ZEIS 2	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP
	ZEIS 3	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P*	NP
ZOP	ZOP 1	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZOP 2	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
	ZOP 3	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
ZR	ZR 1	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZR 2	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIC	P	NP	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZECI	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	NP
ZDER	ZDER 1	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP
	ZDER 2	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	P	NP	P*	NP
	ZDER 3	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	NP
	ZEM	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	SC	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZUE	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZEIP	ZEIP 1	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIP 2	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIA	P	P	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP
ZRU	ZRU 1 (400)	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRU 2 (1000)	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRU 3 (5000)	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZRU 4 (5000)	P	P	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	NP
ZPA	ZPA 1	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPA 2	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZPN	ZPN 1	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 2	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 3	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 4	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P
EM	EM 1	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P
	EM 2	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 3	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 4 - BR 447	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 4 - Av. Bernardo Simmer	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 5	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P*	P
ZONAS RURAIS	ZRI	P	P <sup>1</sup>	P <sup>2</sup>	P <sup>3</sup>	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZRDS	P	P <sup>1</sup>	P <sup>2</sup>	P <sup>3</sup>	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZRPD	P	P <sup>1</sup>	P <sup>2</sup>	P <sup>3</sup>	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRPS	P	P <sup>1</sup>	P <sup>2</sup>	P <sup>3</sup>	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZEAS	P	P <sup>1</sup>	P <sup>2</sup>	P <sup>3</sup>	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	NP	P

OBSERVAÇÕES:

1. Entende-se como Uso Misto, uma mesma edificação ou complexo com uso residencial + outro uso permitido no zoneamento, desde que o uso não residencial ocupe pelo menos 30% do pavimento térreo.
2. P<sup>1</sup> - São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, sendo o conjunto ocupado preferencialmente por pessoas do mesmo núcleo familiar.
3. P<sup>2</sup> - São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais permitidas no zoneamento.
4. P<sup>3</sup> - São permitidas no grupo G1 atividades comerciais e de serviços essenciais para atendimento às comunidades locais, limitando-se à 600 m² de área construída.
5. P\* - De acordo com o art. 171.



ANEXO VII																																	
TABELA DE ÍNDICES URBANÍSTICOS																																	
ZONAS			COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO															TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA (%)	TAXA DE PERMEABILIDADE (%)														
			UNIFAMILAR	MULTIFAMILIAR	MISTO	COMERCIAL E SERVIÇOS	COMERCIAL E SERVIÇOS	COMERCIAL E SERVIÇOS	INSTITUCIONAL	INSTITUCIONAL	INSTITUCIONAL	INSTITUCIONAL	INDUSTRIAL I	INDUSTRIAL II	INDUSTRIAL III	GRUPO ESPECIAL (RURAL/ZRU)	EXTRAÇÃO MINERAL			TURÍSTICO													
			GR1	GR2	GR3	G1	G2	G3	G4	G5	G6	G6A	G7 (ATÉ 600)	G8(ATÉ 2000)	G9 (ACIMA DE 2000)	G10	G11	G12															
ZONAS URBANAS	ZONA DE OCUPAÇÃO LIMITADA	ZOL1	2	4	4	2			3	4	4		2	2,5		0,5	4	80	10														
		ZOL2					3	4																									
	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL	ZEIS 1	2	4	4	2			3	4			2				90																
		ZEIS 2			5													80															
		ZEIS 3																															
	ZONA DE OCUPAÇÃO PREFERENCIAL	ZOP 1	2	6	7	3	6	7	3	4	5		2			7	80																
		ZOP 2		5	6		5	6																									
		ZOP 3																															
	ZONA RESIDENCIAL	ZR 1	2	5	6	3			3	4			2				7	80															
		ZR 2		6	7																												
	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE COMERCIAL	ZEIC	2		7	3	6	7	3	4			2				7	80															
	ZONA ESPECIAL DE CONTENÇÃO DE IMPACTOS	ZECI				3	5	6	3	4	5		2	2,5				70		15													
	ZONA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E REGIONAL	ZDER 1				3	3	4	2*	3*	5	3	2	2,5	3		0,5		70														
		ZDER 2					3	4	2	4	4																						
		ZDER 3					3	4	2	4	5																						
	ZONA ESPECIAL METROPOLITANA	ZEM			7	3	6	7	3	4	5		2				7	80	10														
	SUBCENTRO	SC			4	3	5	6	3	4	5		2				6	80															
	ZONA DE USO ESPECÍFICO	ZUE							3	4	5	3					5	80															
	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO	ZEIP 1	2	2,5	3				3	4								3	70	20													
		ZEIP 2																															
	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE AMBIENTAL	ZEIA	1	1	1	1			1	2								50	20														
	ZONA DE RESTRIÇÃO URBANA	ZRU 1	1	2	2	1,5			2	4						2	0,1			3													
		ZRU 2	0,5	0,7	0,7	0,6				1,5																							
		ZRU 3	0,2	0,4	0,4	0,12																											
		ZRU 4	0,2	0,4	0,4					2			1	1																			
	EIXO DE MOBILIDADE	EM 1				3	5	6	3	4	5		2	2,5			0,1	4	80	10													
		EM 2	2	4	5	3	5		3	4								5	80														
		EM 3	2	4	5	3	5		3	4								3	80														
EM 4		ver artigo 137 - § 4º																															
EM 5		2	2,5	3	3	4	5	3	3									2				0,1	3	70	10								
ZONAS AMBINETAIS	ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL	ZPA 1						0,1										0,1	5	95													
		ZPA 2																															
	ZONA DE PRESERVAÇÃO NATURAL	ZN 1																															
		ZN 2																															
		ZN 3																															
		ZN 4																				0,1											
ZONAS RURAIS	ZONA RURAL DE INTEGRAÇÃO	ZRI	0,2	0,4	Conforme Observação 8			Conforme Observação 9			2				1	0,1	1	30	50														
	ZONA RURAL DE INTEGRAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	ZRDS																															
	ZONA RURAL DE PRODUÇÃO E DINAMIZAÇÃO	ZRPD																															
	ZONA RURAL DE PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL	ZRPS																															
	ZONA DE EXPANSÃO AGROTURÍSTICA SUSTENTÁVEL	ZEAS																															

OBSERVAÇÕES:

1. O pavimento térreo, se destinado a edificações de uso misto (GR3) e comercial (G1, G2 e G3), poderá ocupar 90% da área do lote desde que sejam mantidas as condições de ventilação, iluminação e permeabilidade.
2. No mínimo 50% (Cinquenta por cento) da área permeável mínima deverá ser destinada à área totalmente coberta com vegetação, sem interferências de caixas de passagens e outros itens de infraestrutura ou semelhantes.
3. Configura-se para efeito de uso misto (GR3) a proporção mínima de 30% do pavimento térreo para a atividade não residencial.
4. Misto – São atividades dos grupos GR1 ou GR2 + qualquer uso permitido no zoneamento.
5. Nas Zonas de Restrição Urbana - ZRU o gabarito fica limitado a 3 pavimentos
6. Nas Zonas Especiais de Interesse de Preservação (ZEIP 1 e 2), Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) e nas Zonas de Proteção Natural (ZPN) o gabarito fica limitado a 3 pavimentos
7. A área a ser desenvolvida pelas atividades do grupo G4 deverá ser aprovada pelo setor ambiental competente nas Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) e nas Zonas de Proteção Natural (ZPN).
8. As atividades do grupo G1 poderão ocupar no máximo 600 m² de área construída para as Zonas Rurais e Zonas de Restrição Urbana 1, 2 e 3.
9. As atividades do grupo G4 poderão ocupar no máximo 3000 m² de área construída para as Zonas Rurais e Zonas de Restrição Urbana
10. Na ZDER 1 são autorizadas atividades do Subgrupo G4 e G5 em imóveis públicos - Institucional local e municipal públicos.



ANEXO X				
ÁREAS DESTINADAS AO ESTACIONAMENTO DE AUTOMÓVEIS, MOTOS E BICICLETAS				
	Tipo de Empreendimento	Requisitos Mínimos de Vagas (Carros)	Requisitos Mínimos de Vagas (Motos)	Requisitos Mínimos de Vagas (Bicicletas, Bicicletas Elétricas)
1.	Residencial Unifamiliar	1 vaga por unidade	Isento	1 vaga por unidade
2.	Residencial Multifamiliar	1 vaga por unidade	Isento	1 vaga por unidade
3.	Residencial Multifamiliar de Interesse Social	1 vaga a cada 3 unidades	1 vaga a cada 4 unidades	1 vaga por unidade
4.	Residencial Multifamiliar Compacto (Studio/Quitinete/Kitnet)	1 vaga a cada 3 unidades	1 vaga a cada 6 unidades	1 vaga por unidade
5.	Lojas / Salas comerciais isoladas ou em conjunto que totalizem até 200 m² de área construída.	Isento	Isento	1 vaga a cada 30 m² de área construída. Obs. As vagas podem ser paraciclos, desde que atenda às normas específicas.
6.	Lojas / Salas comerciais acima de 200 m² de área construída.	1 vaga a cada 35 m² de área computável.	1 vaga a cada 100 m² de área computável.	Até 100 m²: 1 vaga a cada 25 m². Acima de 100 m² a 500 m²: 1 vaga a cada 40 m². Acima de 500 m²: 1 vaga a cada 50 m². Obs. As vagas podem ser paraciclos, desde que atenda às normas específicas. As vagas são determinadas pela área computável.
7.	Lojas / Salas comerciais térreas de edifícios de uso misto (Lojas + Multifamiliar)	Isento	Isento	Até 100 m²: 1 vaga a cada 25 m². Acima de 100 m² a 500 m²: 1 vaga a cada 40 m². Acima de 500 m²: 1 vaga a cada 50 m². Obs. As vagas podem ser paraciclos, desde que atenda às normas específicas. As vagas são determinadas pela área computável.
8.	Centro comercial / Shopping center	1 vaga a cada 35 m² computável	1 vaga a cada 6 vagas de carro	Até 5000 m² de área computável: 1 vaga a cada 50 m² Acima de 5000 m² área computável: 1 vaga a cada 200 m² no excedente
9.	Supermercado / Hipermercado / Horto Mercado	1 vaga a cada 25 m², computável.	1 vaga a cada 6 vagas de carro	Até 1000 m² de área computável: 1 vaga a cada 50 m² Acima de 1000 m² de área computavel: 1 vaga a cada 100 m² no excedente
10.	Hospital, Clínicas e similares	Até 600m²: 1 vaga a cada 35m² de área de atendimento e administrativa. Acima de 600m²: 1 vaga a cada 50m² de área de atendimento e administrativa	1 vaga a cada 200 m² de área de atendimento e administrativa.	Até 600m²: 1 vaga a cada 35m² de área de atendimento e administrativa. Acima de 600m²: 1 vaga a cada 50m² de área de atendimento e administrativa
11.	Posto de Gasolina	Se não loja de conveniência: 1 vaga a cada 35m² de área construída (não considerando a área de abastecimento). Se tiver loja de conveniência: 1 vaga a cada 25 m² de área construída (não considerando a área de abastecimento)	1 vaga a cada 50 m² de área construída (não considerando a área de abastecimento).	1 vaga a cada 50 m² de área construída (não considerando a área de abastecimento).
12.	Templo Religioso (igrejas)	Até 150 m² área destinada ao culto: Isento Acima de 150 m² de área destinada ao culto: 1 vaga a cada 20 m² no excedente	Até 150 m² de público: Isento Acima de 150 m² de área de público: 1 vaga a cada 70 m² no excedente	1 vaga a cada 50 m² de área de público
13.	Centro de eventos / convenções / sala de reuniões / centro cultural / clubes	Até 1000 m²: 1 vaga a cada 35 m² Acima de 1000 m²: 1 vaga a cada 50 m² no excedente a 1000m² Acima de 5000 m² (clubes): 1 vaga a cada 75 m², para o que exceder a 5.000m² OBS: Considerar área computável	1 vaga a cada 6 vagas de carro	1 vaga a cada 100 m² de área de público
15.	Hotel / Apart hotel	1 vaga a cada 4 apartamentos	1 vaga a cada 6 apartamentos	1 vaga a cada 100 m² de administrativo
17.	Estabelecimentos de Ensino infantil, fundamental e médio	1 vaga a cada 50 m² de área de sala de aula + área administrativa	1 vaga a cada 250 m² de área de sala de aula + área administrativa	1 vaga a cada 15 m² de área de sala de aula
18.	Estabelecimentos de Ensino superior	Ensino superior: 1 vaga a cada 25 m² de área de sala de aula + administrativo	1 vaga a cada 125 m² de área de sala de aula + administrativo	1 vaga a cada 15 m² de área de sala de aula + administrativo
19.	Base de Pesquisa Científica e/ou alojamento para pesquisadores/ Base Administrativa / Base de Apoio para Parques Ecológicos que recebe ou não público	1 vaga a cada 100 m²	1 vaga a cada 100 m²	1 vaga a cada 50 m²
20.	Galpão / centrais de distribuição	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 500 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 1000 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 70 m² Produção/armazenamento: Até 1000 m² : 1 vaga a cada 200 m² Acima de 1000 m²: 1 vaga a cada 1000 m² no excedente
21.	Entretenimento noturno / casa de shows e festas	Até 750 m² de área computável: 1 vaga a cada 25 m² Acima de 750 m² de área computável: 1 vaga a cada 50 m² no excedente a 750,00m² (ver se está a lei)	1 vaga a cada 150 m² de área computável	1 vaga a cada 100 m² de área computável
22.	Indústria (Atividades de Fabricação)	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 500 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 35 m² Produção/armazenamento: 1 vaga a cada 1000 m²	Setor administrativo: 1 vaga a cada 70 m² Produção/armazenamento: Até 1000 m² : 1 vaga a cada 250 m² Acima de 1000 m²: 1 vaga a cada 1000 m² no excedente
23.	Academia de esportes, dança e similares	1 vaga a cada 50 m² de área computável.	1 vaga a cada 70 m² da área computável.	1 vaga a cada 40 m² da área computável.

Obs 1: 30 % das vagas de bicicletas podem ser demarcadas com uso de paraciclo.







CARIACICA

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO XIV

ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA

BACIA DO RIO BUBU

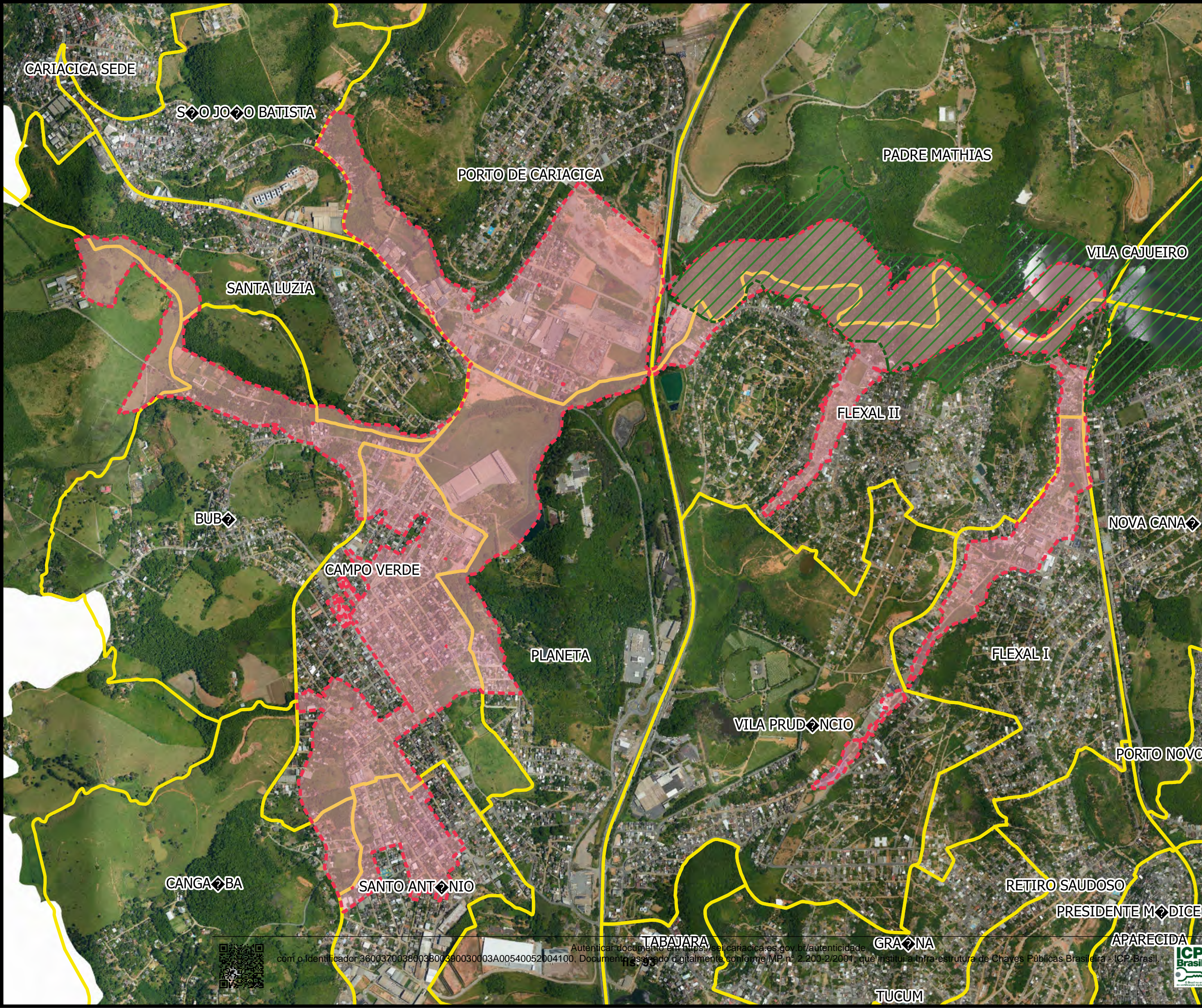
2025

## LEGENDA

 LIMITE DE BAIRROS

 LIMITES ZERU BUBU

 ZPA RIO BUBU



Autenticar documento em <https://sei.cariacica.es.gov.br/autenticidade>  
com o Identificador 3600370038003800390030003A00540052004100. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.







CARIACICA

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)

ANEXO XV

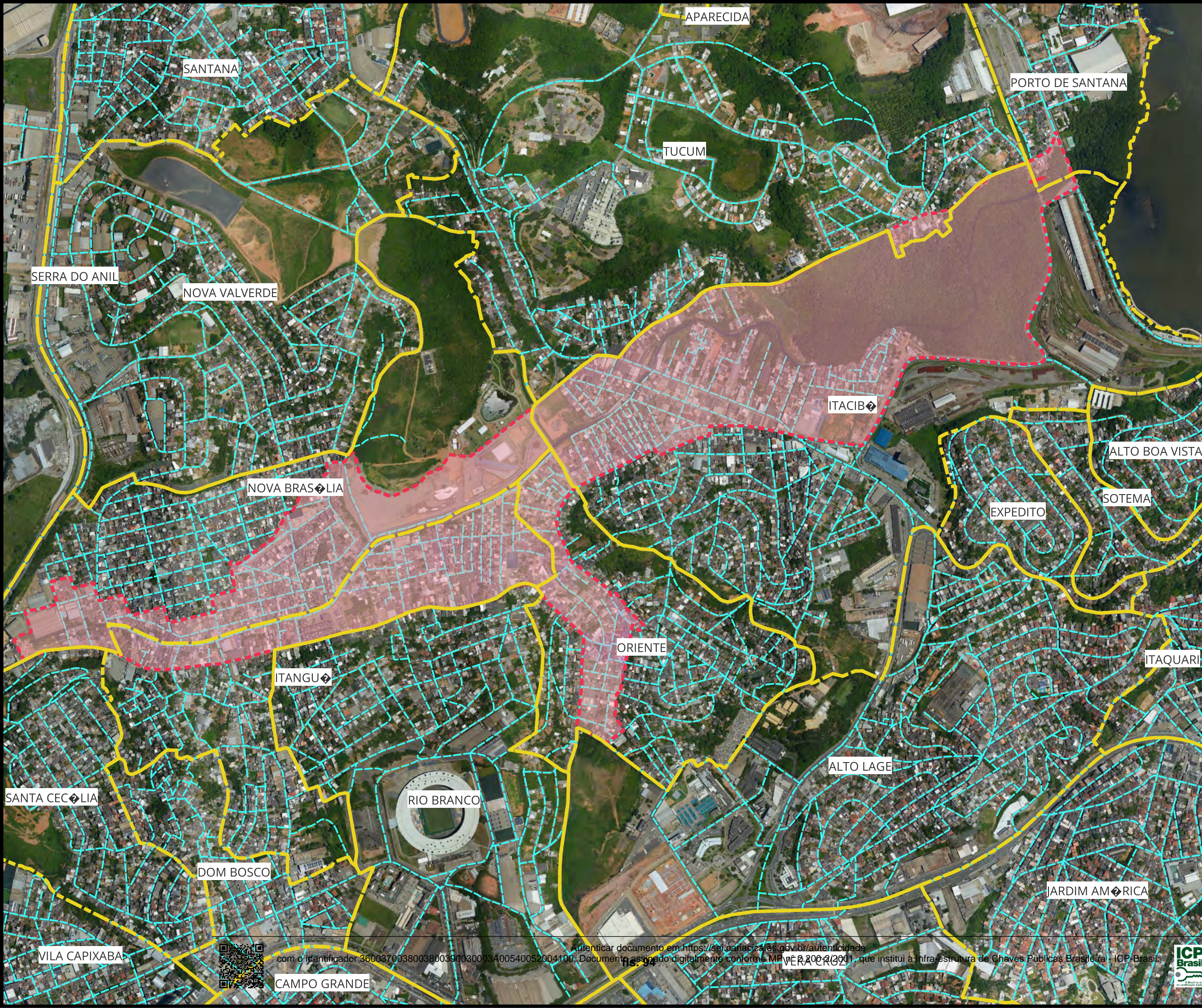
ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA

BACIA DO RIO  
ITANGUA

2025

## LEGENDA

 LIMITES ZERU ITANGUA







CARIACICA

LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)






ANEXO XVII

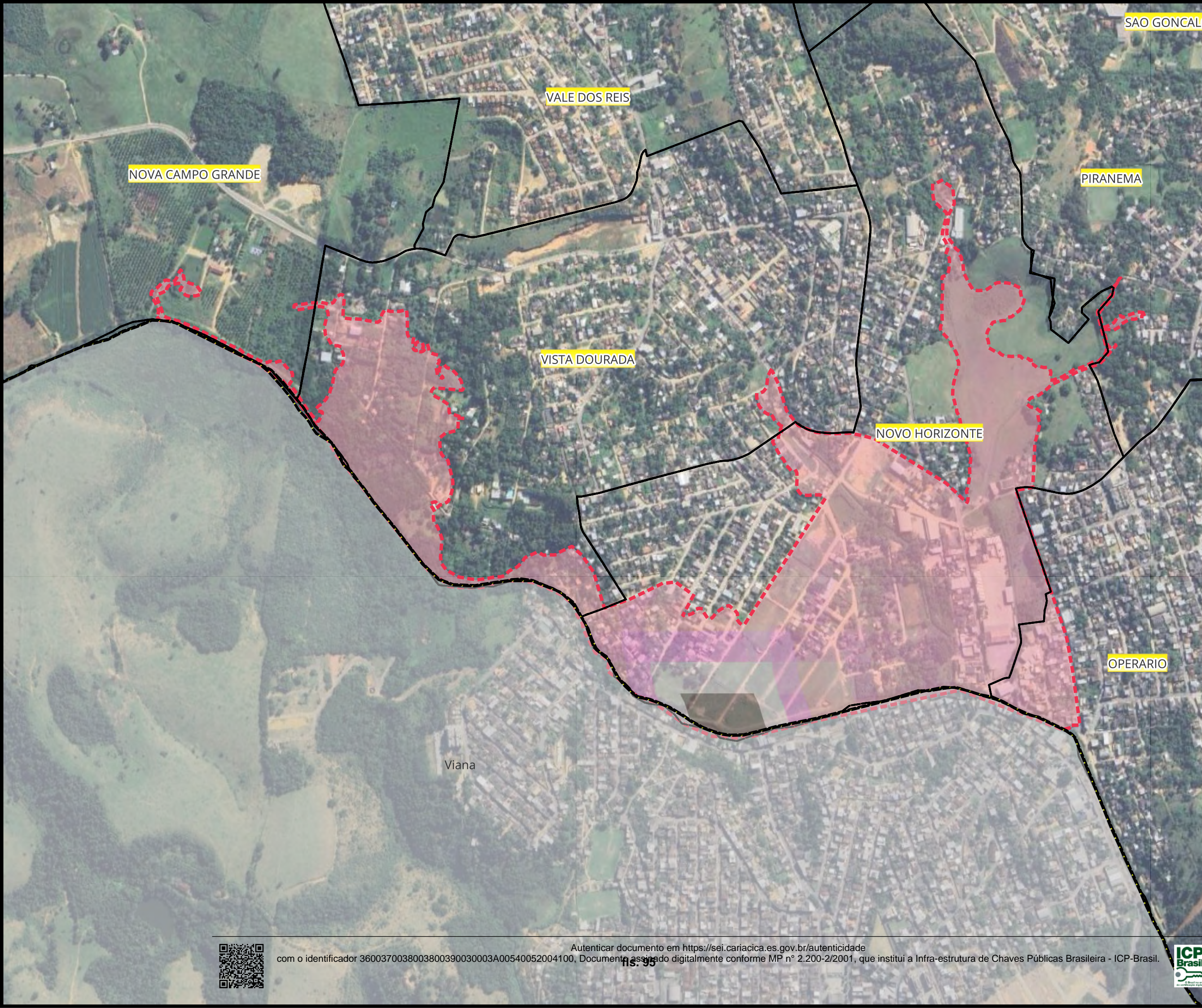
ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA

BACIA DO RIO  
FORMATE  
(PARTE NORTE)

2025

## LEGENDA

-  ZERU RIO FORMATE
-  LIMITE MUNICIPAL
-  PERIMETRO URBANO
-  MUNICIPIOS VIZINHOS
-  LIMITES DOS BAIRROS



Autenticar documento em <https://sei.cariacica.es.gov.br/autenticidade>  
com o identificador 3600370038003800390030003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ns: 95



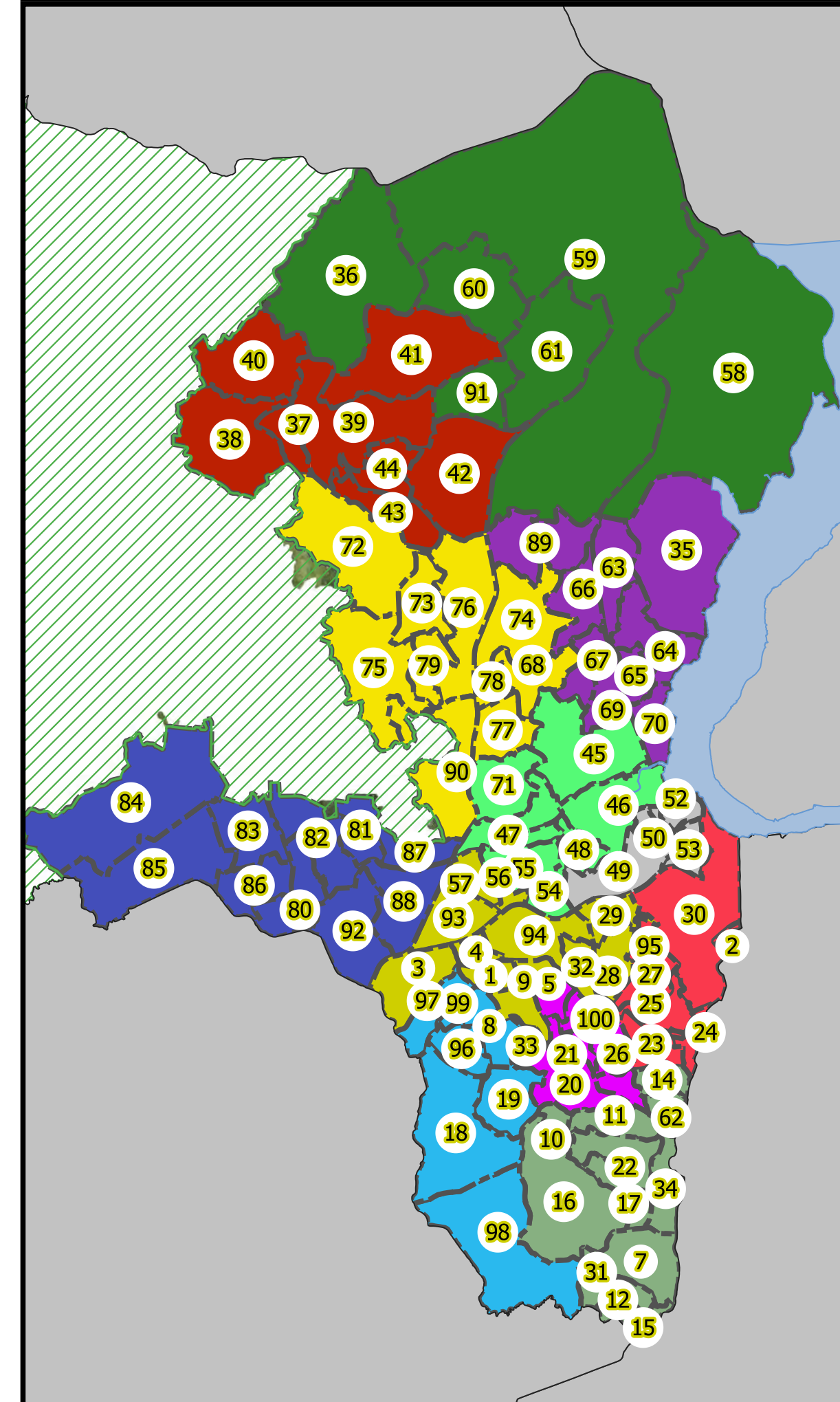




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
PADRE GABRIEL



LEGENDA	
	PERIMETRO URBANO
	LIMITES DOS BAIRROS
	LOGRADOUROS

0 100 200 m

ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://sei.garidica.mg.gov.br/autenticidade>



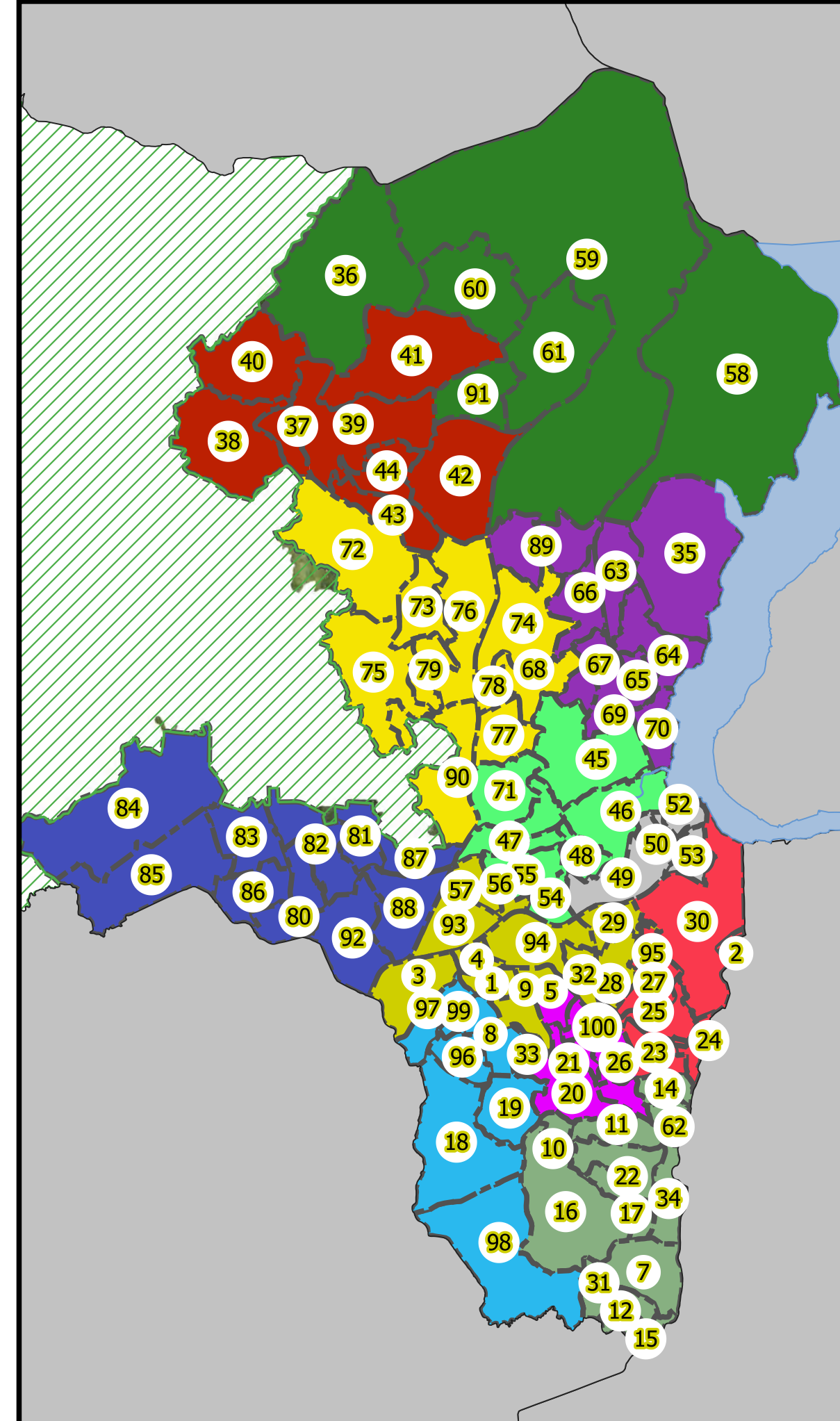




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

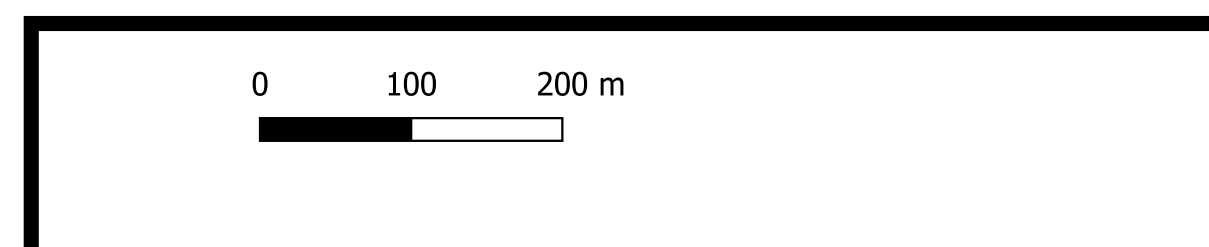
2025

BAIRRO:  
FOZ DO RIO BUBU



**LEGENDA**

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



350500.000

PROLAR

351000.000

351500.000

352000.000

VILA MERLO

7758500.000

7758000.000

000'00'7757500.000

351000.000

351500.000

352000.000

7758500.000

7758000.000

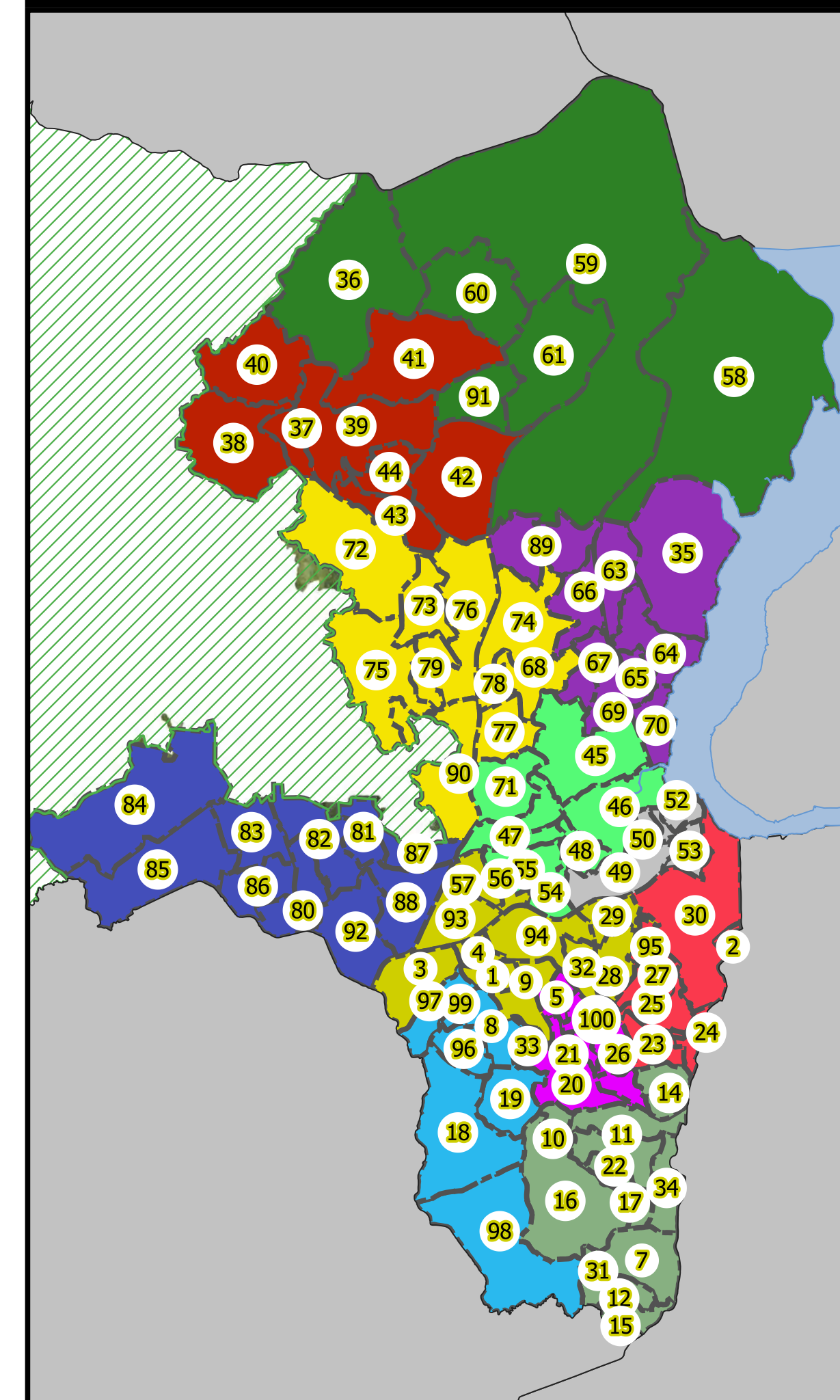
000'00'7757500.000



PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
ALICE COUTINHO



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS

0 100 200 m  
1:2.500

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

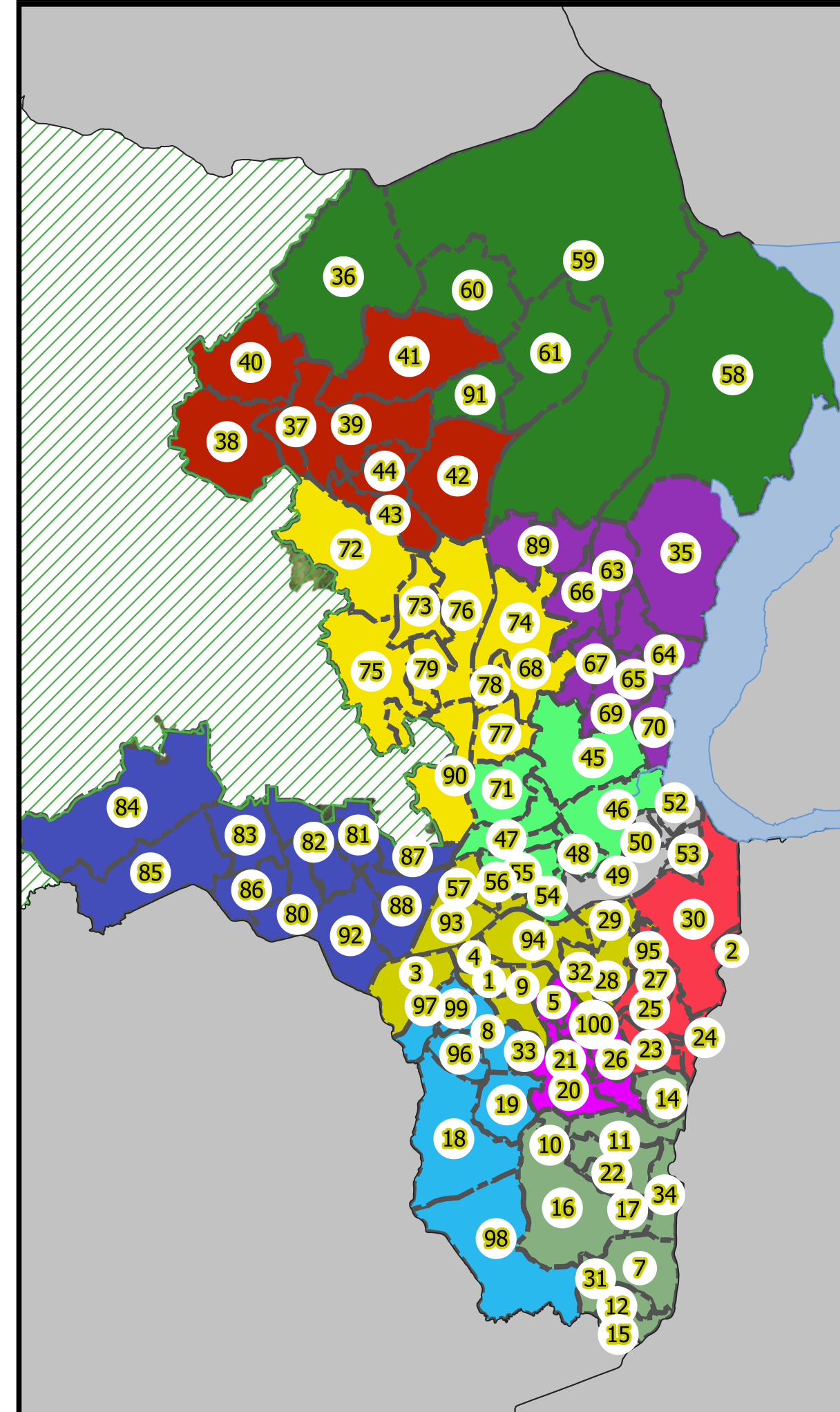
DATA: 02/09/2025






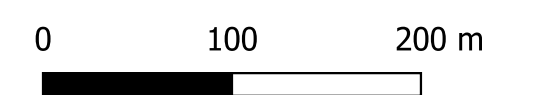


BAIRRO:  
ALICE COUTINHO



## LEGENDA

- 
- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



**1**

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025

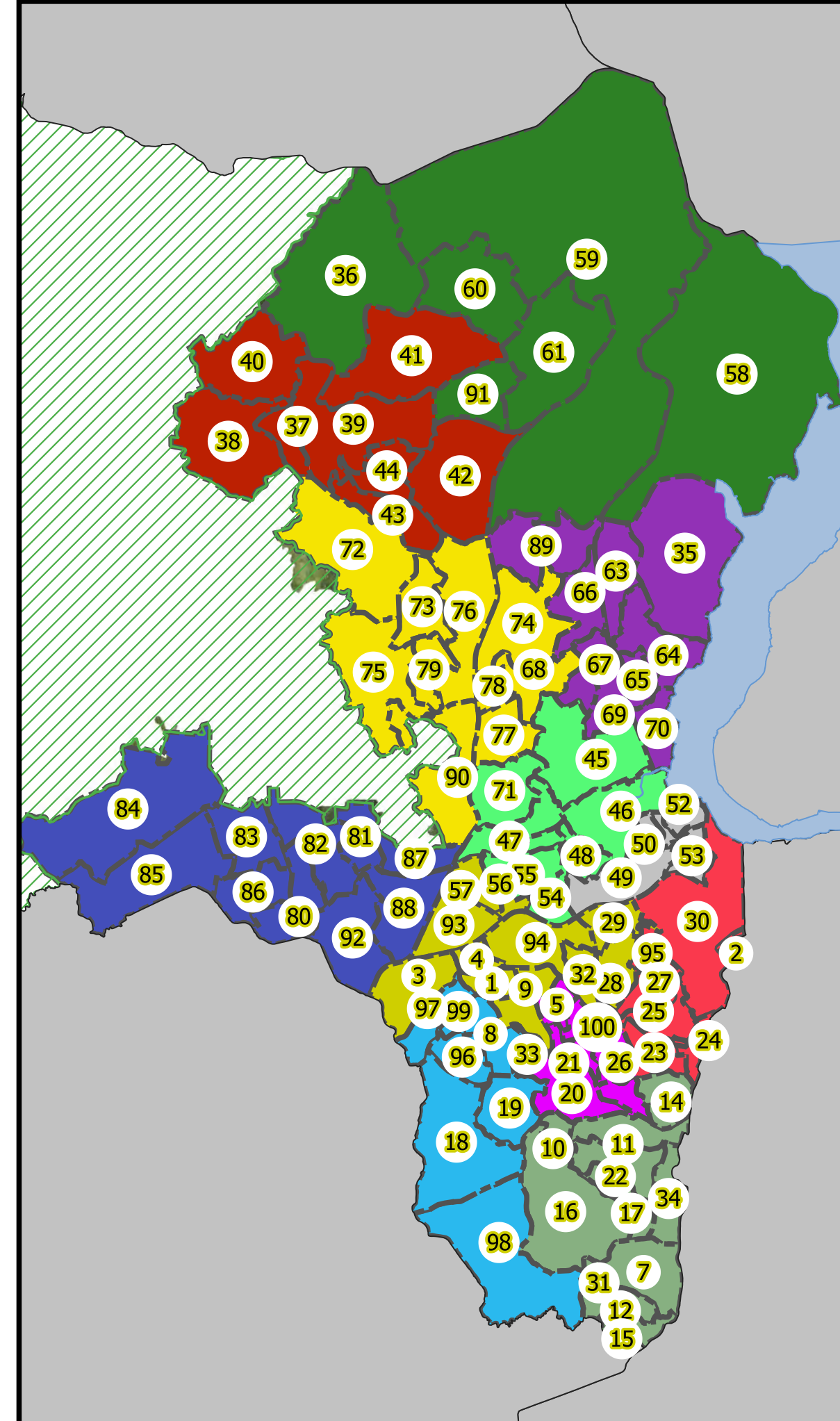




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

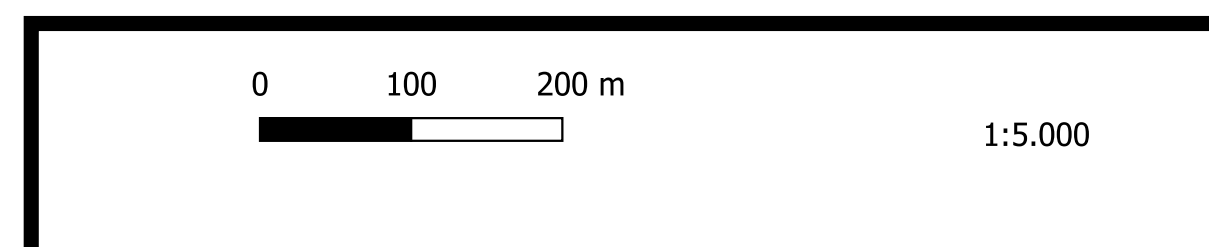
2025

BAIRRO:  
BUBU



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



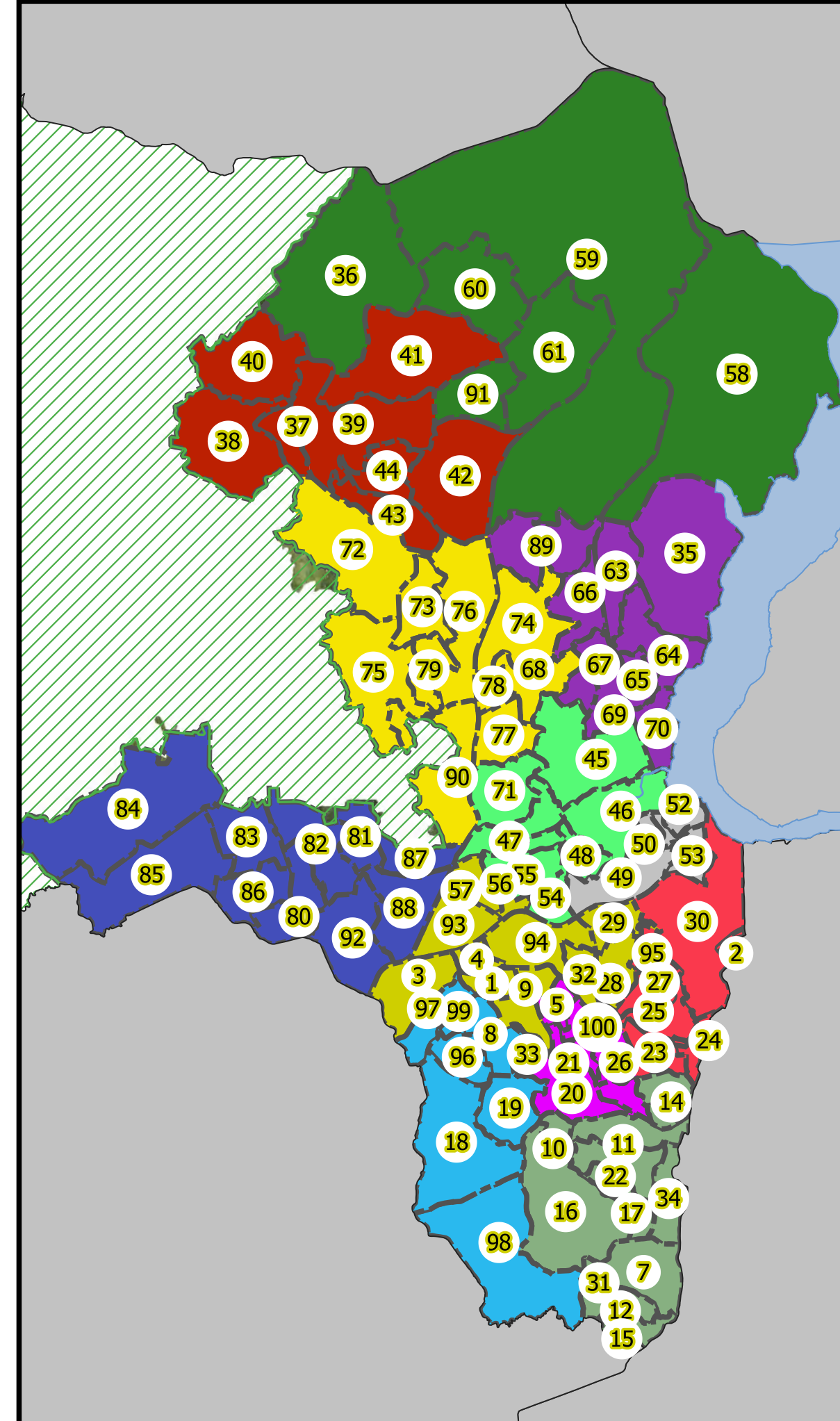




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

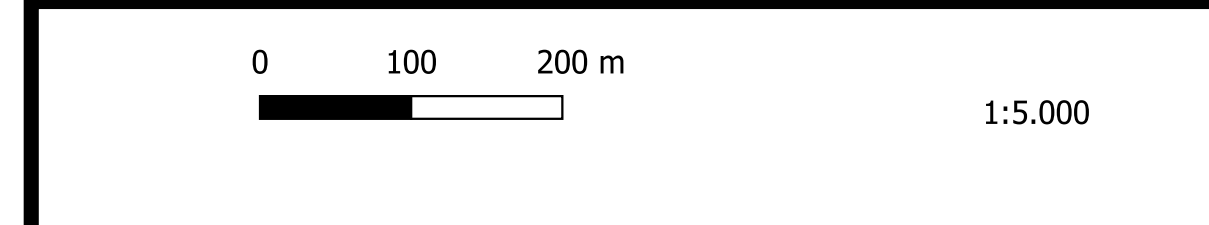
2025

BAIRRO:  
CANGAIBA



**LEGENDA**

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS

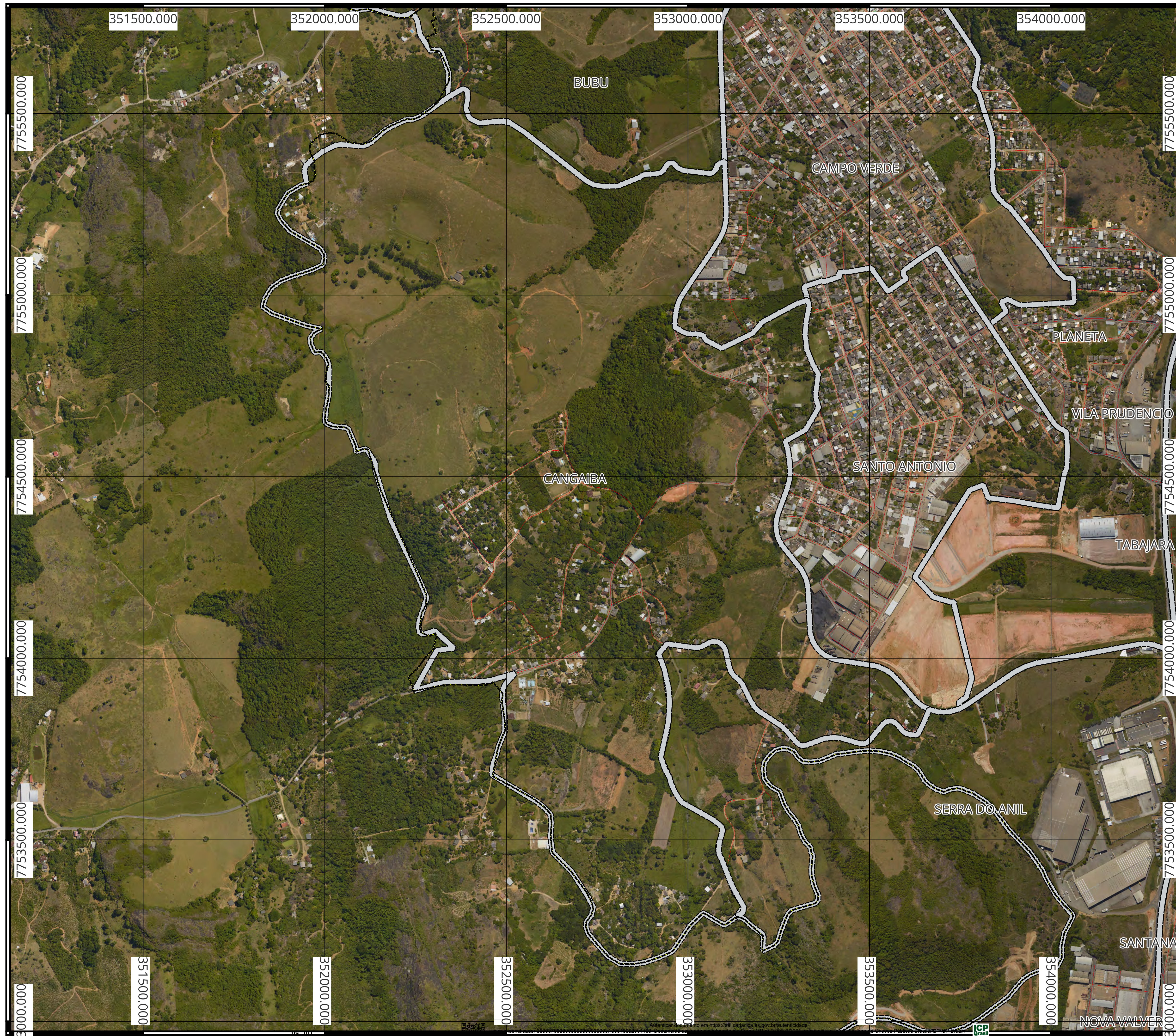


PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

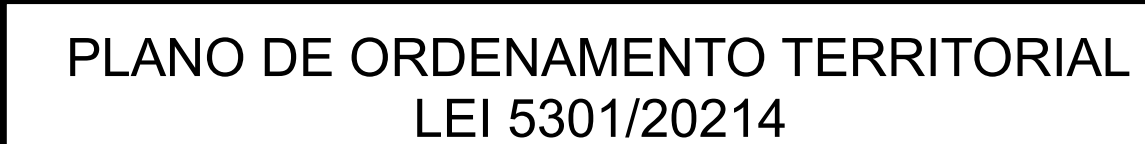
LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025





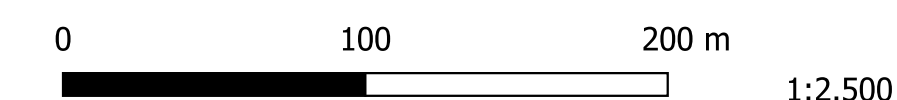


BAIRRO:  
SAO GONCALO



LIMITES DOS BAIRROS

LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
LEI Nº051/2014  
LEI Nº4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



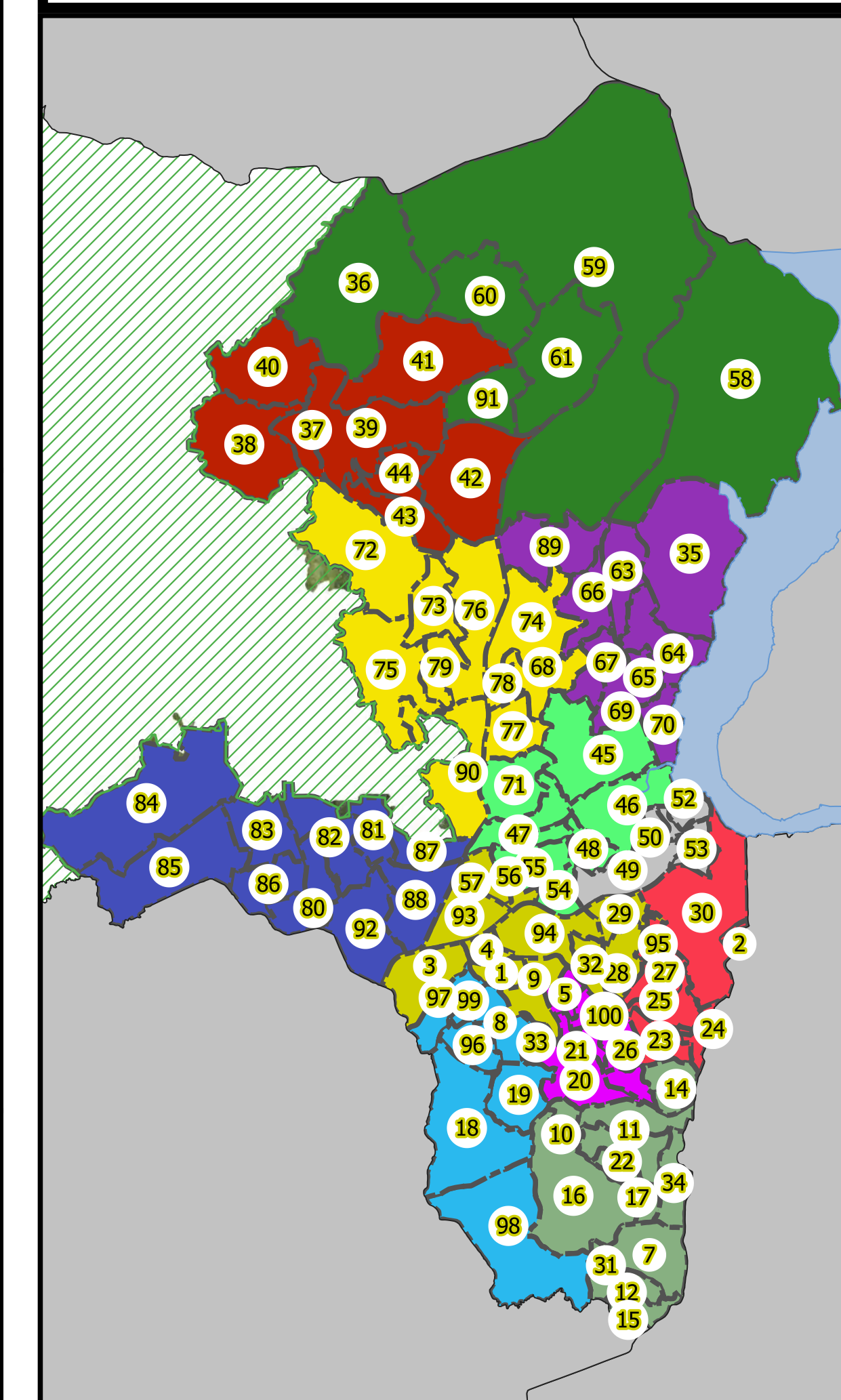




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

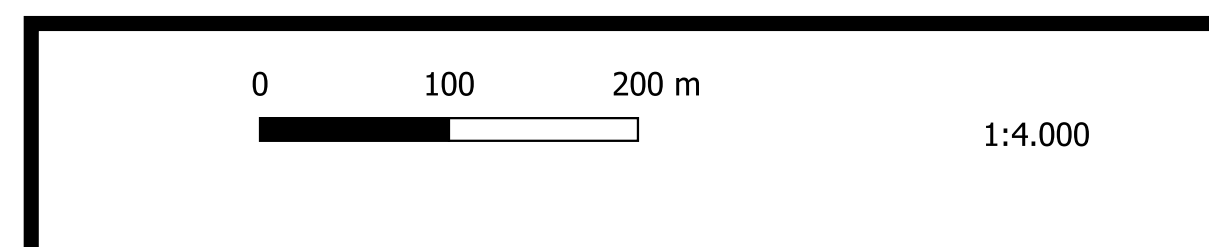
2025

BAIRRO:  
PIRANEMA



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

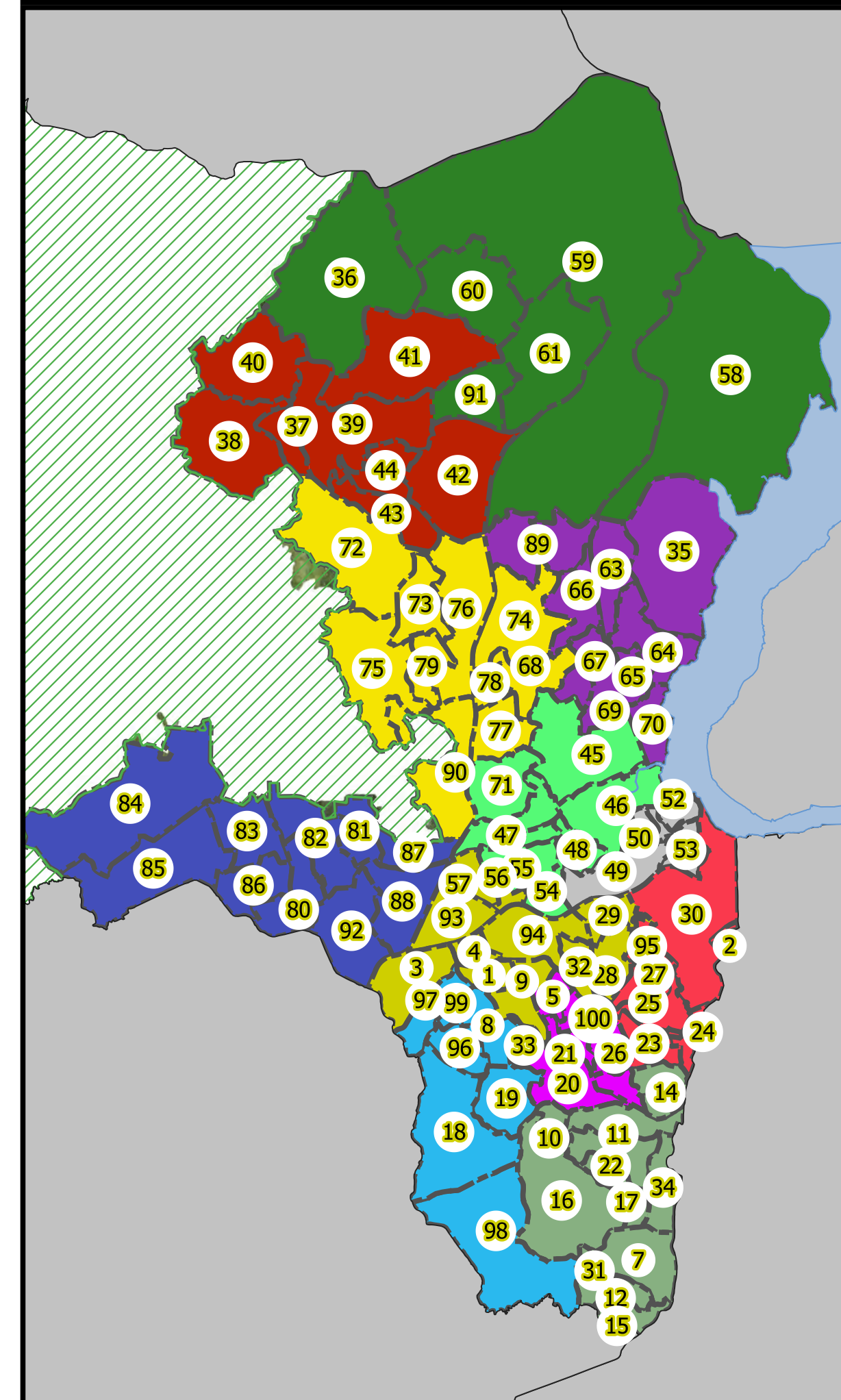
ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025






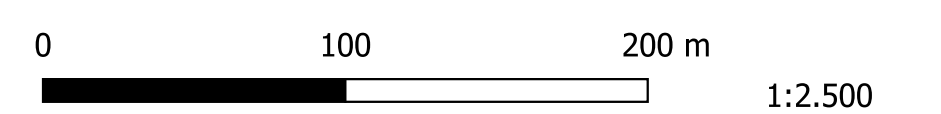


BAIRRO:  
VALE DOS REIS



## LEGENDA

- |   |                     |
|---|---------------------|
|  | PERIMETRO URBANO    |
|  | LIMITES DOS BAIRROS |
|  | LOGRADOUROS         |



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
LEI Nº051/2014  
LEI Nº4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025

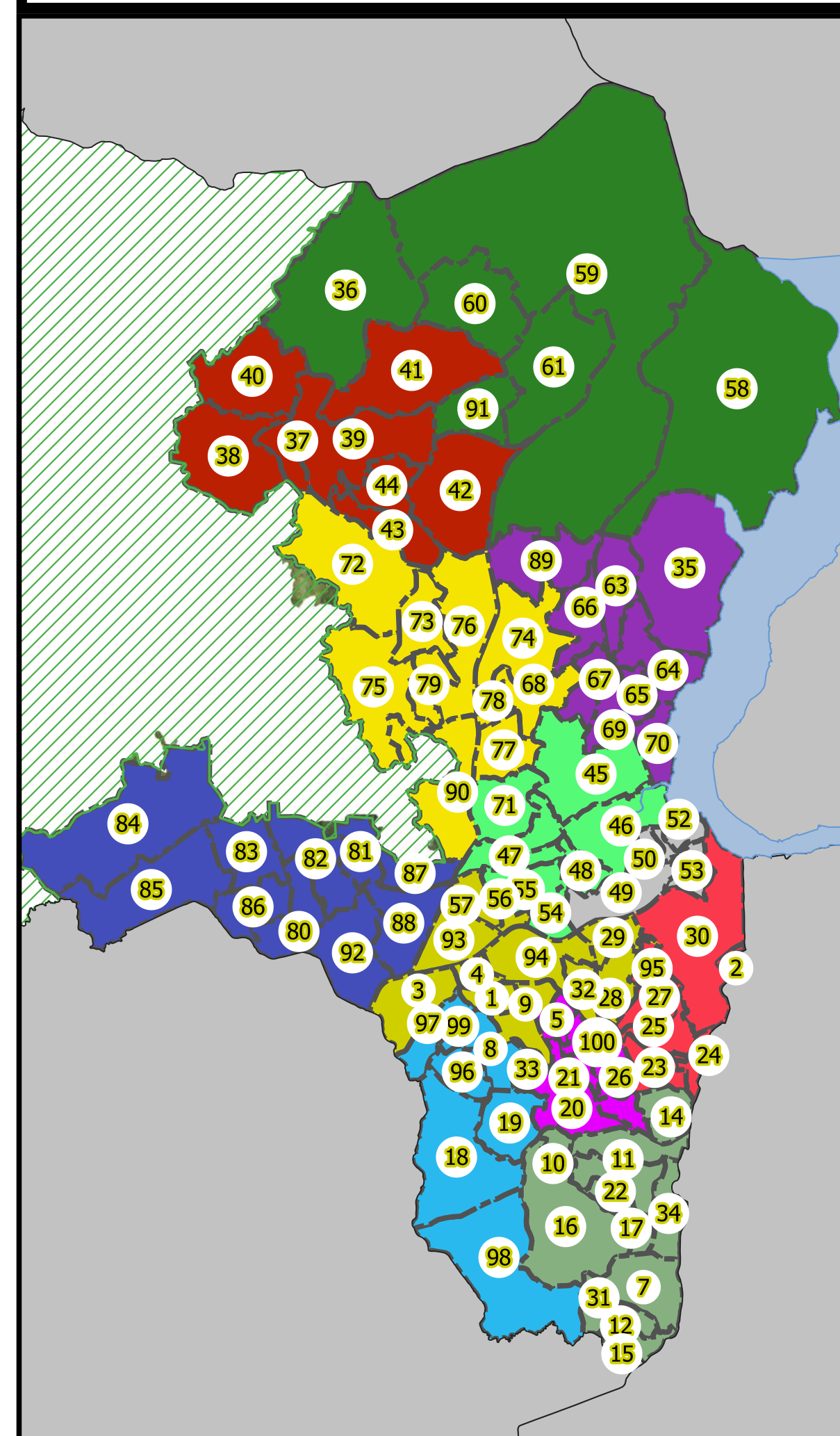




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

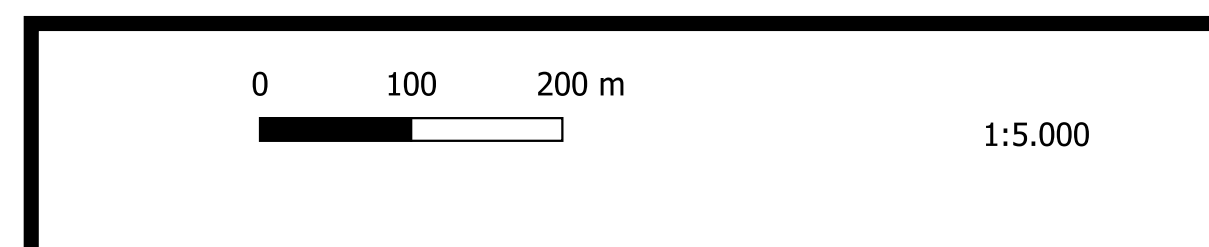
2025

BAIRRO:  
NOVO BRASIL



**LEGENDA**

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



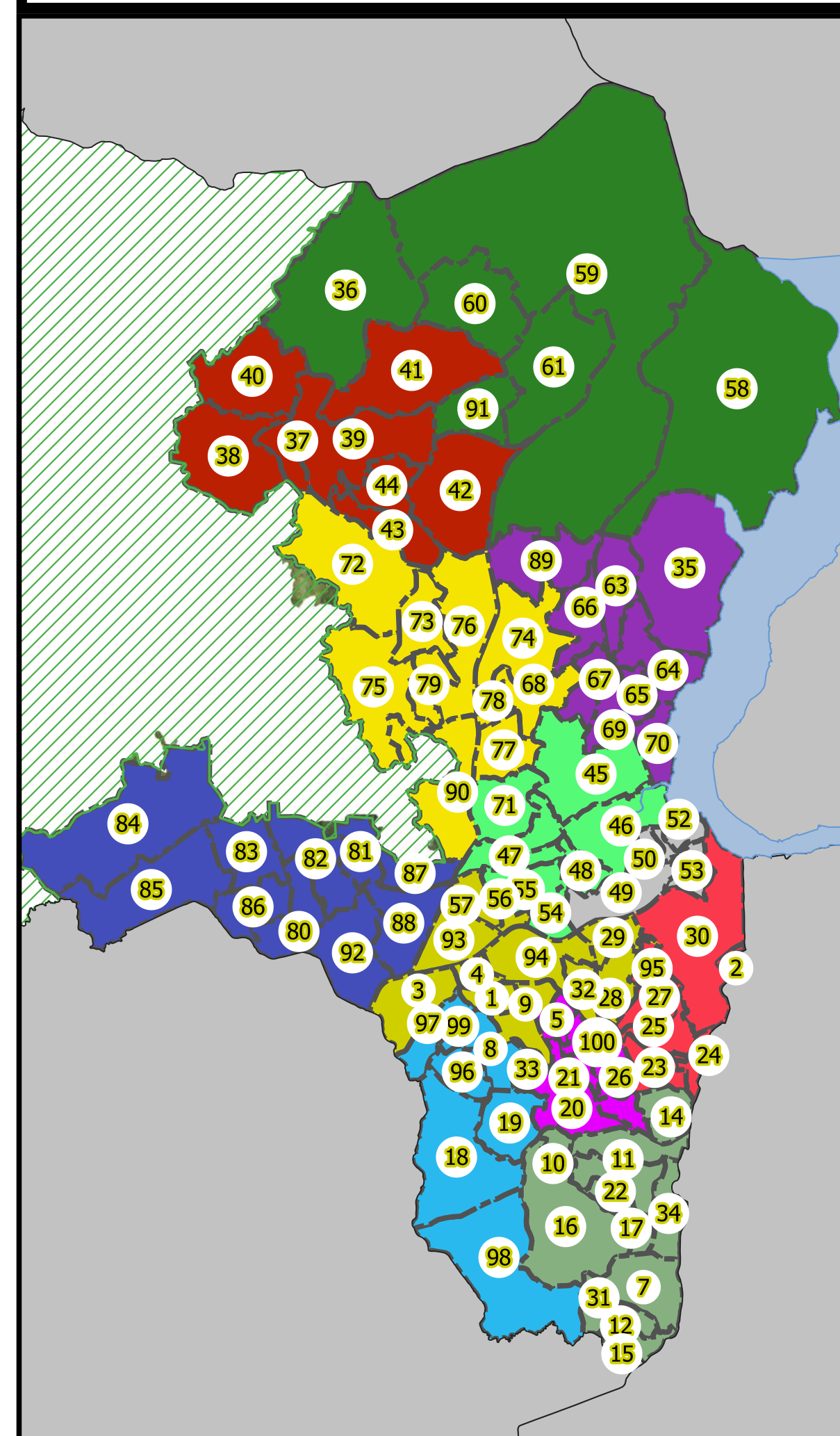




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

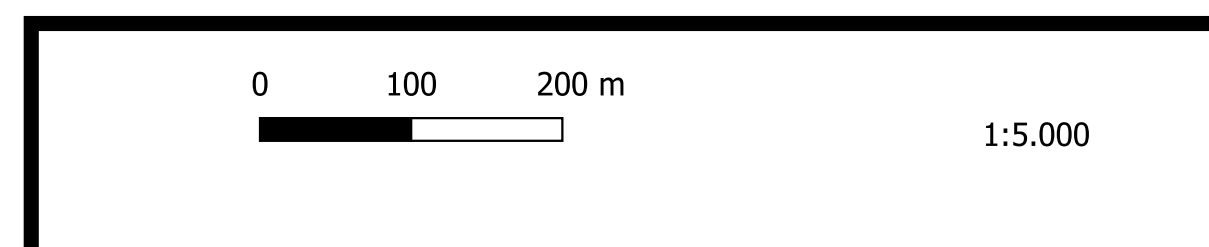
2025

BAIRRO:  
NOVA CAMPO GRANDE



LEGENDA

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



Autenticar documento em <https://sei.cariacica.es.gov.br/autenticidade>







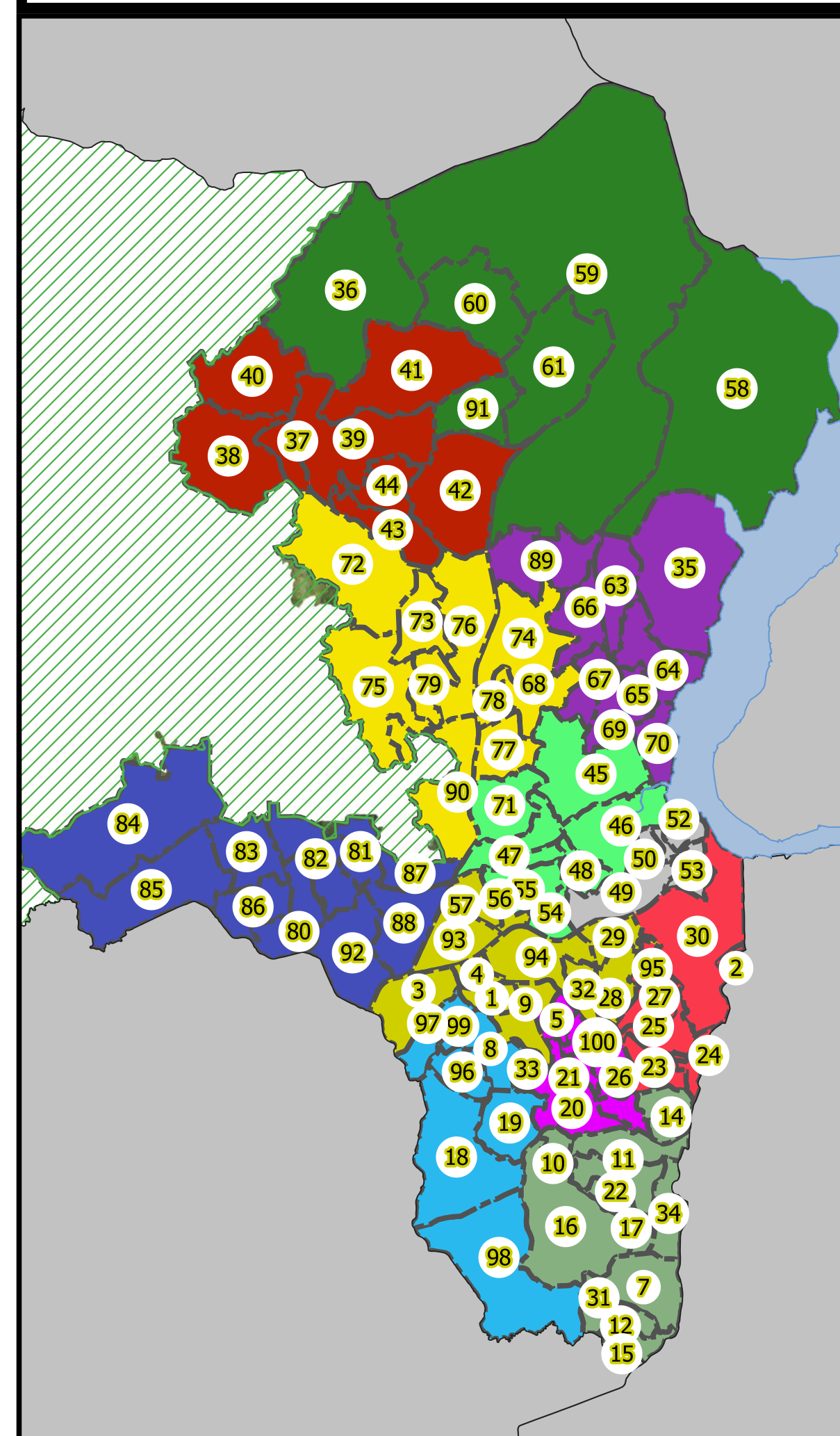




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

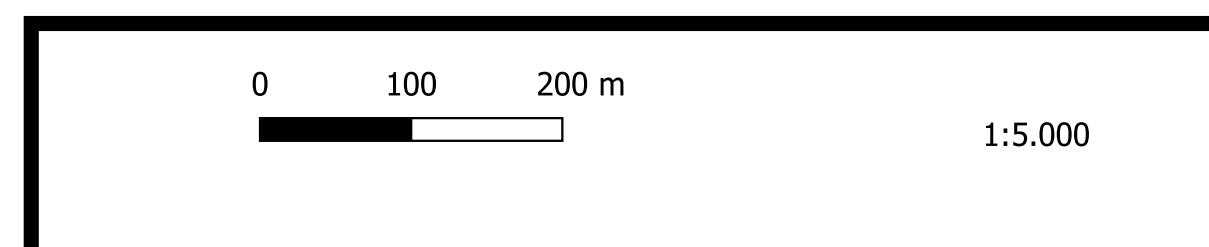
2025

BAIRRO:  
SERRA DO ANIL



**LEGENDA**

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



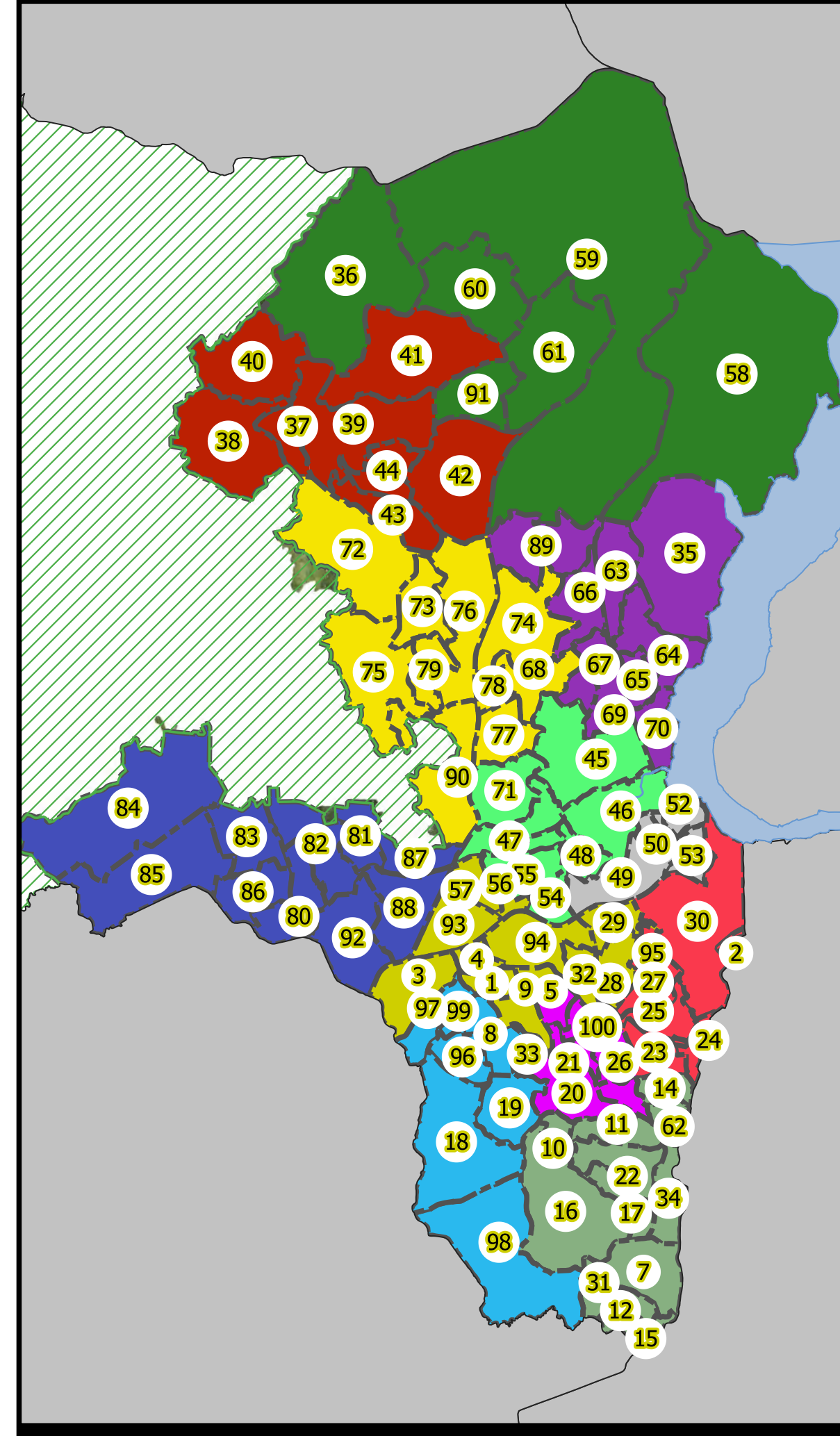




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

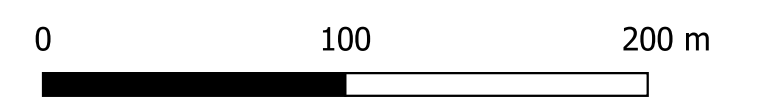
2025

BAIRRO:  
CAMPINA GRANDE



**LEGENDA**

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025



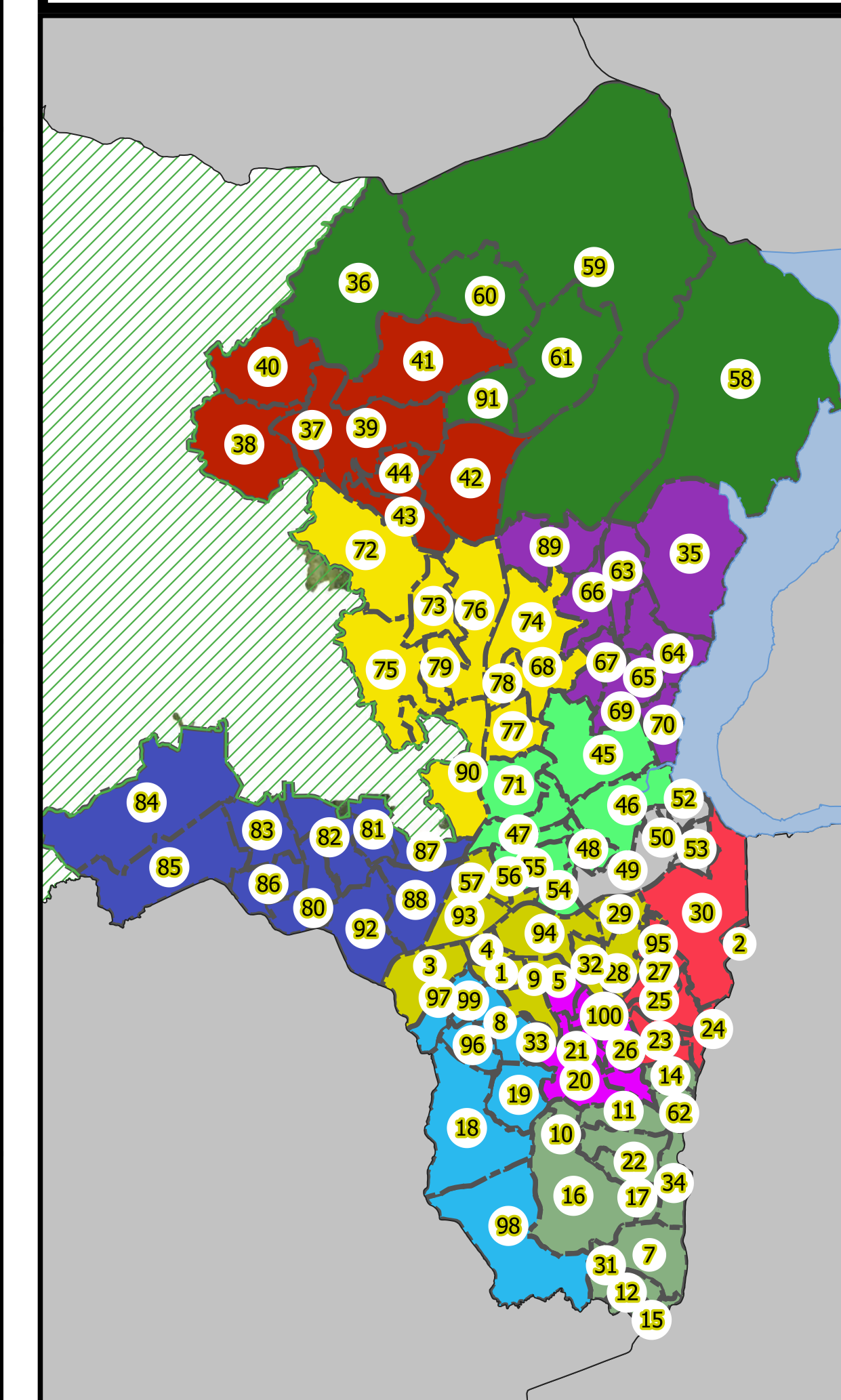




PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL  
LEI 5301/20214

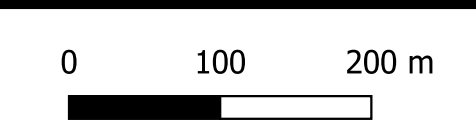
2025

BAIRRO:  
FORMATE



**LEGENDA**

- PERIMETRO URBANO
- LIMITES DOS BAIRROS
- LOGRADOUROS



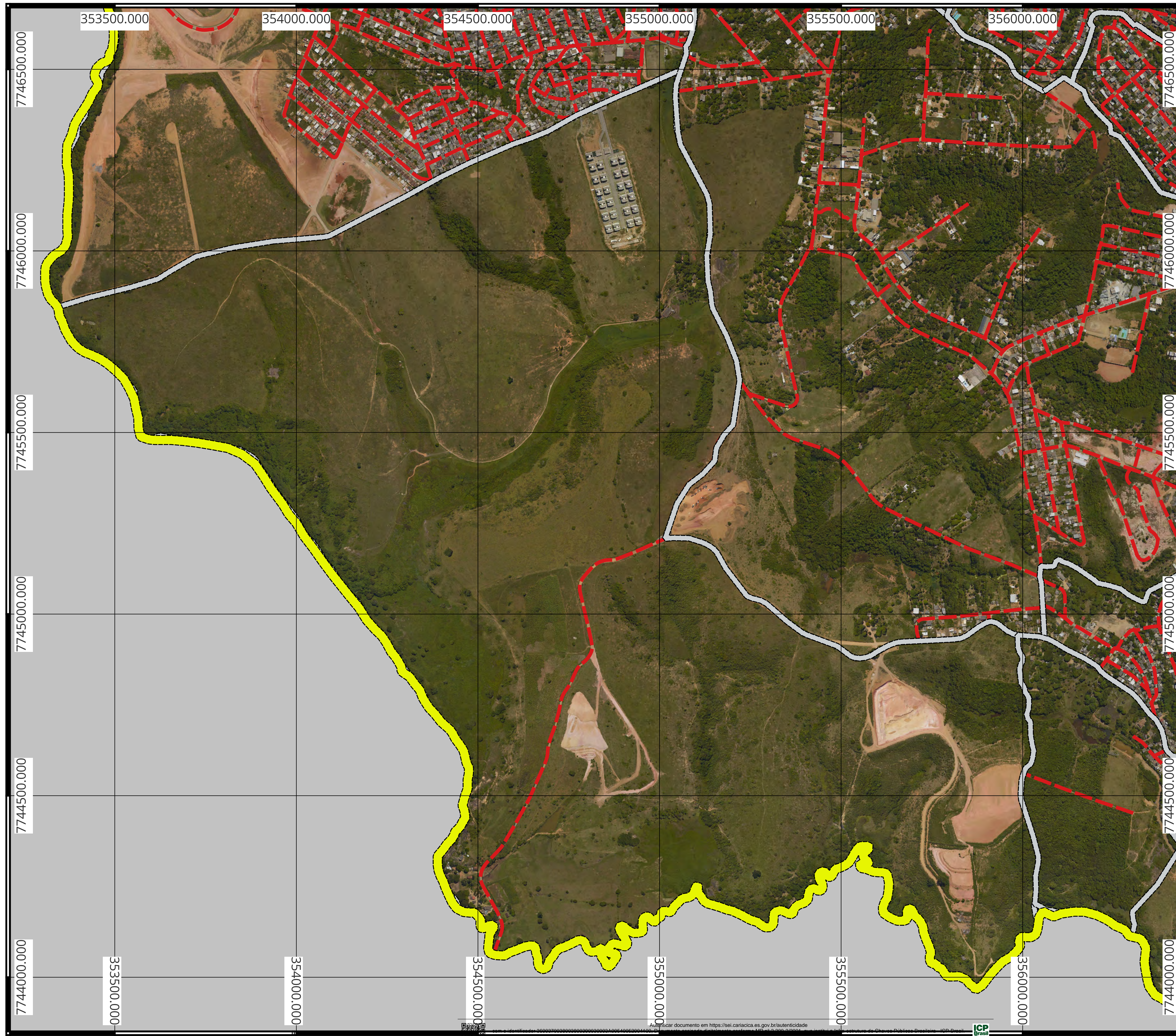
ESCALA:1:30000

PROJEÇÃO: UTM(UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR)  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR N°111/2021  
LEI N°051/2014  
LEI N°4772/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

DATA: 02/09/2025







# DIÁRIO OFICIAL

**Cariacica (ES), Terça-feira, 02 de dezembro de 2025**

**EDIÇÃO Nº 2778**

## LEIS

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 171, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2025**

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO PARCIAL DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM) INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 111, DE 2021; MODIFICA A LEI Nº 5.732, DE 2017, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO E PROMOVE ALTERAÇÕES NO PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (POT), ESTABELECIDO PELAS LEIS Nº 4.772, DE 2010, E Nº 5.301, DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais previstas no art. 90, VI, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Altera a redação do caput Art. 1º, e inclui o § 3º e 4º no Artigo 1º, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Plano Diretor Municipal de Cariacica é o instrumento global de planejamento municipal e de implementação da política de desenvolvimento territorial, social, econômico e ambiental do Município de Cariacica, em atendimento às disposições do artigo 182 da Constituição Federal e da Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001 e Lei Orgânica Municipal, sendo vinculante para todos os agentes públicos e privados.

(...)

§ 3º O Plano Diretor Municipal de Cariacica é compatível com o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da Região Metropolitana da Grande Vitória conforme previsto pelo Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015).

§ 4º O Plano Diretor Municipal de Cariacica considerou as diretrizes do Plano Diretor de Águas Pluviais e do Plano de Redução de Risco Geológicos para o planejamento da cidade frente ao novo cenário de mudanças climáticas.

Art. 2º Altera o Artigo 10, com inclusão dos incisos VII e VIII, com a seguinte redação:

Art. 10 (...)

(...)

VII – Sustentabilidade Ambiental e Resiliência Climática

VIII – Gestão Inteligente do Território

Art. 3º Altera o Artigo 13, com a inclusão dos incisos XVI e XVII, com a seguinte redação:

Art. 13. (...)

(...)

XVI - A promoção da resiliência urbana e adaptação às mudanças climáticas, por meio do planejamento integrado e da implementação de soluções inteligentes, visando a proteção de ecossistemas, infraestruturas e comunidades contra eventos climáticos extremos.

XVII - O estímulo à sustentabilidade urbana, por meio da adoção de práticas e tecnologias que promovam a eficiência energética, a economia circular e a redução de emissões, incentivando a construção civil sustentável, a mobilidade verde e a gestão eficiente dos recursos naturais.

Art. 4º Altera o Artigo 18, com a alteração da redação do inciso XVII e a inclusão dos incisos XXXI e XXXII, com a seguinte redação:

Art. 18. (...)

XVII - a aplicação de instrumentos de gestão da política urbana do Estatuto da Cidade Lei 10.257/2001 para a implementação dos programas, projetos e ações estratégicas e das políticas fundiárias;

(...)

XXXI - Tornar o território de Cariacica mais resiliente e

adaptável aos impactos das mudanças climáticas, como eventos extremos, inundações, deslizamentos e ondas de calor, considerando no planejamento e gestão territorial a mitigação de riscos e a adaptação a esses cenários.

XXXII - Modernizar a gestão do município, utilizando tecnologias e dados para otimizar os serviços, a tomada de decisões e a interação com a população, garantindo uma gestão inteligente para aumentar a eficiência, a transparência e a qualidade de vida dos munícipes."

Art. 5º Altera o Artigo 39, com inclusão dos incisos XII e XIII, com a seguinte redação:

Art. 39 (...)

(...)

XII – a adaptação da cidade às mudanças climáticas

XIII – adoção de tecnologias para diagnóstico, controle e fiscalização do território de forma mais eficiente e integrada com os diversos setores da gestão pública.

Art. 6º Altera o Artigo 40, que passa vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Altera a delimitação do Perímetro Urbano conforme Anexo I desta Lei Complementar, que passa a vigorar a partir da sua publicação.



Art. 7º Altera o Artigo 68, alterando a redação do inciso I, incluindo o inciso XX e XXI e os parágrafos § 3º a § 10º, com a seguinte redação:

Art. 68 (...)

I - Zona de Preservação Natural – ZPN 1, 2, 3 e 4;

(...)

XX - Zonas Rural de Integração - ZRI

XXI - Zonas Especiais de Resiliência Urbana - ZERU 1, 2 e 3

(...)

§ 3º As Zonas Especiais de Resiliência Urbana (ZERU), dispostas no Anexo XIV desta Lei Complementar serão aplicadas a áreas identificadas como de alta vulnerabilidade a alagamentos e outros eventos climáticos extremos. Nessas áreas, serão estabelecidos índices urbanísticos e parâmetros de ocupação do solo diferenciados, que se sobrepõem aos índices do zoneamento em que estejam inseridos os imóveis, visando a mitigação de riscos, a proteção ambiental e a adaptação do território às mudanças climáticas.

§ 4º Ficam definidas as seguintes Zonas Especiais de Resiliência Urbana:

I. ZERU 1 – Bacia do Rio Itanguá

II. ZERU 2 – Bacia do Rio Bubu

III. ZERU 3 – Bacia do Rio Formate

§ 5º Para as Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 – ZERU 1, 2 e 3, foram definidos índices urbanísticos específicos que se sobrepõem aos demais zoneamentos com o objetivo de mitigar efeitos de eventos climáticos severos, conforme apontado no Plano Diretor de Águas Urbanas Urbanas e no Plano de Redução de Risco Geológico do Município de Cariacica.

§ 6º Para as propriedades inseridas no perímetro das Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 (ZERU 1, ZERU 2 e ZERU 3), estabelecem-se os seguintes parâmetros urbanísticos. Estes índices são superiores e prevalecem sobre as determinações dos zoneamentos incidentes nas áreas supracitadas:

I - Taxa de Ocupação (TO) máxima: O limite máximo para a Taxa de Ocupação é fixado em 80% (oitenta por cento).

II - Taxa de Permeabilidade (TP) mínima: A área mínima de Taxa de Permeabilidade é determinada em 20% (vinte por cento).

III - Cota de Soleira de Nível de Acesso (CSNA) mínima: A cota de soleira do pavimento de acesso deve ser estabelecida a, no mínimo, 1,20 (um metro e vinte centímetros) acima do nível médio da rua lindeira ao acesso principal.

§ 7º Para os imóveis localizados nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3, a pavimentação deverá ser executada integralmente com materiais que garantam drenagem eficaz e permeabilidade.

§ 8º Fica terminantemente vedada a utilização de pavimentos impermeáveis, incluindo, mas não se limitando, a composições à base de asfalto e outros materiais de baixa ou nula permeabilidade que comprometam a infiltração de águas pluviais no solo nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3.

§ 9º A pavimentação de logradouros públicos nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 devem ser executadas integralmente com materiais que garantam drenagem eficaz e permeabilidade.

§ 10 O município deverá realizar estudos técnicos para converter áreas públicas de uso livre localizadas nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 em bacias de acumulação.

Art. 8º Inclui o artigo 68-A, os incisos I e II e os § 1º e § 2º com a seguinte redação:

Art. 68-A. Em imóveis localizados nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 (ZERU 1, ZERU 2 e ZERU 3) e nas demais zonas de uso, a presença de taludes no lote impõe a observância dos seguintes afastamentos mínimos de qualquer tipo de edificação:

I - Afastamento da Crista do Talude: Distância mínima de 3,00 (três) metros da crista do talude.

II - Afastamento da Base do Talude: Distância mínima equivalente a 1,5 (uma vez e meia) a altura total do talude.

§ 1º Os afastamentos mínimos estabelecidos nos incisos I e II poderão ser reduzidos, desde que o projeto apresentado contemple:

I. Apresentação de projetos específicos de fundação e contenção da estrutura.

II. Anexação de laudo técnico de estabilidade do talude, atestando a segurança da intervenção.

III. Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT/TRT) do profissional habilitado responsável pela execução e acompanhamento das obras.

§ 2º Em casos de intervenções que alterem o relevo no entorno de edificações já existentes ou apenas movimentação de terra não relacionada à edificação, tanto nas Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1, 2 e 3 quanto nos demais zoneamentos, o responsável pela intervenção assumirá integralmente a garantia da estabilidade do talude por meio de laudo técnico de segurança acompanhado de documento de responsabilidade técnica pelo laudo e/ou pela execução de contenções com projeto acompanhado de documento de responsabilidade técnica pela execução.

Art. 9º Altera a redação do Art. 71, incluindo o inciso IV com a seguinte redação:

Art. 71 (...)

(...)

IV - Zona de Preservação Natural Quatro – ZPN 4.

Art. 10. Inclui o Artigo 74-A com a seguinte redação:

Art. 74-A As Zonas de Preservação Natural Quatro – ZPN 4 são formadas por fragmentos de vegetação natural da Mata Atlântica localizadas em áreas bastante impactadas por atividades urbanas, possuindo também atividades rurais, destinadas prioritariamente a cumprir a função de amortecer os impactos negativos decorrentes da dinamização urbana.

Art. 11. Cria o Artigo 74-B, com a seguinte redação:

Art. 74-B. São usos permitidos nas Zonas de Preservação Natural 1, 2, 3 e 4:

I - Atividades do Grupo G4;

II - Atividades do Grupo G12.

§ 1º É permitida na ZPN4 as atividades do grupo G11

§ 2º As atividades permitidas por essa lei também precisam ser permitidas pelos planos de manejo de eventuais unidades de conservação que existam nas áreas e mediante parecer e anuência do setor ambiental.

Art. 12. Cria o Artigo 80-A, com a seguinte redação:



Art. 80-A. São usos permitidos na Zonas de Proteção Ambiental:

- I - Atividades do Grupo G4;
- II - Atividades do Grupo G12.

§ 1º. As atividades permitidas por essa lei também precisam ser permitidas pelos planos de manejo de eventuais unidades de conservação que existam nas áreas e mediante parecer e anuência do setor ambiental.

Art. 13. Altera a redação do Artigo 87, que passa a vigorar com a seguinte redação;

Art. 87. Fica redefinido o perímetro do polígono do denominado "Mochuara do Futuro", conforme o Anexo V substituído por esta Lei, na qual a referida área fica classificada como uma Zona de Expansão Agroturística Sustentável - ZEAS, com os seguintes objetivos:

- I - Valorizar a comunidade local, sua cultura, e o modo de produção familiar;
- II - promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais;
- III - criação de estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo, fortalecendo a economia local;
- IV - promover a execução de empreendimentos de cunho turístico, de lazer, esporte e de contemplação;
- V - regular padrões de uso e ocupação do solo específicos às peculiaridades do local, estimulando um padrão de assentamento de baixa densidade que respeite as características locais e que permita o desenvolvimento turístico.

Art. 14. Incluir o Artigo 87-A com a seguinte redação:

Art. 87-A. São usos permitidos na Zona de Expansão Agroturística Sustentável

- I - Atividades do Grupo GR 1;
- II - Atividades do Grupo GR 2, conforme §1º, 2º e 3º .
- III - Atividades do Grupo GR 3, conforme §2º.
- IV - Atividades do Grupo G1, conforme §3º.
- V - Atividades do Grupo G4;
- VI - Atividades do Grupo G10;
- VII - Atividades do Grupo G12.

§ 1º São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas

§ 2º São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais e turísticas permitidas no zoneamento.

§ 3º Não serão permitidas construções de edifícios residenciais e ou comerciais com mais de 03 (três) pavimentos

§ 4º São permitidas no grupo G1 atividades comerciais e de serviços essenciais para atendimento às comunidades locais, limitando-se à 600 m² de área construída."

Art. 15. Inclui o inciso III no § 2º do Artigo 117, com a seguinte redação:

Art. 117 (...)

§ 2º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 – Institucional local.

Art. 16. Altera o inciso III no § 2º do Artigo 120, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 (...)

§ 2º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 e G5 – Institucional local e municipal;"

Art. 17. Altera o inciso III no § 4º do Artigo 120, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 120 (...)

§ 4º (...)

(...)

III - Atividades do Subgrupo G4 e G5 – Institucional local e municipal;

Art. 18. Inclui o inciso II-A no § 2º do Artigo 124, com a seguinte redação:

Art. 124 (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

II-A - Atividades do Subgrupo G4 e G5 em imóveis públicos - Institucional local e municipal públicos;"

Art. 19. Altera o inciso II do § 6º do Artigo 124, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 124 (...)

(...)

§ 6º(...)

(...)

II - Atividades do Subgrupo G4, G5 e G6 – Institucional local, municipal e regional;

Art. 20. Inclui o inciso V no § 2º do artigo 134 com a seguinte redação:

Art. 134 (...)

(...)

§ 2º (...)

(...)

V - Atividades do Subgrupo G11 – Extração Mineral;

Art. 21. Inclui o Artigo 158-A com o parágrafo único e os incisos I a VI, com a seguinte redação:

Art. 158-A. A Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4 é composta por áreas de produção agrícola e agropecuária, no entorno de atividades consolidadas sujeitas à geração de impactos, cuja o objetivo principal é a promover minimização dos impactos e evitar a instalação de atividades conflitantes.

Parágrafo único. São objetivos da Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4:

- I - Conter o a expansão urbana;
- II - Controlar a ocupação e densidade das ocupações;





III - Promover desenvolvimento das atividades rurais;

IV - Garantir condições de escoamento da produção rural;

V - Proteção das áreas ambientais;

VI - Desestimular a implantação de atividades conflitantes com atividades de impacto.

Art. 22. Inclui o artigo 158-B com incisos de I a VII e parágrafos § 1º a § 3º com a seguinte redação:

Art. 158-B. São usos permitidos na Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4:

I - Atividades dos Subgrupos GR1 - Residencial unifamiliar

II - Atividades dos Subgrupos GR2 conforme §1º - Residencial multifamiliar;

III - Atividades dos Subgrupos GR3 conforme §2º - Misto;

IV - Atividades do Subgrupo G4 e G6A - Institucional local e regional;

V - Atividades do Subgrupo G10 – Atividades Rurais;

VI - Atividades do Subgrupo G11 conforme §3º – Extração Mineral;

VII - Atividades do Subgrupo G12 - Turismo.

§ 1º. São permitidas no grupo GR2 edificações de baixa densidade, preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, sendo o conjunto ocupado por pessoas do mesmo núcleo familiar.

§ 2º. São permitidas no grupo GR3 edificações de baixa densidade preferencialmente isoladas, térreas ou assobradadas, no qual o morador desenvolve atividades comerciais permitidas no zoneamento.

§ 3º. Para implantação de atividades do Grupo G11, devem ser atendidos os requisitos das Unidades de Conservação e suas respectivas Zonas de Amortecimento, fragmentos de Mata Atlântica e demais normas relacionadas."

Art. 23. Inclui o artigo 158-C com a seguinte redação:

Art. 158-C. Para fins de parcelamento do solo urbano na Zona de Restrição Urbana 4 – ZRU 4, somente serão permitidos lotes ou unidades privativas com área mínima de 5.000 m², destinados aos usos listados acima.

Art. 24. Altera o inciso III do Artigo 167 e inclui o parágrafo único, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 167 (...)

(...)

III - GR3 – Misto – Edificação que integra o uso Residencial (unifamiliar ou multifamiliar) ao uso Não Residencial. A área construída do pavimento térreo deverá ser destinada, no mínimo, em 30% (trinta por cento) para usos não residenciais (UNR) definidos como permitidos para a zona em que se insere o imóvel.

Parágrafo único. A parcela referente ao mínimo de 30% (trinta por cento) da área construída do pavimento térreo destinada ao uso não residencial poderá ser distribuída em pavimentos contíguos, condicionados ao atendimento dos seguintes requisitos:

I – Acesso Direto: O acesso de pedestres deve situar-se na cota do logradouro ou apresentar desnível não superior a 1,00m (um metro) em relação ao nível da calçada;

II – Interface com o Logradouro: As unidades comerciais devem apresentar fachadas com aberturas e acessos voltados para a via, garantindo a conectividade entre as lojas e o livre acesso dos usuários."

Art. 25. Altera as letras "a" e "b" do inciso II do Artigo 171, que passam a vigorar com a seguinte redação;

Art. 171 (...)

(...)

II - (...)

a) Extração de baixo impacto – após avaliação do setor ambiental competente, poderão ser autorizados, exceto nos zoneamentos ZEIS 1 E 2, ZOP 1, 2 e 3; ZR 1 e 2; ZEIP; ZEIC; ZEM; SC; ZPA 1 e 2; ZPN 1, 2 e 3 e ZEAS.

(...)

b) Extração de médio e alto impacto – após avaliação do setor ambiental competente, poderão ser autorizadas nos zoneamentos ZDER 1; ZRU 3; ZRU 4, ZRI; ZRDS; ZRPD, ZRPS e ZPN 4.

Art. 26. Inclui o inciso VIII no Artigo 179, com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

(...)

VIII – Área de Projeção Total - a área da projeção total da edificação sobre o terreno deve considerar todos os elementos arquitetônicos que se projetam sobre o solo, incluindo beirais, marquises, varandas e outros componentes externos, e a soma dos diversos blocos e pavimentos não deve ultrapassar a taxa de ocupação máxima permitida para o uso classificado no zoneamento.

Art. 27. Altera a redação do § 1º do Artigo 179 e seus incisos I e II, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

§ 1º Serão permitidos no afastamento frontal a construção dos seguintes elementos que não serão contabilizados na taxa de ocupação:

I - Escadaria ou rampa para pedestres e pessoas com deficiência para acesso ao térreo da edificação descobertos;

II – Abrigos de gás, lixo e subestação de energia desde que a área não ultrapasse 15% de ocupação da área do afastamento frontal (Testada x Afastamento Mínimo).

Art. 28. Altera a redação do § 4º do Artigo 179 e inclui o § 7º com os incisos I a III, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

(...)

§ 4º. Para as atividades dos subgrupos GR2, quando o 3º pavimento for de uso comum ou garagem, aplicar-se-á o critério de afastamento lateral do 1º e 2º pavimento, conforme Anexo 9.

(...)

§ 7º. Para as edificações classificadas no subgrupo GR3 (Uso Misto), quando os pavimentos primeiro (térreo/acesso), segundo, terceiro e o quarto forem destinados exclusivamente a usos comuns ou estacionamento (garagem), aplicar-se-ão as seguintes disposições:

I. O critério de afastamento lateral dos pavimentos citados (1º ao 4º) deverá seguir as especificações de afastamento lateral do 1º e 2º pavimentos contidas no Anexo 9 desta Lei;

II. Será permitida a aplicação da Taxa de Ocupação (TO) máxima de 90% (noventa por cento) nesses pavimentos;





III. Os pavimentos situados em níveis inferiores ao primeiro pavimento (subsolos) também poderão acompanhar a Taxa de Ocupação (TO) máxima de até 90% (noventa por cento), desde que igualmente destinados a usos comuns ou estacionamento, podendo também receber parte do percentual de uso não residencial (UNR), conforme artigo 167.

Art. 29. Inclui no Artigo 179 os § 8º e § 9º com os incisos I e II que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 179 (...)

§ 8º No mínimo 50% (cinquenta por cento) da área permeável obrigatória deverá ser totalmente coberta com vegetação.

§ 9º Fica autorizada a redução de até 50% (cinquenta por cento) da Taxa de Permeabilidade (TP) mínima estabelecida para o zoneamento do lote, condicionada ao cumprimento cumulativo das seguintes disposições técnicas:

I – Área Permeável Remanescente: A área permeável remanescente (equivalente a 50% da Taxa de Permeabilidade mínima original) deverá ser integralmente coberta com vegetação;

II – Implementação de Reservatório de Retenção: É obrigatória a implementação de um reservatório de retenção de águas pluviais, cujo volume mínimo (VR) não poderá ser inferior a 1,00 m<sup>3</sup> (um metro cúbico). O volume mínimo exigido será determinado pela seguinte fórmula:

$VR (m^3) = 20 \times K \times AP \times Hp$

Sendo:

VR: Volume do Reservatório de Retenção, expresso em metros cúbicos (m<sup>3</sup>);

K: Coeficiente de Abatimento, fixado em 0,15;

AP: Área de Projeção da Edificação, expressa em metros quadrados (m<sup>2</sup>);

Hp: Altura Pluviométrica, fixada em 0,07 metros.”

Art. 30. O Art. 180 passa a vigorar acrescido dos Incisos V e VI, com a seguinte redação:

Art. 180 (...)

(...)

V – As seguintes áreas não serão computadas para fins de cálculo do Coeficiente de Aproveitamento (CA) das edificações: áreas destinadas à circulação (horizontal e vertical), depósitos e estoque de apoio (ressalvadas as áreas de armazenagem em empreendimentos de grande porte, como galpões, logística e indústria), instalações sanitárias, áreas de serviço, abrigos de resíduos sólidos, subestações, barriletes e reservatórios.

VI – Para empreendimentos de uso comercial, as áreas destinadas a depósito, estoque ou áreas correlatas não serão consideradas no cálculo de área computável, desde que o somatório de tais áreas não exceda 50% (cinquenta por cento) da área destinada ao salão de vendas ou consumo (área de comercialização de bens e serviços).

Art. 31. O caput do Art. 182 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 182 O dimensionamento do número mínimo de vagas de estacionamento para veículos (automóveis, motocicletas e bicicletas), exigidos para as diferentes atividades e respectivos grupamentos de uso nas diversas Zonas Urbanísticas, serão definidos conforme o disposto no Anexo 10 desta Lei.”

Art. 32. Revoga o Artigo 183.

Art. 33. Altera o caput do Artigo 189, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 189. O parcelamento do solo para fins urbanos deve respeitar as características físicas e da infraestrutura do sistema viário, bem como exigências de área mínima e testada mínima do lote:

Art. 34. O caput do Art. 236 passa a vigorar com a seguinte redação, revogando-se o Anexo XI e promovendo-se a inclusão dos anexos XIV, XV e XVI e substituição dos anexos I, II, III, V, VI, VII, X, conforme a nova composição:

Art. 236. Os mapas e tabelas que integram esta Lei, na forma de dezesseis anexos numerados de 1 (um) a 16 (dezesseis), passam a vigorar com a seguinte composição e denominação:

I - Anexo 01 – Perímetro Urbano e Rural com regiões administrativas e bairros;

II - Anexo 02 – Macrozoneamento;

III - Anexo 03 – Zoneamento;

IV - Anexo 04 – Unidades de Conservação;

V - Anexo 05 – Mochuara do Futuro - Zona de Expansão Agroturística Sustentável (ZEAS);

VI - Anexo 06 – Tabela de Usos Permitidos;

VII - Anexo 07 – Tabelas de Índices Urbanísticos;

VIII - Anexo 08 – Tabela de afastamento frontal;

IX - Anexo 09 – Tabela de afastamentos lateral e fundos;

X - Anexo 10 – Áreas destinadas ao estacionamento de automóveis, motos e bicicletas

XI - Anexo 11 – (revogado)

XII - Anexo 12 – Áreas destinadas ao embarque e desembarque de passageiros;

XIII - Anexo 13 – Áreas destinadas à carga e descarga de mercadorias.

XIV - Anexo 14 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 1 (ZERU 1)

XV - Anexo 15 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 2 (ZERU 2)

XVI - Anexo 16 – Zonas Especiais de Resiliência Urbana 3 (ZERU 3)”

Art. 35. Inclui no TÍTULO VIII o CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE.

Art. 36. Inclui o Artigo 234-A no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-A O Plano Diretor Municipal, em consonância com os princípios da sustentabilidade, inovação e inclusão social, adota o conceito de Cidade Inteligente como diretriz fundamental para o desenvolvimento urbano de Cariacica. Este capítulo estabelece as bases para a integração de tecnologias e processos inovadores no planejamento e gestão do território municipal.

Art. 37. Inclui o Artigo 234-B no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-B. Para os fins deste Plano Diretor, entende-se por Cidade Inteligente o ambiente urbano que utiliza tecnologia e inovação para otimizar a infraestrutura, a gestão dos recursos e os serviços públicos, promovendo a qualidade de vida, a sustentabilidade ambiental, a eficiência econômica e a participação cidadã.

Art. 38. Inclui a Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.





Art. 39. Inclui o artigo 234-C e incisos I a V na Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-C. São objetivos gerais da abordagem de Cidade Inteligente neste Plano Diretor:

I - Promover o desenvolvimento urbano sustentável, utilizando soluções tecnológicas para otimizar o uso dos recursos naturais e reduzir impactos ambientais;

II - Priorizar a qualidade de vida do cidadão, gerenciando, implementando e prestando serviços por meio de ferramentas e metodologias inovadoras, que promovem o desenvolvimento local urbano e rural integrado, competitivo, resiliente, sustentável, inovador e participativo.

III - Fomentar a inovação e o empreendedorismo, atraindo investimentos e gerando novas oportunidades econômicas;

IV - Fortalecer a participação cidadã e a governança, tornando a gestão municipal mais transparente, colaborativa e responsiva às demandas da sociedade.

V - Promover a universalização do acesso à infraestrutura e aos serviços de telecomunicações, de modo a garantir a prestação estável, com qualidade, segurança, e tarifas módicas e preços justos e razoáveis.

Art. 40. Inclui o artigo 234-D e incisos I a IX na Seção I - Dos Objetivos Gerais e Específicos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-D. São objetivos específicos para a implementação de Cidade Inteligente, no contexto deste Plano Diretor Municipal:

I - Implementar sistemas inteligentes de mobilidade urbana, visando a otimização do fluxo de tráfego, a promoção do transporte público e não motorizado, e a redução de congestionamentos;

II - Desenvolver soluções tecnológicas para a gestão eficiente de resíduos sólidos, saneamento básico e recursos hídricos;

III - Integrar tecnologias de monitoramento e sensoriamento para a segurança pública, a qualidade do ar, e a gestão de desastres naturais;

IV - Expandir e aprimorar a oferta de serviços públicos digitais (e-gov), garantindo maior acessibilidade e desburocratização;

V - Fomentar o uso de energias renováveis e a eficiência energética em edificações e infraestruturas públicas;

VI - Criar plataformas digitais para a participação social, permitindo que os cidadãos contribuam ativamente no planejamento e acompanhamento das políticas urbanas;

VII - Incentivar a formação de parcerias estratégicas com o setor privado, universidades, centros de pesquisa e a sociedade civil para o desenvolvimento de soluções inovadoras;

VIII - Estabelecer um arcabouço legal e regulatório que promova a inovação, a proteção de dados e a cibersegurança no ambiente urbano.

IX - Engajar a educação tecnológica como ferramenta para a transformação social, mediante o apoio progressivo e capacitação de cidadãos residentes em áreas vulneráveis, no âmbito das ações de inovação e Cidade Inteligente adotadas por força desta Lei, e do Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente que deverá ser elaborado em consonância com o Plano Diretor Municipal.

Art. 41. Inclui a Seção II - Das Diretrizes para a Implementação no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.

Art. 42. Inclui o artigo 234-E e incisos I a VI na Seção II - Das Diretrizes para a Implementação do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-E. As diretrizes para a implementação do conceito de Cidade Inteligente no território municipal incluem:

I - Integração Tecnológica: Promover a integração de sistemas de informação e comunicação (TICs), sensoriamento, Internet das Coisas (IoT) e análise de Big Data na gestão de infraestruturas e serviços urbanos.

II - Governança Colaborativa e Dados Abertos: Estabelecer um modelo de governança que envolva múltiplos atores (governo, empresas, academia e cidadãos) e garantir a disponibilização de dados públicos de forma aberta e acessível, respeitando a privacidade e a segurança das informações.

III - Inovação Aberta: Fomentar ecossistemas de inovação, estimulando a criação de startups, incubadoras e polos tecnológicos, e promovendo a realização de hackathons e desafios de inovação.

IV - Infraestrutura Conectada: Desenvolver e expandir a infraestrutura de conectividade (fibra óptica, 5G) em todo o território municipal, garantindo acesso universal à internet de alta velocidade.

V - Capacitação e Educação: Investir na capacitação de servidores públicos e da população para o uso e desenvolvimento de tecnologias digitais, promovendo a inclusão digital.

VI - Sustentabilidade e Resiliência: Priorizar soluções que contribuam para a redução da pegada ecológica da cidade, a adaptação às mudanças climáticas e a construção de uma cidade mais resiliente a desastres.

Art. 43. Inclui a Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos no CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII.

Art. 44. Inclui o artigo 234-F e incisos I a VI na Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-F. Serão utilizados os seguintes instrumentos e mecanismos para a implementação de uma Cidade Inteligente:

I - Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente: Elaboração de um plano específico, complementar a este Plano Diretor, detalhando as estratégias, projetos, metas e indicadores de desempenho para cada eixo temático da Cidade Inteligente.

II - Sistema Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação de Cariacica (SMCTI): Formalização do SMIT que tem por objetivo estimular, organizar e apoiar ecossistemas e mecanismos de inovação no município.

III - Fundo Municipal de Inovação: Criação de um fundo específico para financiar projetos e iniciativas de inovação e tecnologia voltados para o desenvolvimento da cidade inteligente.

IV - Parcerias Público-Privadas (PPPs) e Concessões: Utilização de PPPs e concessões para a implementação de projetos de infraestrutura e serviços baseados em tecnologia.

V - Grupo de Trabalho Intersetorial: Criação de um grupo de trabalho permanente, composto por representantes de diferentes secretarias municipais, setor privado e sociedade civil, para coordenar as ações de Cidade Inteligente.

VI - Indicadores de Desempenho (KPIs): Definição de indicadores claros e mensuráveis para monitorar o progresso na implementação das estratégias de Cidade Inteligente, alinhados com padrões internacionais (como as normas ISO 37120, ISO 37122 e ISO 37123 e suas atualizações).





VII - Revisão Periódica: Este capítulo e as estratégias de Cidade Inteligente serão revistos periodicamente, a cada período de 5 anos, para se adaptar às novas tecnologias, demandas urbanas e ao Plano Diretor de Desenvolvimento de Cidade Inteligente. Art. 45. Inclui o artigo 234-G e parágrafos §1º e §2º na Seção III - Dos Instrumentos e Mecanismos do CAPÍTULO I - DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PARA UMA CIDADE INTELIGENTE do TÍTULO VIII, com a seguinte redação:

Art. 234-G. As ações e projetos decorrentes da abordagem de Cidade Inteligente deverão estar em conformidade com as demais disposições deste Plano Diretor, em especial aquelas relativas ao zoneamento, uso e ocupação do solo, e diretrizes ambientais, buscando a integração de serviços e informações entre órgãos e entidades locais.

§ 1º. O desenvolvimento das atividades deverão priorizar a promoção de espaços públicos para incentivar e proporcionar à população o desenvolvimento da criatividade e da inovação.

§ 2º. Focar na prevenção de eventos críticos devendo prever respostas eficazes em caso da ocorrência de desastres, acidentes ou situações de calamidade em território municipal.

Art. 46. Altera o inciso VIII e LVIII do artigo 235, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 235. (...)

(...)

VIII - Área computável - Toda a área construída coberta, atendendo os requisitos do Art. 180.

(...)

XI - Área Non aedificandi (área não edificante) - faixa ao logo dos corpos d'água e de domínio público das rodovias, ferrovias, dutos, linhas de transmissão de energia elétrica, linhas de tubulação sanitária, ou outras nas quais não seja permitido construir, conforme legislações pertinentes. Nas faixas não edificantes de rodovias que incidam sobre imóveis privados poderão ser instalados totens, cancelas de acesso para veículos, cerca de alambrado, muretas baixas e contenções necessárias. Essas áreas poderão ser consideradas para cálculo urbanísticos e para implantação de vagas de estacionamento descobertas para veículos.

(...)

LVIII - Uso misto - é a utilização do mesmo lote e da mesma edificação por mais de uma categoria de uso, conforme Art. 167, inciso III.

Art. 47. O Artigo 62 da Lei nº 5.732, de 2017, passa a vigorar com a alteração de redação do inciso VI e a inclusão do inciso XI, nos seguintes termos:

Art. 62 (...)

VI - Parâmetros Técnicos para Rebaixo de Guia: É vedado o rebaixamento da guia em extensão superior a 50% (cinquenta por cento) da testada do lote. A inclinação da rampa de rebaixo para acesso de veículos deverá ser de, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento). A projeção do rebaixo não poderá exceder a largura de 0,60 m (sessenta centímetros), devendo ser preservada a largura mínima da faixa livre de passeio de 0,80 m (oitenta centímetros).

(...)

XI - Condição Excepcional para Lotes de Testada Reduzida: Para lotes com testada inferior a 7,00 m (sete metros), será admitido o rebaixo de calçada em até 70% (setenta por cento) da dimensão da testada. Esta permissão está condicionada ao integral cumprimento das normas técnicas de acessibilidade vigentes, em especial a NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 48. Altera o §3º no Art. 158 da Lei 5732/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 158. (...)

§3º. Considera-se Residencial Multifamiliar Compacto, doravante denominado Studio/Quitinete/Kitnet, como tipologia habitacional caracterizada pela concentração das funções de estar, dormir e cozinhar em um único ambiente, sendo o sanitário o único cômodo de uso obrigatório a ser segregado/isolado do ambiente principal por paredes e porta, garantindo a privacidade e a higiene.

I. Área Mínima Privativa: A área mínima privativa para a unidade Studio/Kitnet é estabelecida em área mínima de 25 m<sup>2</sup> (vinte e cinco metros quadrados) quando os ambientes forem integrados ou para ambientes segregados, atendendo às áreas mínimas dispostas no Artigo 159, garantindo a habitabilidade e o conforto aos ambientes.

II. Para fins desta Lei, a classificação de Studio/Quitinete/Kitnet é aplicada a unidades com área privativa que não exceda 40 m<sup>2</sup> (quarenta metros quadrados) incluindo varandas, áreas técnicas, entre outros, respeitada a regra de compartimentação de cômodo sanitário segregado obrigatório. Unidades acima desta metragem e que possuam mais de 01 (um) quarto, serão classificadas como apartamentos residenciais multifamiliares tradicionais, devendo atender aos requisitos das legislações vigentes para esse uso.

Art. 49. O Art. 1º da Lei nº 5.301, de 1º de dezembro de 2014, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

Parágrafo único. O Perímetro Urbano municipal é definido no Plano Diretor Municipal.

Art. 50. Ficam substituídos os anexos cartográficos referidos no Art. 2º da Lei nº 4.772/2010, no que tange aos bairros Alice Coutinho, Antônio Ferreira Borges, Bubu, Campina Grande, Cangaíba, Formate, Foz do Rio Bubu, Mucuri, Nova Campo Grande, Novo Brasil, Padre Gabriel, Piranema, São Gonçalo, Serra do Anil, Vale dos Reis, passando a vigorar conforme os mapas anexos a esta Lei Complementar.

Art. 51. Ficam substituídos os anexos cartográficos referidos no Art. 2º da Lei 5301/2014 no que tange aos bairros Alice Coutinho, Antônio Ferreira Borges, Bubu, Campina Grande, Cangaíba, Formate, Foz do Rio Bubu, Mucuri, Nova Campo Grande, Novo Brasil, Padre Gabriel, Piranema, São Gonçalo, Serra do Anil, Vale dos Reis, passando a vigorar conforme os mapas anexos a esta Lei Complementar.

Art. 52. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 53. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cariacica/ES, 01 de dezembro de 2025.

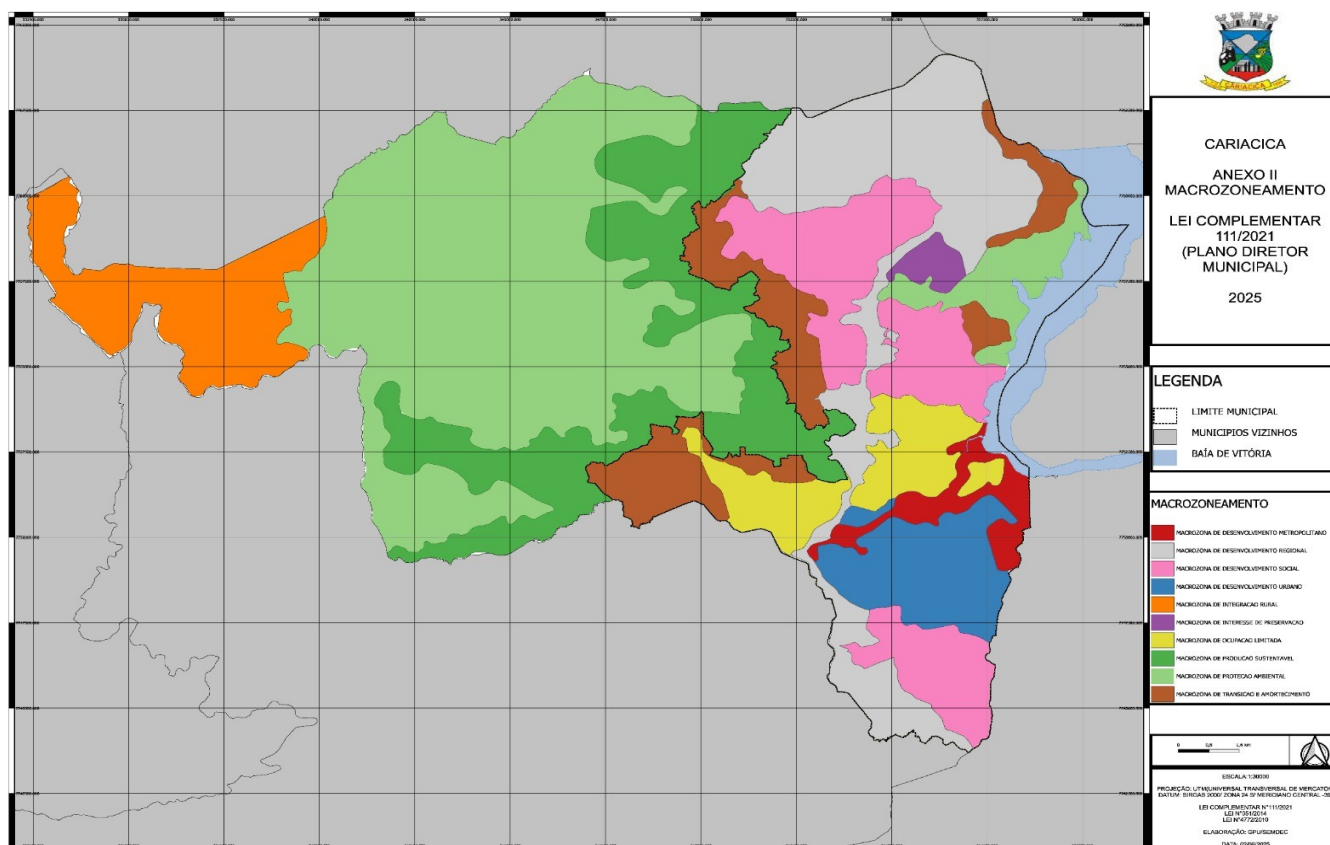
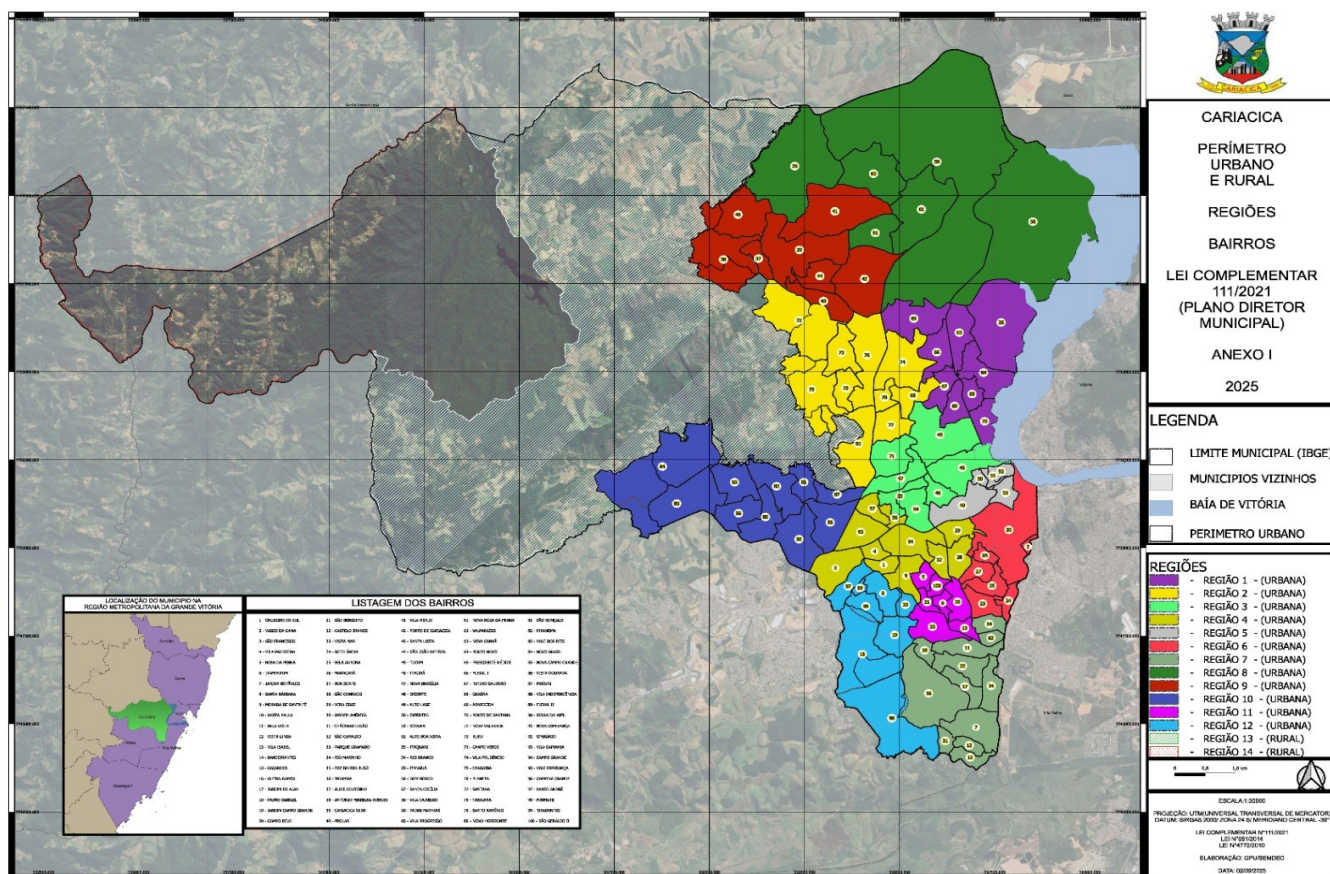
**EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR**

Prefeito Municipal

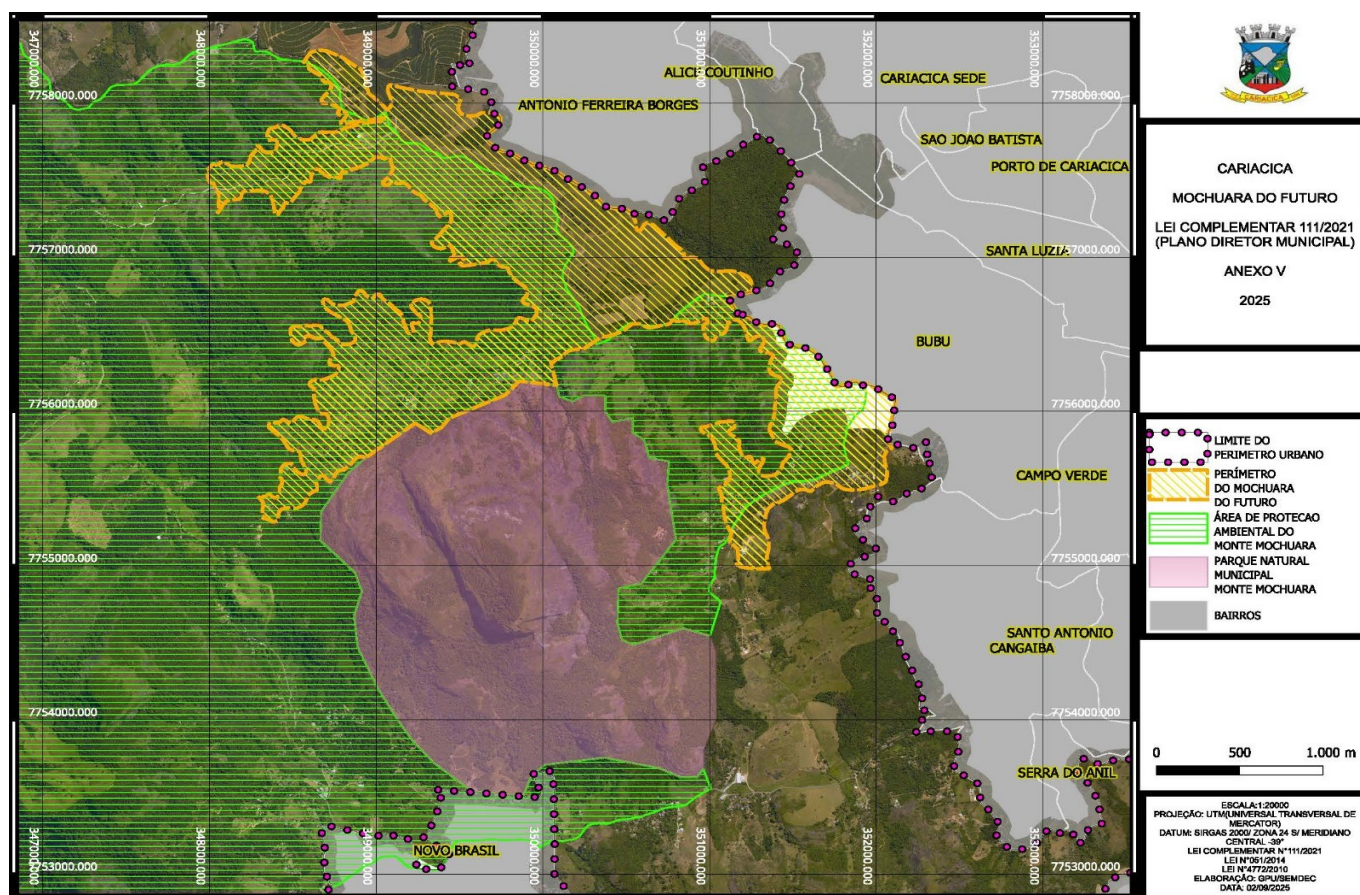
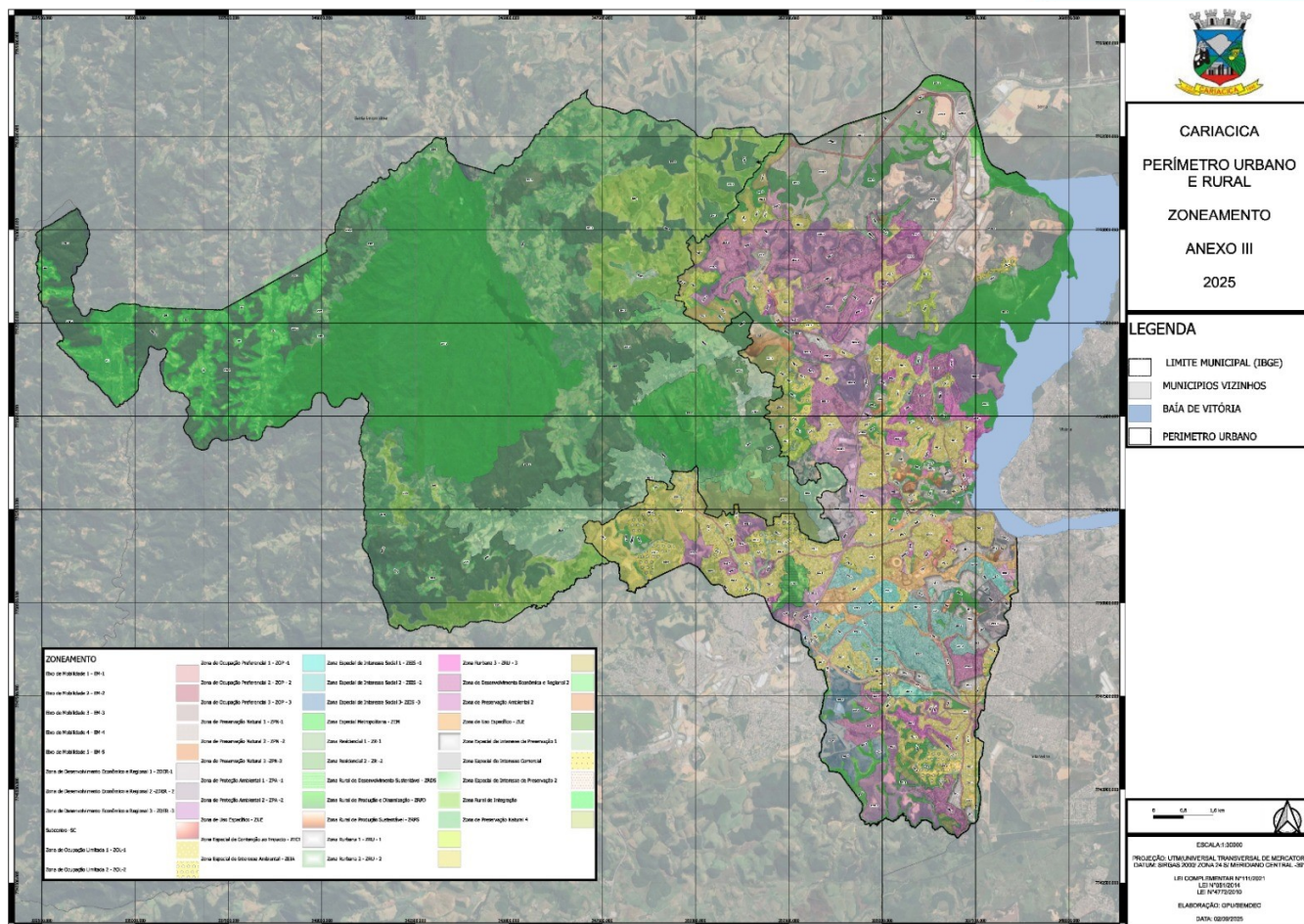
**ANEXOS**













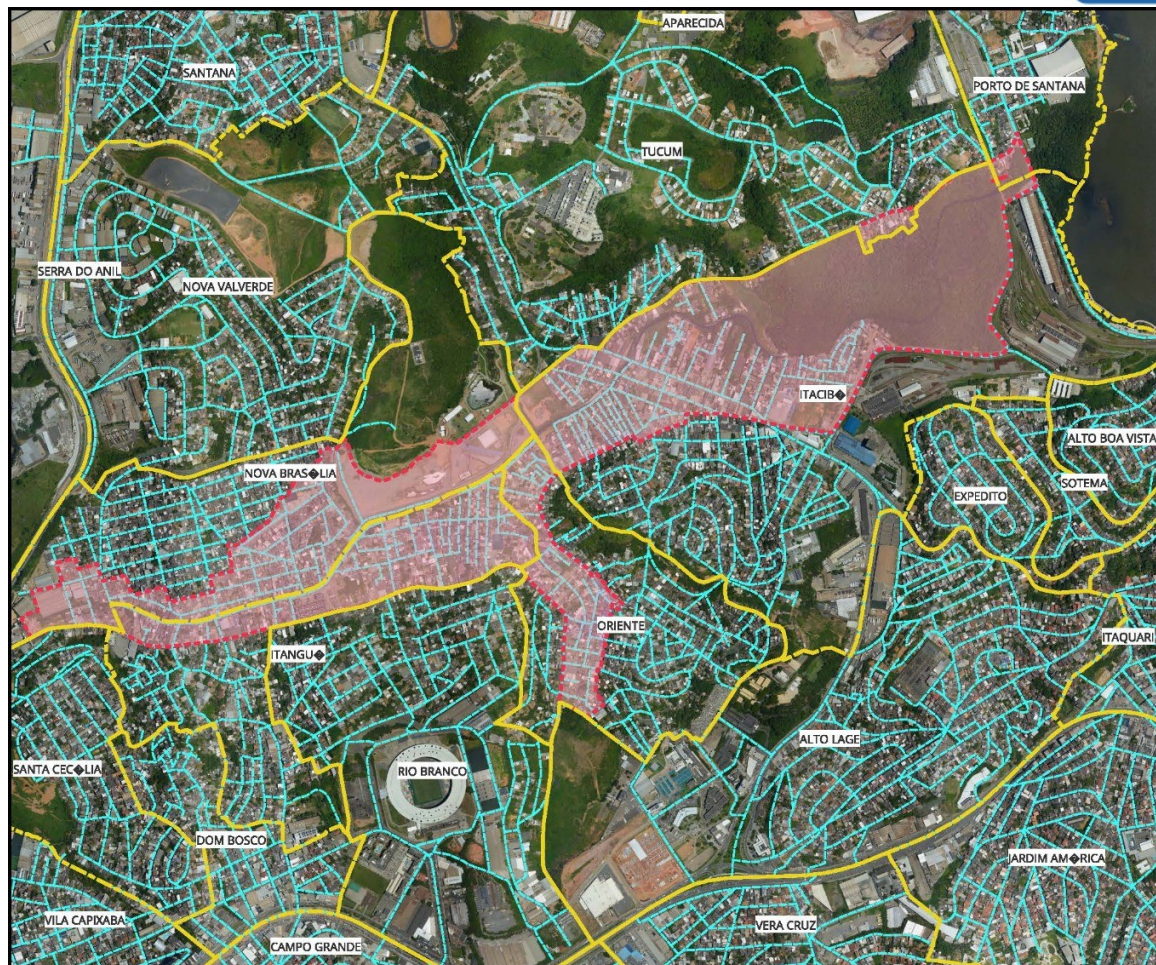
ANEXO VI USOS PERMITIDOS																	
ZONAMENTOS		Grupo Residencial			Grupo Comércio, Serviço e Institucional						Grupo Industrial			Grupo Rural e Turismo			
		UNIFAMILIAR - GR1	MULTIFAMILIAR - GR2	MISTO - GR3	COMERCIAL E SERVIÇOS LOCAL - G1 (-600)	COMERCIAL E SERVIÇOS MUNICIPAL - G2 (ATÉ 3000)	COMERCIAL E SERVIÇOS REGIONAL - G3(>3000)	INSTITUCIONAL LOCAL - G4 (-3000)	INSTITUCIONAL MUNICIPAL - G5 (até 10.000)	INSTITUCIONAL REGIONAL - G6 (>10.000)	INSTITUCIONAL G6A (presídios)	INDUSTRIAL I - G7 (ATÉ 600)	INDUSTRIAL II - G8 (ATÉ 2000)	INDUSTRIAL III - G9 (ACIMA DE 2000)	GRUPO ESPECIAL (RURAL/ZRU) - G10	EXTRAÇÃO MINERAL - G11	GRUPO ESPECIAL TURISMO - G12
ZOL	ZOL 1	P	P	P	P	P	NP	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	ZOL 2	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P*
ZEIS	ZEIS 1	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP
	ZEIS 2	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP
ZOP	ZEIS 3	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P*	NP
	ZOP 1	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
ZCP	ZOP 2	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	P
	ZOP 3	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
ZRI	ZRI 1	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZRI 2	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
ZEC	ZEIC	P	NP	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZEC2	P	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	NP	NP
ZDER	ZDER 1	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P*	NP
	ZDER 2	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	NP	P	P	P	P	NP	P*	NP
ZEP	ZDER 3	NP	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	NP
	ZEM	NP	NP	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZEP	SC	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	NP	NP	NP	NP	P
	ZUE	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZEIP	ZEIP 1	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZEIP 2	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZRU	ZEIA	P	P	P	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP
	ZRU 1 (400)	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
ZFA	ZRU 2 (1000)	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	P*	P
	ZRU 3 (5000)	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
ZPN	ZRU 4 (5000)	P	P	P	NP	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	NP
	ZPA 1	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
ZPN	ZPA 2	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 1	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
EM	ZPN 2	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	ZPN 3	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
EM	ZPN 4	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P
	EM 1	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	P
EM	EM 2	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 3	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P	NP	NP	P*	P
ZEM	EM 4 - R. 447	NP	NP	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P*	P
	EM 4 - Av. Bernardo Stimmer	P	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	P	P	NP	NP	P	P
ZEM	EM 5	P	P	P	P	P	P	P	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P*	P
	ZRI	P	P1	P3	P3	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
ZONAS RURAIS	ZRDS	P	P1	P3	P3	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZRPD	P	P1	P3	P3	NP	NP	P	NP	NP	P	NP	NP	NP	P	P*	P
ZEM	ZRPS	P	P1	P3	NP	NP	NP	P1	P	NP	P	NP	NP	NP	P	P	P
	ZIAS	P	P1	P3	P3	NP	NP	P	NP	NP	NP	NP	NP	NP	P	NP	P



Obs: 30 % das vagas de bicicletas podem ser demarcadas com uso de paraciclo



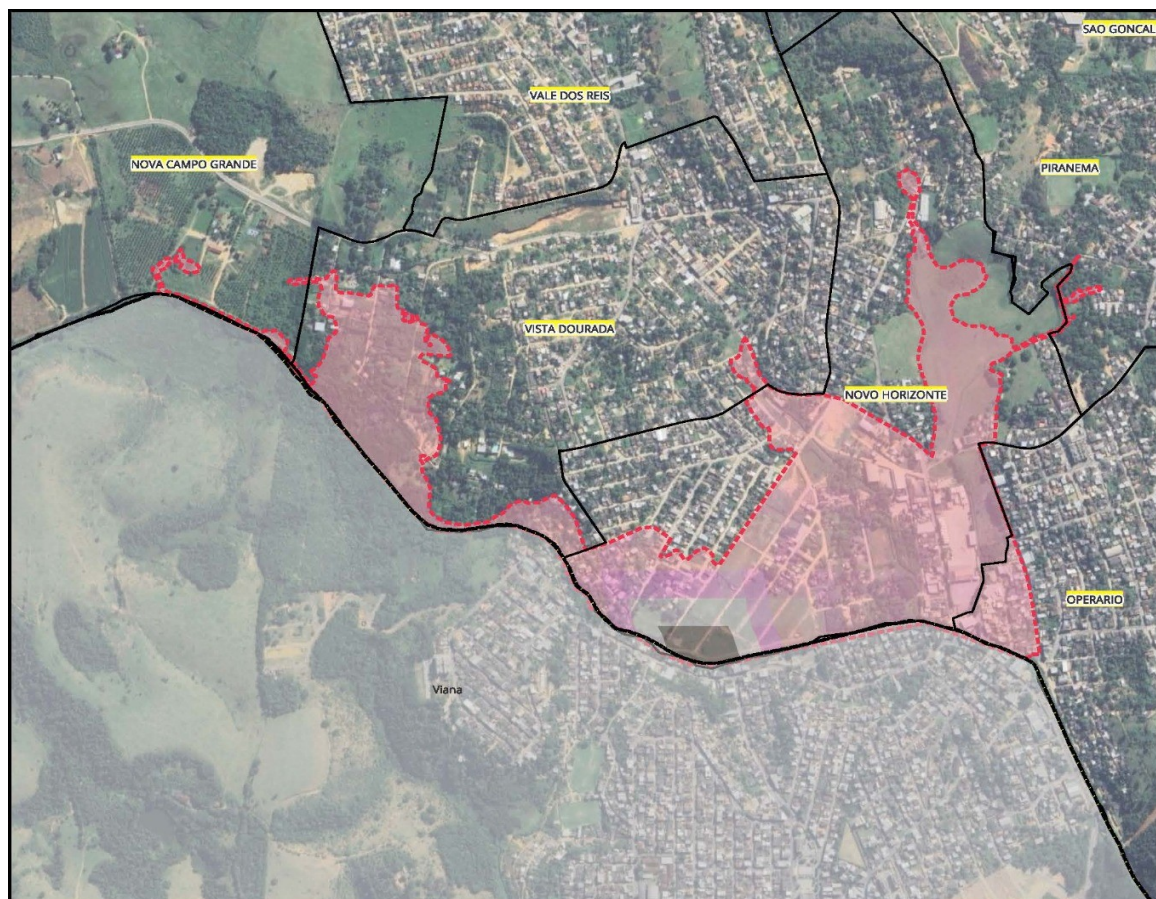




CARIACICA  
LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)  
ANEXO XV  
ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA  
BACIA DO RIO  
ITANGUA  
2025

## LEGENDA

LIMITES ZERU ITANGUA



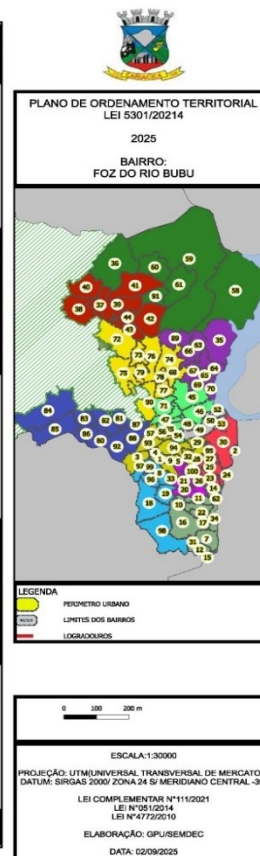
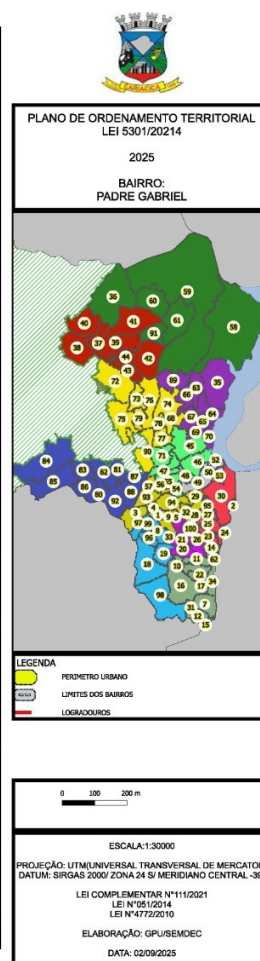
CARIACICA  
LEI COMPLEMENTAR  
111/2021  
(PLANO DIRETOR  
MUNICIPAL)  
ANEXO XVII  
ZONA ESPECIAL DE  
RESILIÊNCIA URBANA  
BACIA DO RIO  
FORMATE  
(PARTE NORTE)  
2025

## LEGENDA

ZERU RIO FORMATE  
LIMITE MUNICIPAL  
PERIMETRO URBANO  
MUNICIPIOS VIZINHOS  
LIMITES DOS BAIRROS



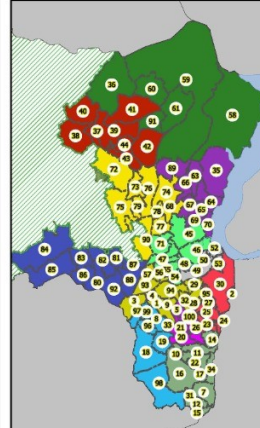







**PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**  
 LEI 5301/20214

2025

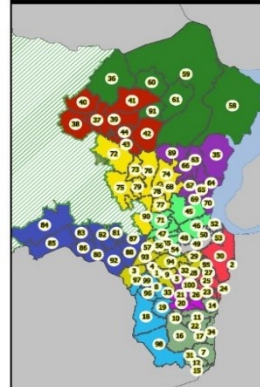
**BAIRRO:**  
 ALICE COUTINHO

**LEGENDA**  
 PERÍMETRO URBANO  
 LIMITES DOS BAIRROS  
 LOGRADOUROS

 0 100 200 m  
 1:2.500

 PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR  
 DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°  
 LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
 LEI Nº365/2014  
 LEI Nº 477/2010  
 ELABORAÇÃO: GP/SEMDEC  
 DATA: 02/09/2025

**PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL**  
 LEI 5301/20214

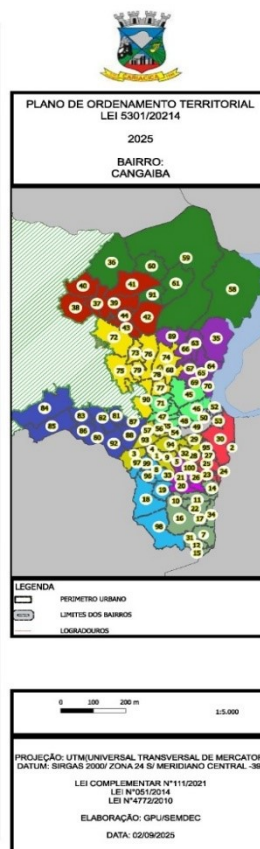
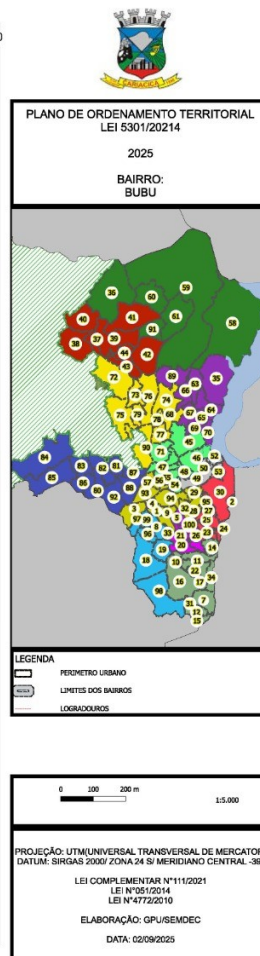
2025

**BAIRRO:**  
 ALICE COUTINHO

**LEGENDA**  
 PERÍMETRO URBANO  
 LIMITES DOS BAIRROS  
 LOGRADOUROS

 0 100 200 m  
 1:1

 PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR  
 DATUM: SIRGAS 2000 ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°  
 LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021  
 LEI Nº365/2014  
 LEI Nº 477/2010  
 ELABORAÇÃO: GP/SEMDEC  
 DATA: 02/09/2025



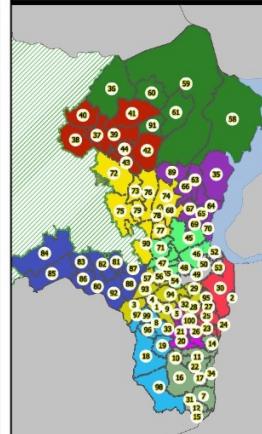




## PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
SAO GONCALO

## LEGENDA

-  PERIMETRO URBANO
-  LIMITES DOS BAIRROS
-  LOGRADOUROS

0 100 200 m 1:2.500

PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR;  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021

LEI Nº95/2014

LEI Nº477/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

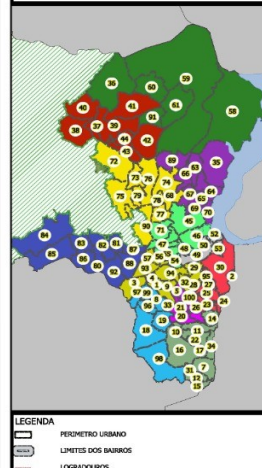
DATA: 02/09/2025



## PLANO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

LEI 5301/20214

2025

BAIRRO:  
PIRANEMA

## LEGENDA

-  PERIMETRO URBANO
-  LIMITES DOS BAIRROS
-  LOGRADOUROS

0 100 200 m 1:4.000

PROJEÇÃO: UTM/UNIVERSAL TRANSVERSAL DE MERCATOR;  
DATUM: SIRGAS 2000/ ZONA 24 S/ MERIDIANO CENTRAL -39°

LEI COMPLEMENTAR Nº111/2021

LEI Nº95/2014

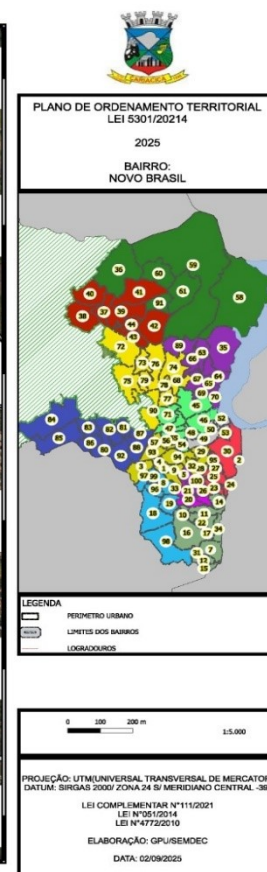
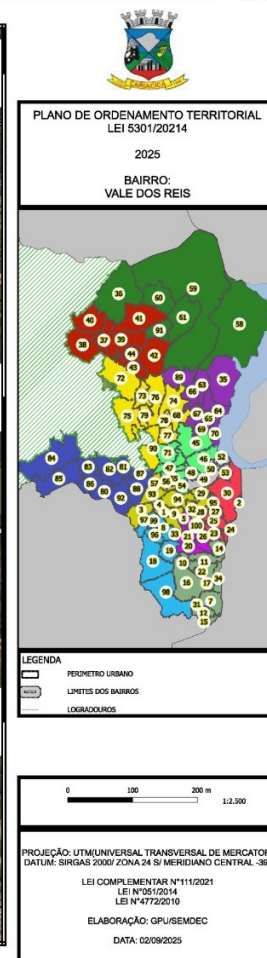
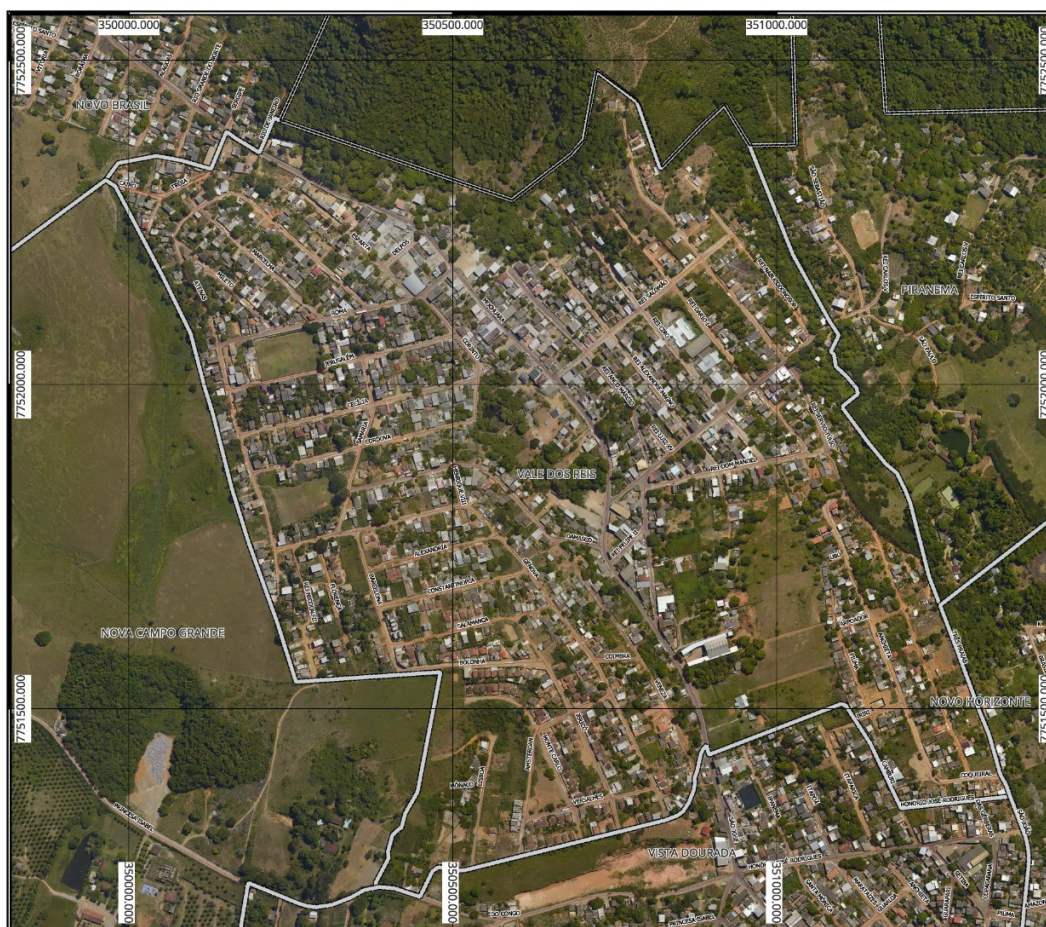
LEI Nº477/2010

ELABORAÇÃO: GPU/SEMDEC

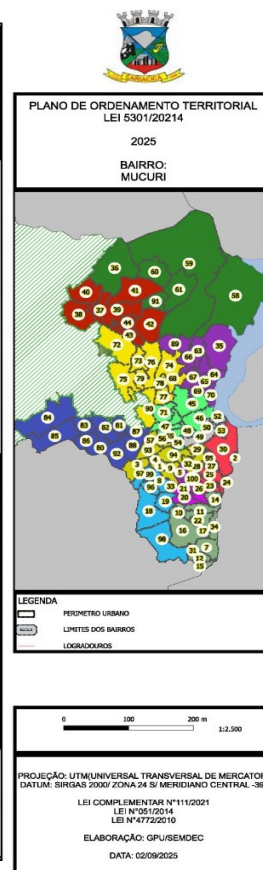
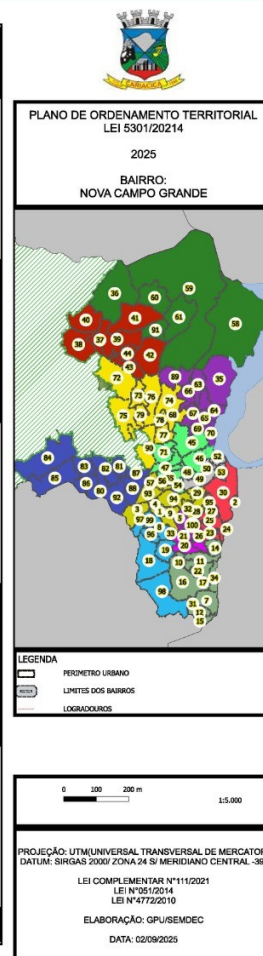
DATA: 02/09/2025



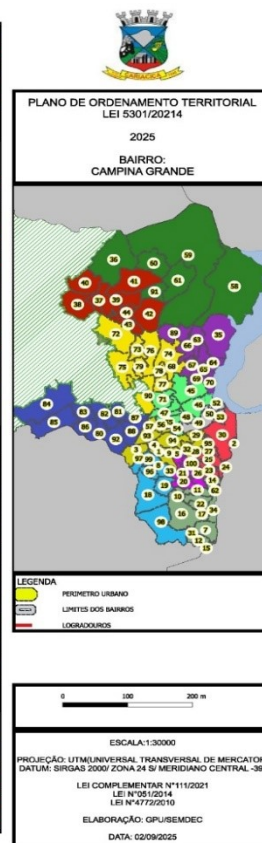
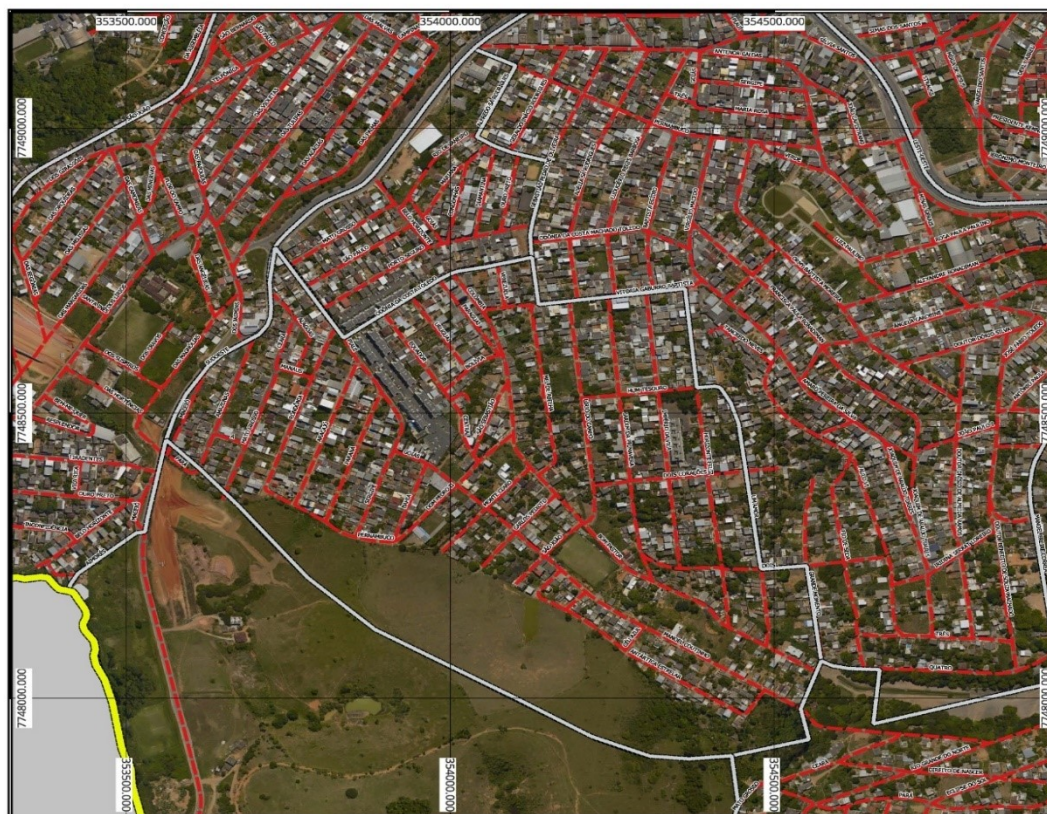
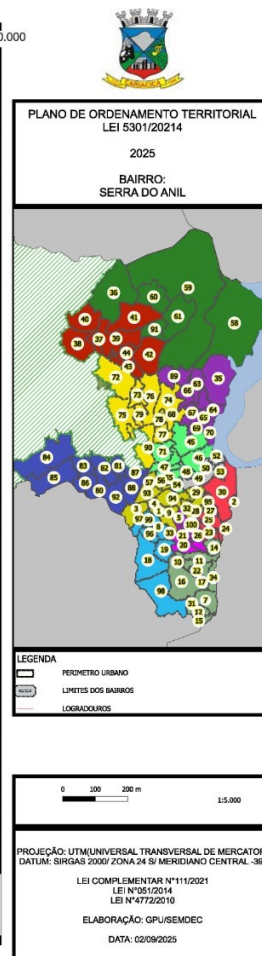




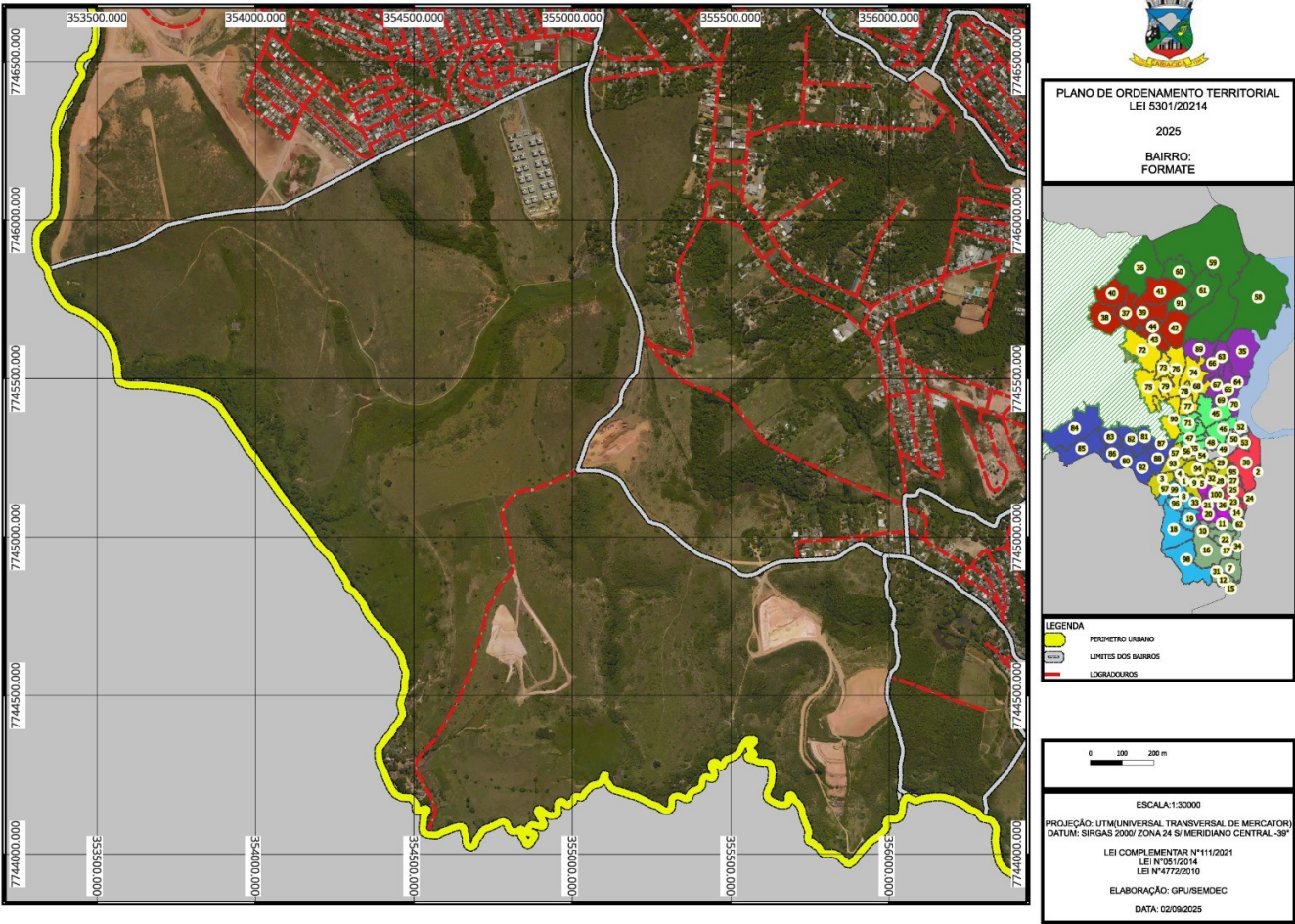












**DECRETOS**

**DECRETO Nº 310 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025**

ABRE À PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA O CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 2.180.502,00 PARA O FIM ESPECIFICA. O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 7º da Lei 6722, publicado em 19 de dezembro de 2024.

**DECRETA:**

- Art. 1º Fica Aberto o Crédito Suplementar no valor de R\$ 2.180.502,00 (Dois milhões, cento e oitenta mil, quinhentos e dois reais), para atender a programação constante do Anexo I.
- Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no Artigo anterior, serão provenientes de anulações parciais/totais de dotações orçamentárias, indicadas no Anexo II.
- Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 4º Revogam-se todas as disposições em contrário.
- Cariacica, 01 de dezembro de 2025.

**EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR**

Prefeito Municipal

**CARLOS RENATO MARTINS**

Secretário Municipal de Finanças

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I		SUPLEMENTAÇÃO			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	VALOR	
02.02.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
02.02.01.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				
04.122.0010.1.0227	Revisão Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos				
	MATERIAL DE CONSUMO	3.3.90.30.00	1.500.0000.0000	R\$	30,00
04.122.0010.2.0034	Capacitação dos Servidores Públicos				
	MATERIAL DE CONSUMO	3.3.90.30.00	1.500.0000.0000	R\$	40,00
04.122.0021.2.0037	Cariacica + Perto de Você				
	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA	3.3.90.39.00	1.500.0000.0000	R\$	50,00
02.08.00.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
02.08.02.00	MDE				
12.361.0020.2.0160	Manutenção dos Serviços de Apoio as Unidades de En				

